

Eduardo Henrique de Paula Cruvinel

**MONUMENTOS, MEMÓRIA E CIDADE: ESTUDO DE
CASO EM BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2012

Eduardo Henrique de Paula Cruvinel

**MONUMENTOS, MEMÓRIA E CIDADE: ESTUDO DE
CASO EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Penido de Rezende.

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura da UFMG

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

C955m Cruvinel, Eduardo Henrique de Paula.
Monumentos, memória e cidade [manuscrito]: estudo de caso em Belo Horizonte / Eduardo Henrique de Paula Cruvinel. - 2012.
155f. : il.

Orientador: Marco Antônio Penido de Rezende.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio histórico – Belo Horizonte (MG). 2. Monumentos. 3. Patrimônio cultural. I. Rezende, Marco Antônio Penido de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

EDUARDO HENRIQUE DE PAULA CRUVINEL

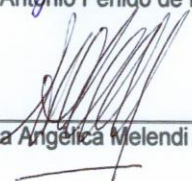
"Monumentos, Memória e Cidade: Estudo de caso em Belo Horizonte".

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Marco Antonio Penido de Rezende (EAUFMG – orientador)



Profa. Dra. Maria Angélica Melendi de Biasizzo (EBA)



Profa. Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (Universidade Federal de Pelotas)

Belo Horizonte, 13 de abril de 2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos de longa data que sempre me incentivaram e me ajudam a buscar novos desafios.

Aos amigos da Belotur que me ajudaram a conciliar o trabalho acadêmico e o trabalho profissional.

À minha família.

Aos amigos do mestrado.

Aos professores do mestrado.

Ao professor Marco Antônio Penido de Rezende pela orientação e gentileza.

RESUMO

Os espaços urbanos guardam e acumulam uma diversidade de fatos que vão marcando de modo significativo a sua evolução. Esses vão, gradativamente, se somando, passando a representar a memória da cidade e da sua sociedade, armazenando uma série de valiosas referências culturais. Em Belo Horizonte, construída no século XIX, é possível encontrar monumentos que contam a história não somente da capital, mas de todo estado de Minas Gerais. O monumento, abordado enquanto representação material da memória, mediante reflexões que indagam sobre a sua especificidade na relação com o espaço, propicia uma investigação sobre as tensões e conflitos existentes nessa interação. É a partir da compreensão dos monumentos como testemunhos que a formação da cidade pode ser estudada e que o poder público passa a se preocupar com a preservação do patrimônio. A interdisciplinaridade do campo de estudos relativos aos monumentos permite grandes avanços nas discussões graças às contribuições de cada área teórica envolvida, conforme será apresentada nesta dissertação.

Palavras-chave: Monumentos. Cidade. Memória. Gestão pública.

ABSTRACT

The urban spaces save and accumulate a variety of events that will mark significantly its evolution. These will, gradually, adding up, passing to represent the memory of the city and its society, storing a number of valuable cultural references. In Belo Horizonte, built in the nineteenth century, it's possible to find monuments that tell the story not only of capital but of the entire state of Minas Gerais. The monument, raised as a material representation of memory, by reflections that ask about its specificity in relation with the space, provides an investigation of the tensions and conflicts in this interaction. It is based on the understanding of monuments as evidences that the formation of the city can be studied and that the government starts to worry about the preservation of heritage. The interdisciplinary field of studies related to monuments enables breakthroughs in the discussions thanks to the contributions of each theoretical area involved, as will be presented in this dissertation.

Keywords: Monuments. City. Memory. Public Management. Government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação esquemática dos valores dos monumentos propostos por Riegl (1999).....	32
Figura 2 – Apresentação esquemática dos valores dos monumentos propostos por Riegl (1999).....	33
Figura 3 – Planta da Cidade de Minas.....	54
Figura 4 – Regiões administrativas de Belo Horizonte.....	62
Figura 5 – Réplica da Estátua Tigres.....	66
Figura 6 – Réplica da Estátua Leões.....	66
Figura 7 – Monumento à Terra Mineira.....	69
Figura 8 - Praça Sete em 1940.....	73
Figura 9 – Foto Praça Sete em 1948.....	73
Figura 10 – Foto Praça Diogo de Vasconcelos – 1970.....	73
Figura 11 - Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência.....	74
Figura 12 – Estátua Nu.....	76
Figura 13 – Estátua O Abraço.....	76
Figura 14 – Estátua Pampulha.....	76
Figura 15 - Monumento a Yemanjá.....	77
Figura 16 – Estátua de Tiradentes.....	78
Figura 17 – Estátua de Tiradentes.....	79
Figura 18 - Monumento aos Fundadores e Construtores de Belo Horizonte.....	80
Figura 19 – Estátua Vaca de Concreto.....	81
Figura 20 – Monumento à Paz.....	82
Figura 21 – Monumento Encontro Mercado.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população belo-horizontina em 1912.....	55
Tabela 2 – Cronologia estilos arquitetônicos.....	57
Tabela 3 - População de Belo Horizonte.....	60
Tabela 4 – Data de criação e/ou instalação.....	113
Tabela 5 – Região.....	114
Tabela 6 – Tipologia.....	115
Tabela 7 – Monumentos inventariados.....	116
Tabela 8 – Tombamento.....	117
Tabela 9 – Estado de conservação.....	118
Tabela 10 – Placas.....	119
Tabela 11 – Informação sobre os homenageados.....	120
Tabela 12 – Biografia dos artistas.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 – Data de criação e/ou instalação.....	114
Gráfico 2 – Região.....	115
Gráfico 3 – Tipologia.....	116
Gráfico 4 – Monumentos inventariados.....	117
Gráfico 5 – Tombamento.....	118
Gráfico 6 – Estado de conservação.....	119
Gráfico 7 – Placas.....	119
Gráfico 8 – Informação sobre os homenageados.....	120
Gráfico 9 – Biografia dos artistas.....	121

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	A FORMAÇÃO DO CONCEITO E VALORES DOS MONUMENTOS.....	20
1.1	A contribuição de Alois Riegl na discussão sobre os monumentos.....	29
2	OS MONUMENTOS E A FORMAÇÃO DAS CIDADES.....	36
2.1	A formação da cidade – Belo Horizonte, 1897.....	50
2.2	Os monumentos em Belo Horizonte.....	65
3	HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS MONUMENTOS.....	86
3.1	A evolução das políticas públicas voltada para os monumentos em Belo Horizonte.....	100
4	DIAGNÓSTICO DOS MONUMENTOS.....	112
5	ENTREVISTAS.....	123
5.1	Síntese das entrevistas.....	123
5.1.1	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur.....	123
5.1.2	Diretoria de Patrimônio Cultural – Fundação Municipal de Cultura...	128
5.1.3	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.....	133
5.2	Análise geral das entrevistas.....	136
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	154
	APÊNDICE 2 – CD-ROM COM AS ENTREVISTAS.....	155

INTRODUÇÃO

Utilizando o conhecimento de patrimônio já estudado desde a Antiguidade Clássica, pesquisadores europeus começaram, no final do século XVII, a conceituar e a diferenciar monumentos e monumentos históricos, tendo em vista a ampliação do conceito. Sua trajetória ao longo dos últimos séculos foi marcada por uma ressignificação do valor de uso, em grande parte estabelecida pelo interesse em discutir marcos e vestígios de outras épocas, ligando-se, ainda, aos preceitos de história e arte. Novos valores foram atribuídos e as discussões sobre conservação e preservação ampliaram o conceito dos objetos em questão.

A gestão do patrimônio e dos monumentos foi concebida nos séculos XIX e XX e ganha, hoje, importância nas discussões teóricas e práticas, tendo em vista a constante alteração dos espaços ocupados por eles, em decorrência das alterações urbanísticas nas cidades. Dessa forma, esse é o momento oportuno para instaurar-se uma pesquisa acerca da problemática dos monumentos, que, entendidos como símbolos para a posteridade, enfrentam, contemporaneamente, uma transição da sua gênese eterna para uma condição efêmera. Busca-se, no presente trabalho, entender e analisar a trajetória da história dos monumentos a partir de sua conceituação e discussões teóricas sobre o tema.

Esta dissertação parte das possibilidades interpretativas do espaço e dos elementos urbanos em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Seu principal objetivo é identificar os agentes envolvidos com a gestão dos monumentos, a interface entre sua atuação e os desdobramentos sobre a conservação dos monumentos.

Algumas questões centrais são abordadas neste trabalho, tais como a relação existente entre as instituições públicas (união, estados e municípios) e a conservação do patrimônio, a utilização do tombamento como instrumento preservacionista, as competências dos órgãos locais para

promover a preservação, e as interfaces com outros instrumentos e áreas do conhecimento (urbana e turística).

O interesse por essa temática foi despertado pela participação do autor deste trabalho no desenvolvimento de uma pesquisa para atualização do inventário dos monumentos de Belo Horizonte, promovido pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur. Durante o trabalho, os pesquisadores perceberam que aspectos como estado de conservação e detalhes técnicos dos monumentos poderiam ser discutidos em estudos posteriores, instigando a abordagem do tema nesta dissertação. O recorte realizado, semelhante ao do inventário, foi feito atentando-se para as seguintes classificações dos monumentos localizados em logradouros públicos: bustos, efígies, esculturas, estátuas, lavabos, marcos, murais, painéis, obeliscos, pedestais e totens. Tal recorte permitiu a viabilidade e o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com a Lei nº 8.616¹ do Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, entende-se por logradouro público:

§ 1º - Para os fins deste Código, entende-se por logradouro público:

I - o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda;

II - a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista;

III - a praça;

IV - o quarteirão fechado.

§ 2º - Entende-se por via pública o conjunto formado pela pista de rolamento e pelo acostamento e, se existentes, pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central. (CÓDIGO DE POSTURAS DE BELO HORIZONTE, 2003)

A pesquisa realizada pela Belotur gerou um grande banco de dados, o que possibilitou a produção de um inventário com mais de 800 páginas – disponível para consulta na biblioteca da instituição – que abrigam informações sobre o histórico dos monumentos, os dados do artista/autor da obra, o estado de conservação, a localização, dentre outros. O inventário configura-se como o principal instrumento de salvaguarda e oferece

¹ De 14 de julho de 2003. Documento eletrônico.

condições para o desenvolvimento de estudos, ações e projetos para intervenção, conservação, proteção, preservação e gestão desse patrimônio.

A partir do inventário existente, a pesquisa foi baseada em fontes bibliográficas, documentais e em entrevistas, conforme explicitado a seguir. Com relação à pesquisa bibliográfica e documental, as principais fontes consultadas para a elaboração do referencial teórico foram artigos em periódicos e em anais de congressos, livros, teses e dissertações.

Quatro obras foram fundamentais para a elaboração deste trabalho: *A Alegoria do Monumento*, de Fraçoise Choay (2006), é referência básica para os estudos na área de patrimônio e monumento, pois estabelece um histórico da formação desses conceitos e a forma como eles foram discutidos nos últimos séculos; *O Culto Moderno dos Monumentos*, de Aloïs Riegl (1999), bastante utilizado por sua contribuição na análise dos valores e da construção do conceito de monumento²; *A arquitetura da cidade*, de Aldo Rossi (2001), responsável por auxiliar no processo de compreensão da formação da cidade e dos elementos presentes no cenário urbano; e *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*, de Cristina Freire (1997), que traz à tona um entendimento sobre a trajetória dos monumentos.

Além dos autores citados acima, foi realizada uma pesquisa interdisciplinar com os que estudam as relações entre urbanismo e turismo como Margarida Barreto (1991, 2003) em *Planejamento e Organização em Turismo e Turismo e legado cultural*, Antônio Carlos Castrogiovanni (2000) em *Turismo Urbano* e Roberto Boullón (2002) em *Planejamento do Espaço Turístico*.

A formação das cidades está inserida na história da sociedade que a ergueu, portanto, foi preciso levantar alguns conceitos sobre memória, história e cultura e entrelacá-los ao estudo. Para tanto, será considerada o livro

² Ao contrário de outros autores que estabelecem a conservação como foco prioritário de seus estudos, Riegl não se preocupa exclusivamente com esse tema e sim com os valores atribuídos aos monumentos.

Historia e Memória, de Jacques Le Goff (1982); *Seduzidos pela memória*, de Andreas Huyssen (2000); e *A memória coletiva*, de Maurice Halbwachs (2004).

O estudo da bibliografia escolhida teve como foco a análise do discurso, buscando elucidar os posicionamentos político-ideológicos contidos nas orientações das pesquisas dos diversos autores. Os capítulos foram embasados pelo referencial teórico, base para a pesquisa e elaboração do estudo de caso. Além disso, foi fundamental conhecer o que já foi desenvolvido por outros pesquisadores e selecionar as ideias que possuíssem relação com o tema desenvolvido. Objetivou-se, para isso, especialmente com relação à pesquisa feita em teses e dissertações, identificar se não existiam trabalhos que abordassem o mesmo tema e, a partir dessa investigação, selecionar aquelas que possuem estreita relação com o estudo.

Documentos como o *Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte* (2006), editado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, obra de referência para a compreensão da história da política pública municipal na área da preservação do patrimônio da cidade, e o inventário já citado foram utilizados como embasamento histórico para o estudo dos monumentos da capital.

Demais fontes de referência como bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa da cidade, como a da UFMG, o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, a Biblioteca da Belotur e a Diretoria de Patrimônio Histórico de Belo Horizonte foram consultadas para investigar a história dos monumentos na capital mineira. Esta pesquisa deve-se, em parte, à carência de referências bibliográficas sobre o tema; por isso, a busca por informações em recortes de jornais e revistas também foi fundamental para suprir tal necessidade.

Outro instrumento metodológico utilizado neste estudo foi a entrevista. Para que essa fonte de referência tenha validade para a pesquisa, é importante o

levantamento de valores e representações sociais e as significações dos monumentos para os depoentes. Com o objetivo de entender a forma como acontece a gestão e a proteção dos monumentos em Belo Horizonte pelo poder público, as instituições selecionadas para a entrevista estão elencadas abaixo, cabendo a observação de que a população da cidade não foi considerada alvo desta pesquisa devido ao foco direcionado para a gestão pública.

A pesquisa qualitativa tem sido bastante utilizada pelas ciências sociais aplicadas, diferente dos paradigmas das ciências naturais, onde o processo de análise é legitimado a partir das técnicas quantitativas. As ciências sociais buscam os dados e os acontecimentos no contexto onde ocorrem, com a utilização da pesquisa qualitativa e

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. (SILVA & MENEZES, 2000, p.20)

Em busca de encontrar informações para subsidiar a conclusão acerca da proteção dos monumentos exercida pelo poder público, foi utilizada como método de pesquisa a entrevista semiestruturada. Os dados coletados nas entrevistas completam o estudo e tornam possível esclarecer as lacunas existentes na pesquisa documental e bibliográfica. Para Boni e Quaresma (2005), os dados subjetivos só podem ser encontrados por meio da entrevista.

Mas o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (BONI & QUARESMA, 2005, p.70)

Optou-se por esse tipo de pesquisa para que houvesse um método estipulado, mas sem a rigidez da entrevista estruturada, em que fosse possível fazer modificações e adaptações de acordo com as respostas obtidas. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p.75), “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada permite ao entrevistador realizar novos questionamentos à medida que o informante passa a participar da elaboração do conteúdo. De acordo com Lüdke & André (1986), a entrevista semiestruturada pode ser compreendida como uma conversa em que há uma interação recíproca entre entrevistado e entrevistador e as respostas podem ser ainda mais completas.

Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas [semiestruturadas], onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. (Lüdke & André, 1986, p.33)

Foi preciso, no entanto, estabelecer um roteiro³ que guiasse a entrevista, com uma ordem lógica e aprofundamento gradativo do assunto. Este roteiro foi fundamental para a comparação entre as entrevistas e verificação dos pontos convergentes.

Dentre as entidades entrevistadas estão a Belotur (representada pelo Departamento de Desenvolvimento de Produtos Turísticos), a Fundação Municipal de Cultura (representada pela Diretoria de Patrimônio Cultural), e o IEPHA MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais– (representado pela Diretoria de Conservação e Restauração). As entidades citadas foram as principais fontes de informação para complementação dos dados pesquisados. Para selecioná-las, levou-se em consideração a nova estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte. A escolha foi definida com base nos órgãos que trabalham com o turismo e a cultura. O IEPHA também foi entrevistado por possuir estreita

³ O roteiro para entrevista consta no Apêndice 1.

relação com as definições do município sobre a conservação dos monumentos.

Além disso, foi feito um mapeamento nos órgãos que pudessem contribuir com informações, principalmente sobre o enfoque urbanístico, todos eles ligados à prefeitura. Foram consultadas a Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (representada pelo Gerente de Controle Urbano e pelo Gerente de Controle de Obras em Logradouros Públicos e Parcelamento do Solo) e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial e Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (representada pelo Gerente de Legislação e Gestão Urbana), que informaram não ter nenhum dado, ação ou projeto relativo aos monumentos.

O objetivo das entrevistas foi identificar, dentre os órgãos públicos, os responsáveis pela gestão e conservação dos monumentos em Belo Horizonte. Essa coleta de dados feita forneceu condições para ser estabelecida uma análise da percepção e da forma de condução dos processos por cada entidade entrevistada. O processo de análise e discussão dos resultados contou com uma interpretação dos dados a partir da comparação e o confronto entre as entrevistas. Dessa forma, foi possível estabelecer conclusões e responder às principais inquietações e questionamentos levantados ao longo dos capítulos desta dissertação.

Este trabalho conta com uma introdução e está estruturado em cinco capítulos: os três primeiros contam com uma revisão bibliográfica conceitual, fundamental para esta dissertação; o quarto capítulo apresenta o diagnóstico dos monumentos; e o último estabelece a análise das entrevistas em comparação aos capítulos anteriores. Por fim, nas considerações finais, apresentam-se os principais resultados da pesquisa, a partir do cruzamento e análise da revisão bibliográfica e da metodologia de pesquisa aplicada (entrevista).

O primeiro capítulo aborda a concepção do conceito de patrimônio, monumento e monumentos histórico por autores de diversas áreas

(economia, ciências sociais, arquitetura, turismo, história e antropologia). Como surgiu o conceito de monumento, qual é a sua relevância para essas análises e em qual contexto ocorreu a evolução do conceito foram assuntos abordados neste momento do trabalho. Esse capítulo é a base para a construção da dissertação, pois é nele que a diferenciação entre patrimônio e monumento, comumente utilizados como sinônimos, é realizada. Além disso, estabelecer uma análise sobre a ampliação do conceito de monumento para o de monumento histórico é premissa básica para se chegar ao entendimento contemporâneo do objeto de estudo em questão. A pesquisa sobre os valores atribuídos aos monumentos é apresentada também neste capítulo.

O segundo capítulo apresenta uma revisão bibliográfica que permite chegar a contornos mais nítidos sobre os monumentos e a formação das cidades. Este capítulo é dedicado ao entendimento dos processos de formação e transformação dos espaços urbanos e de seus elementos, no qual pode ser compreendido o papel do monumento como agente transformador, representante das mudanças e relações ocorridas, bem como a sua atuação como elemento da memória ou marco referencial. Dedicar esforços nesse capítulo para compreender a formação da cidade constituída por elementos como o mobiliário urbano, as ruas, os quarteirões, os edifícios e os monumentos foi fundamental para as conclusões sobre conservação e gestão dos monumentos.

No seu subcapítulo estabelece-se, ainda, a apresentação de Belo Horizonte, objetivando uma breve contextualização sobre a formação da cidade. Parte-se, então, para o histórico dos monumentos, que corresponde à compreensão da relação entre eles e o espaço urbano, buscando insumos para identificar os processos de transformação e de testemunhos deixados no cenário da capital. Para isso, são abordadas questões sobre a condição eterna e efêmera dos monumentos e a sua ligação com a formação da cidade, além de uma análise dos processos de reconhecimento desses objetos em Belo Horizonte.

Já o terceiro capítulo é focado na revisão bibliográfica do processo histórico das políticas públicas e a compreensão da formação do atual cenário político na questão da gestão e proteção dos monumentos. O estudo da legislação e instrumentos de proteção do patrimônio utilizados em Belo Horizonte faz parte deste capítulo. Documentos como o código de posturas, os decretos e leis que regulamentam o patrimônio belo-horizontino são alvos de estudo. Após a revisão bibliográfica dos capítulos I, II e III, o capítulo IV e V apresentam dados quantitativos e qualitativos da pesquisa por meio de um diagnóstico elaborado a partir do inventário dos monumentos da Belotur e das entrevistas realizadas com os órgãos públicos envolvidos na questão cerne desta dissertação.

Optou-se pelo estudo de caso devido à realização de trabalhos prévios do autor com relação ao tema e também pela inexistência de um estudo direcionado ao recorte estabelecido: bustos, efígies, esculturas, estátuas, lavabos, marcos, murais, painéis, obeliscos, pedestais e totens localizados em logradouros públicos. Assim, a discussão acerca da trajetória dos monumentos em Belo Horizonte permitiu encontrar dados que, entrelaçados com a conceituação feita nesta dissertação, esclarecem o que vem acontecendo no ambiente macro, que influencia direta ou indiretamente os rumos da conservação e gestão do patrimônio na capital mineira.

Buscou-se nesta pesquisa as respostas para as seguintes questões: Quais são as políticas de preservação do patrimônio em Belo Horizonte? Existe um avanço na proteção do patrimônio em Belo Horizonte? Qual é a forma de atuação do poder público com relação aos monumentos em Belo Horizonte? Quais são as problemáticas da gestão pública dos monumentos em Belo Horizonte? Qual é a relação estabelecida entre monumentos e as práticas do urbanismo? Qual é a relação entre turismo e monumentos? Os resultados apreendidos conduziram ao encerramento da dissertação, com uma análise de todo o conteúdo abordado e o estabelecimento de uma perspectiva quanto aos temas discutidos ao longo da sua produção.

1 A FORMAÇÃO DO CONCEITO E VALORES DOS MONUMENTOS

O interesse em compreender a trajetória dos monumentos tem origem remota, adquirindo contornos diversos ao longo da história arquitetônica e artística dos espaços urbanos. A discussão sobre a sua importância como salvaguarda do passado de uma nação tornou-se necessária para entender sua conceituação, seu lugar nas cidades e suas formas de preservação, proteção e gestão. Este capítulo será dedicado a reflexões analíticas e críticas, historicamente apoiadas e conceitualmente embasadas em testemunhos de autores como Alois Riegl (1999) em *O culto moderno dos monumentos*, Françoise Choay (2006) em *A alegoria do Patrimônio*, Graciela Silvestri (2001) em *La presencia del ausente*, Andreas Huyssen (2000) em *Seduzidos pela memória*, dentre outros. A intenção principal das discussões que serão empreendidas é estabelecer um debate sobre a estruturação do conceito de monumento, o que poderá criar condições para uma análise, nos capítulos posteriores, da condição atual desses símbolos das urbes.

Para conceituar monumentos, é necessária uma discussão anterior sobre as significações da palavra patrimônio. Em muitas análises, autores não fazem essa dissociação, já que os conceitos guardam uma semelhança entre si. Pretende-se, sobremaneira, expor as principais considerações abordadas por Choay (2006) e Riegl (1999) em seus estudos sobre a formação das palavras “patrimônio” e “monumento” e, por conseguinte, concluir a diferenciação entre os dois conceitos.

Monumento e patrimônio são, muitas vezes, utilizados como sinônimos. Uma análise etimológica das duas palavras permite estabelecer aspectos que distinguem as duas classificações. Em primeiro lugar, abordar-se-á a conceituação de patrimônio pelas línguas românicas, que utilizam os derivados do latim *patrimonium*.

A palavra patrimônio precede do latim *patrimonium* e, segundo Gonçalves (apud Tamaso, 2002, p.2), remete à “propriedade herdada em oposição a uma propriedade adquirida”. Seguindo a mesma lógica, Chastel (1986,

p.405) destaca que “o termo latino *patrimonium* designa uma legitimidade familiar que mantém a herança”, reforçando “uma relação particular entre o grupo juridicamente definido e certos bens materiais bastante concretos”.

Na visão do cientista social Radcliffe-Brown (1989, p.62), patrimônio pode ser traduzido como "a transferência de status baseada na relação existente entre dois membros de um grupo social, entre aquele que transmite e o que recebe”, parecido com o significado adotado pela língua inglesa: o termo *heritage*, para se referir às propriedades herdadas dos antepassados, aquilo que pode ser herdado, a herança.

De acordo com Choay (2006), a palavra patrimônio estava ligada originalmente⁴ às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade e, com o passar do tempo, foi requalificada, recebendo adjetivos diversos como genético, natural e histórico. A própria noção de patrimônio, juntamente com a ideia de monumento e de preservação, só começa a ser elaborada a partir do momento em que se começa a estudar e a se conservar um edifício pelo seu caráter de testemunho da história e/ou uma obra de arte, segundo Fonseca (2005).

Se, no caso da tradição cristã, foi a Igreja a guardiã dos objetos de culto e gestora de sua transmissão, o que chamamos *patrimônio* só vai constituir-se efetivamente como *corpus* de bens a serem cultuados, preservados e legados para uma coletividade, em função de valores leigos, como os valores históricos e artísticos, e enquanto referências a uma identidade nacional. (FONSECA, 2005, p.55)

Ao longo do tempo, vários autores se dedicaram a estudar a definição desse conceito. Nas últimas décadas do século XX, ele passou por uma ampliação em seu sentido, levando à adoção do conceito de patrimônio histórico e também cultural. Choay (2006), ao tentar compreender as razões que levaram ao culto contemporâneo pelo patrimônio, também recupera referências históricas que ajudam a compreender a origem, a construção e as transformações da noção de patrimônio.

⁴ Segundo Choay (2006, p.11), “Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos’, *Dictionnaire de La langue française de É. Littré.*”

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliar a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2006, p.11)

A adição do adjetivo “histórico” passou a ser utilizado pela mídia e hoje se configura como uma palavra-chave para as discussões modernas. A formação do conceito de patrimônio é resultado de uma longa evolução, que se inicia com um apreço por vestígios dos tempos clássicos e obras do passado, passando por uma valorização dos bens culturais, e chegando às recentes convenções da UNESCO e à compreensão da sociedade civil sobre a importância da conservação dos bens culturais.

Vale ressaltar a relação e a presença dos adjetivos edificado, arquitetônico, histórico e cultural, que podem ser encontrados nas reflexões de diversos autores. Tais considerações, no entanto, se relacionam também com as discussões na área da história, da sociologia, do turismo e da antropologia. O patrimônio, assim, pode ser entendido como vestígio, marco, obra, herança de uma época, que propaga no espaço e no tempo o que o passado deixou para reflexão no presente.

Partindo para a análise do que é monumento, o objeto deste estudo, Chauí (2006, p114), ao resgatar a origem em latim, elabora os seguintes apontamentos: “*Monere*, recordar ou lembrar; *menini*, lembrar-se; *mementum*, a lembrança ou recordação. *Monumentum* significa: sinal do passado; o que perpetua o passado”. Vale ressaltar a descrição de Choay (2006, p.17) cujo “sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa”, que possui a capacidade de tocar pela emoção, uma memória viva com o mesmo sentido exposto por Silvestri (2001, p.1): “*fijar algo en la atención, reparar, prevenir*”.

É possível encontrar pontos convergentes nos textos de Silvestri (2001) e de Choay (2006) no que se refere ao conceito e à função do monumento. Para

Silvestri (2001, p.1), a função do monumento é “*didáctica y pública; advierte a las generaciones futuras que esto sucedió, que no se debe olvidar*”. Choay (2006) argumenta que sua função é antropológica, ressaltando a relação com o tempo e com a memória, na qual

o resto é contingente e, portanto, diverso e variável. Já o constatamos no que diz respeito aos seus destinatários, e o mesmo acontece em relação aos seus gêneros e formas: túmulo, templo, coluna, arco de triunfo, estela, obelisco, totem. [...] O monumento, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, tendendo a acumular outras funções. (CHOAY, 2006, p.18)

Ainda de acordo com a autora, será denominado monumento tudo aquilo que for edificado por uma comunidade em prol da rememoração de fatos, pois

a especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2006, p.18)

Outra definição importante a ser destacada é a de Riegl (1999):

Por monumento, no sentido mais antigo e primitivo, entende-se uma obra realizada pela mão humana e criada com o objetivo específico de manter sempre presente e viva na consciência das gerações futuras uma ação ou um destino individual (ou um conjunto desses). (RIEGL, 1999, p.23)

Le Goff (1984), que discorre em suas obras sobre a memória, aponta nos monumentos uma característica de evocação do passado, pois como herança das sociedades apresenta-se com um poder de perpetuação voluntária ou involuntária.

Nesse sentido, um monumento representa e revela valores de uma sociedade; é o testemunho de determinada cultura e apresenta-se como instrumento de distribuição de significados e de símbolos: sua capacidade narrativa excede a vida de quem o originou. A memória pode ser marcada através de um monumento que nasce, pode ser apagada, é destruída e, às vezes, renasce. Para Freire (1997, p.58), “o monumento, no sentido tradicional, remete ao ausente, a um fluxo de tempo passado que a peça, através de seus símbolos, pretende lembrar, eternizar”. Esse mesmo pensamento pode ser encontrado na discussão de Silvestri (2001) a respeito das marcas pétreas deixadas por meio dos monumentos, o que sugere uma espécie de diálogo com aquilo que já não existe, o que está ausente, em um sentido que abranda a ligação entre tempos.

En su definición clasicista, reúne acontecimiento, signo y sitio en un sólo gesto; evoca un más acá del tejido efímero de las palabras y actos, en su aparente reunión con lo no humano -la tierra, la naturaleza, las cosas. No reemplaza otros trabajos de la memoria - no reemplaza, sobre todo, la palabra-, sino que se orienta a otras aspiraciones; es una especie particular de reificación de las reflexiones colectivas, que parecen a través de él ancladas y sedimentadas materialmente. Por ello, el monumento fue encargado a ciertas artes, públicas por condición, las que trabajan artefactos en el espacio real con material duro: la arquitectura - el orden, la estructura, la relación con el lugar- y la escultura - la que expresaba, clásicamente, la figura. (SILVESTRI, 2001, p.1)

As informações destacadas até agora conferem aos monumentos uma característica universal, presente em todas as sociedades, em todos os continentes. O termo monumento ganhou destaque na Europa, especificamente na França, e a partir da segunda metade do século XIX, se difundiu progressivamente, de acordo com o apresentado por Cal (2003):

Fue a mediados del siglo XIX cuando se definió, legalmente, lo que se consideraba monumento en general y monumento histórico o monumento artístico en particular. Se entendía por monumento en 1844 la: Obra pública que puede tomar la forma de estatua, inscripción, pirámide, templo, panteón ... para conmemorar o perpetuar la memoria de alguna persona insigne por su saber, o por sus hazañas o patriotismo.(CAL, 2003, p.4)

A essa expansão pode-se acrescentar outra mudança: a do próprio caráter original dos monumentos. Para Choay (2006, p.18-19), “o papel do

monumento, porém, entendido em seu sentido original, foi perdendo progressivamente sua importância nas sociedades ocidentais, tendendo a se empanar”, enquanto o próprio termo adquiria outros significados:

Em 1689, Furetière já parece dar ao termo um valor arqueológico, em detrimento de seu valor memorial: “Testemunha que nos resta de alguma grande potência ou grandeza dos séculos passados. As pirâmides do Egito, o Coliseu, são belos monumentos da grandeza dos reis do Egito, da República Romana”. Alguns anos mais tarde, o *Dictionnaire de l’Académie* situa de forma clara o monumento e sua função memorial no presente, mas seus exemplos traem um deslocamento, desta vez em direção a valores estéticos e de prestígio: “Monumento ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso”. (CHOAY, 2006, p.19)

A evolução que se depreende dos dicionários do século XVII era irreversível: o monumento passa a se firmar como criação do poder público e a ser destinado a “promover estilos, falar à sensibilidade estética”, de acordo com Choay (2006, p.19). O sentido de monumento passou por modificações, evoluiu e ampliou sua função memorial. Dentre as causas destas alterações, o autor expõe duas principais: a importância dada ao conceito de arte nas sociedades em decorrência do Renascimento que “abriu caminho para a substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza” (Choay, 2006, p.20), e o advento de novas tecnologias e o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais. A imprensa e as novas técnicas de gravação da imagem e do som configuraram-se como inibidores da função memorial dos monumentos.

O perspicaz Charles Perrault se encanta por ver desaparecer, pela multiplicação dos livros, as limitações que pesavam sobre a memória: “hoje (...), não aprendemos quase mais nada de cor, porque habitualmente temos os livros que lemos e aos quais podemos recorrer quando necessário, e cujas passagens podem ser citadas de forma mais segura transcrevendo-as do que confiando na memória, como se fazia outrora. (CHOAY, 2006, p.20-21)

Huyssen (2000, p.67) afirma que “quanto maior é a memória armazenada em bancos de dados e acervos de imagens, menor é a disponibilidade e a habilidade da nossa cultura para se engajar na rememoração ativa, pelo

menos ao que parece.”⁵. Sob esse mesmo enfoque, Carvalho & Almeida (2005, p.168) destacam que as transformações tecnológicas “afetam diretamente não só os processos de formação e fixação de identidades, mas também a própria articulação da memória coletiva”.

Novos arranjos tecnológicos aparecem com a prerrogativa de registrar e armazenar aquilo que antes era apresentado pelos monumentos à sociedade no espaço urbano. Eles são formas de resgatar a memória, o que leva a questionamentos sobre o papel dos monumentos na sociedade contemporânea. Essas modificações ocorridas na conceituação dos monumentos ou mesmo na forma como a população percebe e se conecta com eles, Os monumentos, a partir dessas modificações ocorridas na sua conceituação, podem ser ativados e colocados novamente em atenção no caos urbano, sob novas óticas e em outras possíveis leituras. É a relação dos monumentos com o seu entorno e com os sujeitos que por ali passam que sustenta a interação entre transeunte e os símbolos da cidade. Conforme estudos de Mesentier (2003)

o patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial. (MESENTIER, 2003, p. 3)

Para Janaina Schvambach (2009) a memória pode, então, ser ativada de acordo com as propostas artísticas e urbanas realizadas. Gerar questionamentos sobre o patrimônio a partir dessas intervenções pode ser uma estratégia para a sua preservação, uma vez que a população será instigada a participar desse processo.

A intervenção artística no monumento público seria, portanto, um movimento propulsor para modificações no meio social, que acaba suavemente sendo incorporado pelo cidadão. Deste modo, poderíamos afirmar que esse novo olhar depende do espectador e

⁵ Huyssen (2000) questiona como a mídia tecnológica afeta a estrutura da memória. Nos anos 1970 e 1980, uma obsessão pelo passado foi instaurada quando a construção de museus e memoriais foi exacerbada.

da sua maneira de conviver com o lugar, através da percepção estética particular. (SCHVAMBACH, 2009, p.2937)

Em razão das discussões empreendidas acima, o distanciamento da função original do monumento conduziu a uma nova linha de análise sobre suas formas de apropriação, cuja finalidade e objetivo desencadearam a formação da expansão do conceito que, da mesma forma como ocorrido com o de patrimônio, recebeu a incorporação do adjetivo “histórico”. Vale ressaltar que a função memorial do monumento não se perde, mas se transforma, aliada a outros valores descobertos com o passar do tempo. O livro *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*, de M. Christine Boyer (1994), expõe os diferentes modelos visuais e mentais (como mapas, teatro e museus) pelos quais o espaço urbano tem sido reconhecido e resgatado na memória da sociedade. Para ela esses “traços de memória tornam-se, então, as marcas remanescentes de momentos históricos; imagens que são metaforicamente e metonimicamente deslocadas para diferentes contextos contemporâneos”⁶. (1994, p.68, tradução do autor)

O debate incitado sobre o legado que será transmitido às gerações futuras ganha fôlego com a incorporação do novo conceito de monumento histórico, no tocante à memória relacionada à nação e aos seus heróis. Os monumentos, até então constituídos sem uma premissa específica *a priori*, passam a ser construídos com uma finalidade. Esse processo auxiliou na consolidação de um Estado Nacional, em virtude da necessidade de se resguardar um passado que se esvaía rapidamente após o advento da Revolução Francesa, como destacado por Kühn (2007, p.3): “no que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu à Revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero”.

⁶ *Memory traces then become the remaining marks of historical moments; images that are metaphorically and metonymically displaced onto different contemporary contexts.*

Foi a partir dessa descontinuidade na história – a ruptura em razão da Revolução Francesa – que surgiu a necessidade/interesse pela consagração do sentimento de pertencimento nacional. Neste momento, a conservação patrimonial começou a ser incorporada às políticas nacionais, como observa Choay:

o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação – para que a preservação dos monumentos se ornasse um tema de interesse público. (CHOAY apud FONSECA, 2005, p.57)

A discussão sobre o patrimônio e os monumentos ganhou destaque e foi consolidada, pois se primava pela construção de um Estado Nacional. Tornou-se parte estratégica na formação de uma identidade nacional com a qual o sujeito poderia compartilhar e se reconhecer, não somente pela mesma língua, mas também pelo sentimento de pertencimento a um povo e a um território. Foi por meio dos monumentos, das artes e da arquitetura que essa formação foi possível, gerando condições para que se pudesse remontar a um passado comum que chegou, inclusive, a conduzir as políticas patrimoniais deste Estado. Entretanto, não se pode afirmar que as políticas estabelecidas na última década do século XVIII foram consistentes ao ponto de conduzir todo o processo de conservação e preservação dos monumentos.

O patrimônio, considerado em sentido amplo, é tudo aquilo que uma sociedade herda dos seus antepassados, e os monumentos são, de forma deliberada ou não, marcos, representações, depositários de uma memória específica. Essa evolução consolidou a ampliação do conceito de monumento histórico, muito utilizado contemporaneamente.

1.1 A contribuição de Alois Riegl na discussão sobre os monumentos

É imprescindível neste momento do estudo apontar as diferenças entre monumento e monumento histórico. Para tanto, faz-se uso das reflexões de Alois Riegl, apresentadas na obra de Choay (2006):

Outra diferença fundamental observada por A. Riegl, no começo do século XX: o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha sido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. Quanto ao prazer proporcionado pela arte, tampouco é apanágio exclusivo do monumento. (Choay, 2006, p.25-26)

A contribuição de Riegl para a formação do entendimento dessas distinções foi fundamental. Ainda sobre a diferenciação entre monumento e monumento histórico, pode-se destacar a seguinte discussão de Choay (2006):

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte” (*Kunstwollen*): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2006, p.26)

Sobre a afirmação acima é importante ressaltar que para Riegl (1999) não existe valor artístico ou histórico absoluto, mas sim um valor relativo que será dado em decorrência do estilo de cada época. Ele será constantemente alterado e substituído, conforme entendimentos deliberados.

Para apreciar as formas únicas que cada época produzia, era preciso atentar ao que Riegl chamou de *Kunstwollen* da

sociedade: a intenção e o propósito da arte em todas as culturas. Isso não gerava progresso e regressão, mas eterna transformação: uma apreciação da pluralidade na arte, para além de qualquer padrão estético único *a priori*. (SCHORSKE, 1981, p.226)

O monumento era considerado então, por muitos, como um documento que ilustrava um período específico da História, e as modificações feitas em épocas subseqüentes à sua construção não eram levadas em conta. A própria noção de estilo era vinculada a um conceito de unidade formal, como se cada estilo fosse algo unitário, delimitado e preciso, com uma visão idealizada, e muitas vezes distorcida, do que era esse estilo. (KÜHL, 2007, p.11)

Em sua abordagem⁷, Riegl (1999) observa e considera as formas de percepção dos monumentos conforme a temporalidade e o contexto social e distingue os intencionais dos não-intencionais. Para Riegl (1999, p.23) “a criação e a conservação de tais monumentos ‘intencionais’, dos quais se encontram traços até nas épocas mais antigas da cultura humana, não cessaram até os nossos dias [...]”. Entretanto, sabe-se que não é a esse tipo de monumento que a sociedade moderna se refere quando utiliza o termo, mas aos monumentos artísticos e históricos, ou seja, trata-se daqueles monumentos não-intencionais, aos quais foram atribuídos “um valor subjetivo, inventado pelo sujeito moderno que o contempla, que o cria e o modifica a seu prazer [...]”. (RIEGL, 1999, p.26)

O monumento histórico é para Riegl (1999) uma criação da sociedade moderna, uma construção no tempo e no espaço:

“Os monumentos históricos são, por oposição aos monumentos intencionais, ‘não intencionais’: mas está claro desde o início que todos os monumentos intencionais também podem ser, ao mesmo tempo, não intencionais, e representam apenas uma pequena parte dos não intencionais.” (RIEGL, 1999, p.28)

É a partir dessa ressignificação que os monumentos se distanciam do seu valor original ligado à memória: agora, seu valor passa a ser pautado pelos atributos históricos, artísticos e estéticos. Nesse sentido, a contribuição do historiador da arte sobre os valores atribuídos aos monumentos corroborou

⁷ Na Viena *fin-de-siècle*, Alois Riegl (1858-1905), historiador da arte, dedica seus esforços a fim de compreender o valor do monumento histórico para o governo vienense.

para o entendimento futuro das melhores práticas de proteção e conservação, que passaram a ser legitimadas e aplicadas.

Diferente das teorias de Camilo Boito⁸ e Cesare Brandi⁹, Alois Riegl (1999), em *O Culto Moderno dos Monumentos*, não direciona sua atenção para os processos de conservação e/ou restauração dos monumentos históricos e sim para o entendimento e classificação dos valores a eles atribuídos para, finalmente, evidenciar o conflito e as tensões entre os dois.

Riegl, na passagem do século XIX para o XX, é um dos responsáveis pelo avanço do conceito de patrimônio histórico colocando-o como central para as sociedades modernas em seus questionamentos sobre o futuro. É a partir de sua obra e, ainda que não tão amplamente da obra de Camilo Boito, que a conservação de monumentos históricos começa a demonstrar ter alcançado status de disciplina, portanto, tornando-se merecedora de questionamentos conceituais. (ALVES FILHO, 2004, p. 23)

O monumento torna-se histórico a partir de uma atribuição de valor que poderá variar ao longo dos anos, de acordo com os valores estéticos assimilados em cada período. Para Riegl (1999), toda obra de arte agregada a seu respectivo valor histórico pode ser definida como monumento histórico, ao contrário do que o estudioso denominou como simples monumento, ou seja, o intencionado que conta com funções de rememoração em sua gênese, sem que haja necessariamente um reconhecimento de valor. É possível depreender dessa constatação que para ele, assim como todo monumento artístico é um monumento histórico, o histórico também é artístico. O autor estabeleceu dois grupos de valores e inseriu classificações em cada um deles: o de rememoração aponta para a questão da memória, que será transmitida como principal característica dos monumentos e o de contemporaneidade, que surge para atender e satisfazer necessidades materiais, representada pelos valores instrumentais ou espirituais, ambos com valores artísticos.

⁸ Camilo Boito entendia que a restauração só deveria ser praticada em casos extremos quando os outros meios (manutenção, consolidação e intervenções) tivessem fracassado.

⁹ Para Brandi, a restauração deve restabelecer a unidade da obra sempre que possível, sem cometer falsificações e sem apagar as marcas do tempo.

Figura 1 – Apresentação esquemática dos valores dos monumentos propostos por Riegl (1999)



Fonte: Elaborado pelo autor.

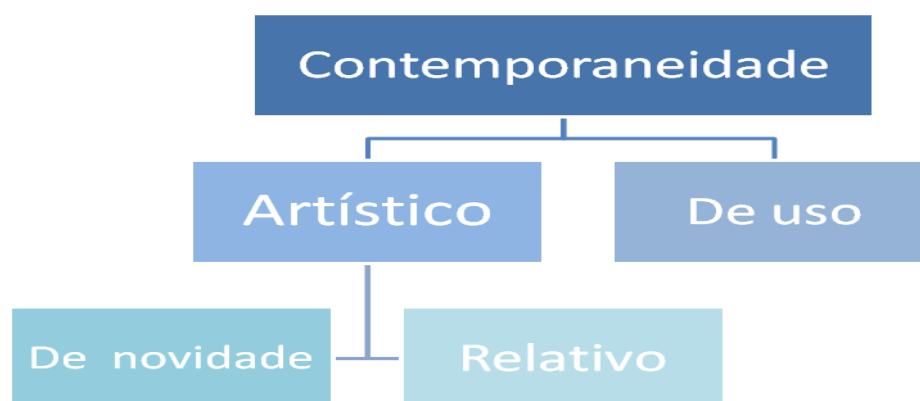
Inserido nos valores de rememoração, a análise de Riegl (1999) parte inicialmente do valor de antiguidade, porque diz respeito ao maior número de monumentos. Esse valor pode ser descoberto à primeira vista por sua aparência, em oposição ao presente e às obras modernas, mas também por sua imperfeição resultante das forças destrutivas e que caracterizam seu tempo vivido: apenas nas ruínas seu valor poderia ser reconhecido.

Até o camponês mais limitado poderá distinguir a velha torre de uma igreja de uma nova. Esta vantagem do valor de antiguidade se destaca de modo especialmente claro frente ao valor histórico, que descansa sobre uma base científica e só pode conseguir-se indiretamente por meio da reflexão intelectual, enquanto que o valor de antiguidade se manifesta imediatamente àquele que o contempla por meio da percepção sensorial mais superficial (a ótica), e pode, portanto, falar de modo direto ao sentimento. (RIEGL, 1999, p.55)

Por outro lado, para o valor histórico, não interessa as marcas de erosão que atuaram sobre o monumento: ele será maior desde que não haja nenhuma alteração. “Os valores de deterioração, que são o fundamental para o valor de antiguidade, devem ser eliminados por todos os meios do ponto de vista do valor histórico” (RIEGL, 1999, p.57), pois esse é o valor que considera que o monumento original é, por princípio, intocável. Ele é reconhecido por pessoas eruditas que o apropriam como representante de um período específico, revelando sempre a imagem do momento em que foi concluído, remetendo ao seu estado de gênese. Sua relação e importância estão intimamente ligadas à subjetividade do “espectador”.

Esse é o valor que busca a permanência do monumento vivo no presente, e mesmo na consciência da posteridade. Em relação à abrangência de pessoas atingidas por ele, em termos quantitativos, é o que possui menor raio de representação pela sua especificidade. Percebe-se, aqui, um direcionamento para os valores de contemporaneidade. “Enquanto o valor de antiguidade se baseia exclusivamente na destruição, e o valor histórico pretender deter a destruição [...], o valor intencional intenta a imortalidade, ao eterno presente, ao estado permanente da gênese.” (RIEGL, 1999, p. 67). Partindo para os esclarecimentos do segundo grupo, o valor artístico será o primeiro a ser abordado e divide-se em outras duas categorias: de novidade e relativo. O valor artístico não é absoluto, mas relativo, “se baseia na coincidência com o gosto artístico contemporâneo.” (RIEGL, 1999, p.72)

Figura 2 – Apresentação esquemática dos valores dos monumentos propostos por Riegl (1999)



Fonte: Elaborado pelo autor.

O valor artístico de novidade se relaciona com a estética da obra recém concluída, daquilo que é novo, recém acabado. A beleza provém da novidade e, seguindo esse pensamento, “o valor de novidade só se pode manter de um modo que se oponha formalmente ao culto ao valor de antiguidade.” (RIEGL, 1999, p.80)

O valor de arte relativo refere-se à capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno. Assim,

No valor artístico relativo se baseia a possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas não somente como testemunhos da superação da natureza pela força criadora do homem, mas também com respeito a sua própria e específica concepção, sua forma e cor (RIEGL,1999, p.91)

Quanto ao valor de uso, o monumento deve atender às necessidades materiais do homem. Riegl (1999) ainda coloca, com efeito, um valor terreno “de uso”, relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos.

A premissa básica para compreendermos a conservação dos monumentos recai sobre a questão dos valores que lhes são atribuídos ao longo do tempo. Por tal motivo, a elucidação das questões abordadas pelo autor será fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Partindo do pressuposto de que um ou mais valores devem atuar como justificativa para a conservação do monumento, é preciso analisar quais são aqueles agregados aos monumentos no cenário contemporâneo, para que ocorra ou não o ato de se conservar tais objetos.

O choque entre os valores também deverá ser discutido, pois a prevalência de um sobre o outro poderá determinar a trajetória de um monumento, levando-se em consideração, também, que determinados conceitos/gostos são definidos e estabelecidos em diferentes épocas.

Não se pode esquecer, ainda, que o monumento associado à transmissão da memória em seu sentido original deve ser avaliado no contexto atual para entender-se os processos pelos quais os monumentos passaram. Com isso, serão respondidos os questionamentos expostos nos capítulos que se seguem nesta dissertação.

Após as discussões sobre patrimônio, na diferenciação estabelecida entre monumento e monumento histórico, levantada em grande parte pela construção do Estado Nação, pode-se perceber um cenário favorável à conservação do patrimônio monumental na França do século XIX que, após amplas discussões em nível nacional, levou-os a dispor de instrumentos

técnicos e jurídicos, que serviram como base para muitos países desenvolverem suas próprias políticas patrimoniais.

A evolução do conceito de monumento propôs novas concepções acerca de seu significado e suas funções quando o século XX colocou à prova sua conceituação. O papel dos monumentos referente a recordação ativa das tragédias vividas é a primeira reflexão sobre como os monumentos podem atuar com a intenção de evitar que tais feitos se repitam. Isso leva a um dos principais problemas do monumento hoje: a perda da fixação da memória coletiva. Essa representação coletiva por meio dos monumentos tem sido cada vez menos expressa no ambiente urbano. Dentre as causas dessa constatação o constante uso de instrumentos tecnológicos que passam a ser utilizados para armazenar, guardar os fatos coletivos, o decréscimo na construção de novos monumentos, a falta de conhecimento e o desinteresse da sociedade em se relacionar com os monumentos. As representações abstratas no espaço urbano continuam a ser distribuídas sem, entretanto, estarem ligadas a uma rememoração ativa, construída e usufruída pela coletividade, onde “os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz com que sejam deixados de lado e abandonados” (CHOAY, 2006, p.26).

Assim, inicialmente compreendido como uma criação deliberada, e posteriormente analisada e estruturada com características, funções e valores, o conceito de monumento foi estabelecido a partir de discussões que levaram ao entendimento desses vestígios, marcos, obras, heranças de uma época, que foi e continua sendo alvo de diversas propostas de estudos.

2 OS MONUMENTOS E A FORMAÇÃO DAS CIDADES

Neste capítulo, destacaremos a presença dos monumentos na formação e evolução das cidades, seja como elemento de suporte à memória, marco referencial e histórico ou mesmo objeto de representação da arte no espaço urbano. A afirmação de Roberto C. Boullón (2002), em seu estudo sobre o ordenamento territorial do espaço, no livro *Planejamento do Espaço Turístico*, bem traduz tais constatações: “Como a linguagem de uma cidade são as formas, sua leitura se apóia naqueles signos que melhor a representam” (BOULLÓN, 2002, p.195).

O monumento demanda um entendimento em sua estrutura individual e também como parte de um sistema, de um ambiente. Assim como os demais bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, os monumentos podem ser afetados pelo contexto e pelo cenário onde se situam, ao adentrar e integrar as relações existentes em determinados espaços. Ele representa e revela valores de uma sociedade, é o testemunho de determinada cultura e apresenta-se como instrumento de distribuição de significados e de símbolos. Entretanto, sua capacidade narrativa excede a vida da sociedade que o originou.

A memória de uma sociedade pode ser marcada pelo nascimento, apagamento, destruição e, às vezes, renascimento de um monumento. A trajetória histórica e a relação com o espaço fazem dos monumentos indicadores de transformações urbanas e culturais. Além disso, é fundamental entendê-los como suportes à memória, representando o que se quer preservar, o que se quer fazer ser lembrado e ser transmitido pelo tempo por meio de sua presença material. Tudo isso possui estreita relação com o estudo dos espaços urbanos, seja na sua formação ou na análise das transformações ocorridas, seja nas dinâmicas da sociedade que forja determinado espaço urbano. Esse, entendido como um produto social resultado da participação do indivíduo no destino coletivo, é refletido, para Rossi (2001, p.22), na permanência dos monumentos, “signos da vontade

coletiva expressa pelos princípios da arquitetura, [...] elementos primários, pontos fixos na dinâmica urbana”.

Encontramos aqui, mais uma vez, a tragédia da modernidade, mas desta feita estabilizada pelos pontos fixos de monumentos que incorporam e preservam um “misterioso” sentido da memória coletiva. A preservação do mito por meio do ritual “constitui uma chave para a compreensão do significado dos monumentos, bem como as implicações da fundação das cidades e da transmissão de idéias num contexto urbano”. (ROSSI, 2001, p.15)

Diferente da memória individual, a memória coletiva se manifesta, entre outros, através dos monumentos que, para Le Goff (1984, p.95), são “um sinal do passado”, “[...] tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os *actos* escritos”. Para o historiador, eles fazem parte de uma gama de elementos capazes de transmitir a memória coletiva, que pode ser entendida como o patrimônio cultural de uma sociedade. A transmissão da memória também pode ocorrer através de objetos, que passam a se constituir como patrimônio cultural e suporte à memória. Os testemunhos históricos formam o patrimônio cultural de uma sociedade e apresentam-se como elementos para se repensar e rememorar o passado. Neste contexto, “os monumentos constituem, então, uma parte dos elementos que traduzem a memória coletiva e, quando consolidados, integram o patrimônio cultural de uma sociedade”. (CARVALHO & ALMEIDA, 2005, p.169)

Em consenso ao exposto por Rossi (2001) e Le Goff (1984), Mesentier (2003) afirma que

A construção da memória social implica na referência ao que não foi presenciado. Trata-se de uma memória que representa processos e estruturas sociais que já se transformam. A memória social é transgeracional e os suportes da memória contribuem para o transporte da memória social de uma geração a outra. (MESENTIER, 2003, p.3)

Os espaços urbanos guardam e acumulam uma diversidade de fatos que marcam de modo significativo a sua evolução. Eles vão gradativamente se somando, armazenando uma série de valiosas referências culturais,

formando a memória da cidade e da sua sociedade, desde sua origem até o presente. É a paisagem do lugar, “repleta de marcos do passado – sepulturas e cemitérios, monumentos, sítios arqueológicos, nomes de lugares e centros sagrados – que nos ajudam a lembrar e dar sentido às nossas vidas¹⁰” (SACK, 1997, p.135, tradução do autor), conforme explanação de Robert David Sack em *Homo geographicus: a framework for action, awareness and moral concern*, que aborda, dentre outras questões, a forma como o ambiente, o lugar e a paisagem configuram-se como parte da representação da memória.

“Não podemos dizer que existem lugares sem memória. A identidade espacial além da identidade do indivíduo está relacionada com a ideia de memória colectiva” (CALVÁRIO, 2008, p.70), é a interação entre os habitantes e os símbolos da cidade que definem a identidade de cada local.

Uma das funções fundamentais da arte na cidade é a de colaborar para que a expressão dessas memórias sob a forma de vestígios, lembranças e forças sejam manifestos. Na cidade deverá-se investir em lugares que tenham capacidades de comunicação e onde haja informação gratuita e itinerários lúdicos. (CALVÁRIO, 2008, p.80)

Compreender o conceito e a função de um monumento torna evidente o processo histórico no qual esteve envolvido, propiciando a recuperação e a manutenção de seu caráter, principalmente como formador da memória e da identidade social. Maurice Halbwachs (2004) entende a memória como um fenômeno coletivo e social, resultado das constantes transformações da sociedade que a constitui. Seu entendimento é de que a somatória da memória individual e coletiva cria uma identidade, na qual a continuidade é uma característica marcante. Assim, verifica-se que memória é um importante instrumento que legitima fatos e dá embasamento para construção da ordem social. São os seus elementos constituintes que constroem, mantêm, destroem e reconstroem os espaços sociais ligados às

¹⁰ “...replete with markers of the past—graves and cemeteries, monuments, archaeological sites, place names, religious and holy centers—that help us remember and give meaning to our lives.”

lembranças. Esse aspecto tão peculiar dos monumentos é ressaltado pela seguinte consideração de Françoise Choay (2006):

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p.17)

Portanto, a função social, não só do monumento, mas de todo o patrimônio, é tornar memorável um legado cultural, na qual essa significação pode ser transmitida pelos monumentos constituídos em obras palpáveis, materiais. Para Durham (1984), o patrimônio cultural é o resultado de um trabalho morto que se torna importante à medida que adquire novos usos e novas significações.

Aliás, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais ricas serão as possibilidades de sua utilização futura. (DURHAM, 1984, p.30)

A concepção de Marilena Chauí (1984) expande a noção de patrimônio que pode ser tangível ou intangível, sendo elemento fundamental para a construção e manutenção das identidades pessoais e de grupo, estando diretamente relacionado à memória. É preciso considerar que o monumento, visto como objeto relativo à memória, deve ser encarado como o depositário das coisas que já não estão no tempo presente e entendido como uma representação de uma ausência que deixou marca e impressões naquele espaço, conforme destacado por Cristina Freire (1997): “Os monumentos são, portanto, referências no espaço e no tempo. São ‘lugares de memória’ (FREIRE, 1997, p.55). De acordo com Nelson Brissac Peixoto, em seu livro *Paisagens Urbanas*, os monumentos representam, dão forma e trazem à tona os fatos relevantes de um tempo passado.

Nas cidades, os olhos não vêem as coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas. Ícones, estátuas, tudo é símbolo. Aqui tudo é linguagem, tudo se presta de imediato à descrição, ao mapeamento. Como é realmente a cidade sob esse invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, parece impossível saber. (PEIXOTO, 1996, p.1).

Interessa pensar como esses contextos transformam o significado do monumento e, ao mesmo tempo, como o monumento os transforma. Além disso, vale ressaltar que é importante discutir-se como os indivíduos de determinado meio social se lembram dessas mudanças. O deslocamento e suas repercussões sobre questões relacionadas à produção de memória também se colocam como uma problemática de representação. Freire (1997) analisa essa questão:

Ao conceber a cidade como um terreno de investigações estéticas, os monumentos são suas peças fundamentais. Estão, muitas vezes, presentes e se oferecem à percepção, ou estão ausentes e remetem à elaboração da memória, através de seus vestígios. (FREIRE, 1997, p.55)

Para Boullón (2002, p.189), “a cidade é um ambiente artificial inventado e construído pelo homem, cujo objetivo prático é viver em sociedade”. Corrêa (2002, p.9) define o espaço urbano como um local “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas”. Para Milton Santos (1999), a dinâmica de um espaço pode ser compreendida por meio da interação e integração dos objetos existentes e, assim como o autor citado anteriormente, considera-os como em um conjunto que dá forma a esse espaço.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1999, p. 51)

Aliando o conceito espacial exposto por Milton Santos (1999) e Boullón (2002) ao da memória, destaca-se a análise de Maurice Halbwachs (2004)

sobre a atuação dos monumentos na transcrição do étereo, abstrato, daquilo que foi memorável em algo material:

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 2004, p.143)

Para Rossi (2001, p.3) os sentimentos de uma geração são transmitidos pela arquitetura, materialização de gostos, manifestações e expressões em estilos arquitetônicos onde os elementos coletivos e privados são contrapostos e confundidos na cidade. Os monumentos são elementos da arquitetura e, portanto, são também avaliados dessa forma, como “sinais da vontade coletiva expressos através dos princípios da arquitetura, parecem colocar-se como elementos primários, pontos de referência da dinâmica urbana”. (ROSSI, 2001, p.3-4)

Cada geração conta-os de maneira diferente e acrescenta novos elementos ao patrimônio recebido do passado. Mas, por trás dessa realidade que muda de uma época para outra, há uma realidade permanente que, de algum modo, consegue furtar-se à ação do tempo. (ROSSI, 2001, p.6-7)

As formas e funções de uma cidade resultam das transformações sociais ocorridas em cada local. O espaço urbano configura-se como um lugar onde temporalidades diversas convivem e os monumentos são objetos que retratam os processos que levaram a sua estrutura atual, atuando além de meros elementos decorativos. O caráter histórico dos monumentos – estátuas, bustos, efígies, esculturas etc. –, marcam sua presença urbana destinada a recordar o passado. Freire (1995, p.41) destaca que “os monumentos oferecem a possibilidade da referência espacial, através da percepção, e temporal, pela via da memória.”

A partir desta constatação é possível apresentar uma característica dos monumentos que passou a ser utilizada como marco, referencial, ponto de orientação para a sociedade ou mesmo para os visitantes de uma cidade.

Os monumentos, por sua presença marcante e singular no espaço, passam a ser vistos também sob esse enfoque.

Peixoto (1996, p.154) afirma que “a estátua vinha demarcar a cidade, atestando o que ali se fez, o que ali ocorreu. A presença de alguém ou um acontecimento que determinam o destino de todos (...), elas orientavam, inclusive, aquele que passa pelas ruas, à procura de seu caminho”. Para Aldo Rossi (2001), os monumentos permanecem no espaço urbano por seu valor constitutivo:

Com efeito, inclino-me a crer que os fatos urbanos persistentes se identificam com os monumentos, que os monumentos são persistentes na cidade, e persistem efetivamente, inclusive do ponto de vista físico. (Salvo, enfim, casos bastante peculiares.) Essa persistência e permanência é dada por seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória. (ROSSI, 2001, p.56)

Decifrar a paisagem urbana é mais fácil que a paisagem natural, para Boullón, haja vista os elementos presentes nesse espaço que o homem registra em suas vivências, sendo possível o registro e a construção da imagem urbana: “Para o habitante de uma cidade, a construção de imagens como essa é imprescindível porque, graças a elas, reconhece os lugares em que transita e orienta.” (BOULLÓN, 2002, p.193). O autor define, ainda, alguns elementos urbanos que servem para orientação nas cidades: logradouros, marcos, bairros, setores, bordas e roteiros. Desses, o que interessa para o presente estudo são os marcos, entendidos como “objetos, artefatos urbanos ou edifícios que, pela dimensão ou qualidade de sua forma, destacam-se do resto e atuam como pontos de referência exteriores ao observador.” (BOULLÓN, 2002, p.197). Estão inseridos nessa categoria os monumentos, que podem atuar como pontos de referência para cidadãos e visitantes, conforme estudos do autor.

O requisito que uma forma urbana deve preencher para ser visto como marco é o contraste. Cada vez que em qualquer parte de uma cidade aparece um elemento singular, este passa imediatamente a fazer parte dos pontos focais urbanos que seus habitantes lembram. (BOULLÓN, 2002, p.202)

Uma de suas características é, justamente, sua singularidade, sua unicidade, o que demonstra a atuação desses monumentos como pontos referenciais do espaço urbano. Para Freire, eles “oferecem a possibilidade da referência espacial, através da percepção, e temporal, pela via da memória”. (FREIRE, 1997, p. 41)

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no início do século XVIII e as inovações tecnológicas resultantes desse período facilitaram a produção de artefatos, esculturas, estátuas e itens, que passaram a compor o mobiliário urbano, demonstrando uma época em que a produção de monumentos foi crescente. Para Montenegro (2005, p.20), o mobiliário urbano pode ser entendido como o conjunto de objetos que compõem a paisagem urbana: ele interfere, participa, facilita ou dificulta o acesso e trânsito e pode representar o estilo de vida de uma sociedade. Assim, o mobiliário urbano deve ser “entendido não apenas como um objeto específico, mas como pertencente a uma mesma ‘família’ que contribui para a sociabilização do espaço público e adequa-se as funções e ao contexto local”. (MONTENEGRO, 2005, p.20)

Mobiliário urbano (*urban furniture, mobilier urbain, mobilaje urbana*). Conjunto de elemento materiais localizados em logradouros públicos ou em locais visíveis desses logradouros e que complementam as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular: cabinas telefônicas, anúncios, idealizações horizontal, vertical e aérea; postes, torres, hidrantes, abrigos e pontos de parada de ônibus, bebedouros, sanitários públicos, monumentos, chafarizes, fontes luminosas etc. (FERRARI, apud MONTENEGRO, 2005, p.30)

Neste mesmo período, com a pretensão de criar e fortalecer uma imagem/identidade nacional, foram construídos objetos que enaltescessem os heróis, mártires e símbolos nacionais, levando a um povoamento dos espaços urbanos com monumentos erigidos em prol de uma política nacional identitária.

Calvário (2008, p.18) acredita que as sociedades passaram a prestar mais atenção ao espaço público e, por conveniências políticas, buscaram formas de melhorar o aspecto desses lugares, remodelando

ruas e praças, encarregando fontes e esculturas a artistas contemporâneos pretendendo dignificar espaços públicos de carácter emblemático e dando uma imagem limpa e moderna a aglomerados urbanos que estavam desagregados e com um aspecto antiquado. (CALVÁRIO, 2008, p.18)

Dentre as intervenções artísticas expostas por Calvário (2008, p.24), fazem parte os monumentos que passam a ser inseridos em nossa tradição e cultura, uma vez que “estas formas de arte interferem na memória dos cidadãos. A presença física dos monumentos marca visualmente e simbolicamente a cidade e interfere nas representações espaciais da mesma”.

As identidades podem ser percebidas no espaço construído através do sentimento de ligação do indivíduo com o lugar e com o tempo, na medida em que as tradições e culturas do passado são vinculadas à vida cotidiana do homem moderno. Assim, a preservação do patrimônio edificado é uma alternativa necessária à significação da identidade do homem com o seu entorno e com o seu passado, possibilitando, também, o desenvolvimento da economia local, quando estimulada pela administração pública e privada.

Creus (apud Serra, 2000, p.6) descreve que os elementos do cenário urbano “são objetos que se utilizam e se integram na paisagem urbana e devem ser compreendidos pelos cidadãos. Uso, integração e compreensão são conceitos básicos para a valorização de todo o conjunto de objetos que encontramos nos espaços públicos da cidade.” Além disso, os monumentos se constituem como componentes essenciais para a manutenção de um elo entre passado e presente de uma sociedade.

A contradição mais flagrante da história é sem dúvida o fato do seu objeto ser singular, um acontecimento, uma série de acontecimentos, de personagens que só existem uma vez, enquanto que o seu objetivo, como o de todas as ciências, é atingir o universal, o geral, o regular (LE GOFF, 2003, p.34).

A representação deste acontecimento ou de personagens na forma de um monumento também ocorre pela singularidade na sua confecção.

Difícilmente serão encontrados dois monumentos iguais em sua concepção artística e formato.

As esculturas, estátuas e bustos passam a ser inseridos nas cidades por razões culturais e estéticas e à medida que as cidades mudam, os monumentos tornam-se marcos referenciais do tempo, da história e dos acontecimentos nesses espaços urbanos. De acordo com Calvário,

a escultura teve o apogeu máximo na Grécia antiga, quando se consolidou a escultura clássica que obedecia a cânones formais e tinha uma presença física muito determinada, pois reclamava para si os melhores lugares e mais significativos (p.e. as portadas dos templos e palácios) Desde a época romana que as cidades foram planejadas em grandes avenidas perpendiculares. (CALVÁRIO, 2008, p.18)

Com o passar do tempo, eles passam a contar com novos significados, compondo a memória e a identidade de cada localidade. Para Marta Maria Bertan Sella Gabardo (2001, p.85), os fatos urbanos demonstram “o tempo e o espaço de uma sociedade, seus hábitos e costumes, seus modos de habitação, locomoção, trabalho e lazer”. A compreensão dessa evolução histórica auxilia no entendimento das transformações ocorridas e nas formas de planejar o desenvolvimento do espaço urbano, pois, ainda conforme Gabardo (2001),

[...] com passar do tempo, o espaço vai sendo dotado de significados por quem o utiliza e passa a compor a memória e a identidade urbana. Rossi (1995, p.57) confirma essa tese quando explica que a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade e existem muitos tempos na forma da cidade, colocando assim, o contexto histórico e as transformações ocorridas com o passar do tempo no estudo da forma urbana. (GABARDO, 2001, p.86)

De acordo com José Lamas (1992) e Rossi (2001), alguns elementos auxiliam no entendimento da forma urbana, sendo eles o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o traçado, a rua, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano. Na citação de Gabardo (2001), pode-se perceber a influência da obra de Rossi quanto à permanência dos monumentos no tecido urbano:

Os monumentos são obras de arte excelentes e caracterizam-se sobretudo por esse aspecto. Constituem um valor que é mais forte que o ambiente e mais forte que a memória. Essa definição ajuda a compreender o que Poète (citado por Rossi, 1995, p.24) classifica como princípio das permanências, que trata o monumento com um dos fatos urbanos que melhor persiste no tecido urbano independente das transformações que ocorrem na cidade. (GABARDO, 2001, p.97)

A especificidade dos monumentos e o que os torna passíveis de investigação é o fato de que revelam a relação/tensão entre a ordem temporal e a ordem espacial da cidade. Os monumentos nas cidades atuam como marcos temporais capazes de trazer à tona o tempo, a estrutura, as imagens e as sensações sobre a cidade, seu povo e sua história.

A monumentalidade surge da necessidade eterna do homem de criar símbolos para os seus actos e para o seu destino, para as suas convicções religiosas e sociais. Cada período tem a necessidade de criar monumentos que, de acordo com o seu significado em latim, algo que se evoca, algo que se tem que transmitir as gerações seguintes. (CALVÁRIO, 2008, p.20)

Vale acrescentar, ainda, que o significado embutido em cada monumento pode estar ligado a um determinado período, mas também a um determinado grupo que, de alguma maneira, decide dar forma ao abstrato por meio da sua concepção e criação. Como já mencionado, o monumento, caracterizado pelas esculturas, bustos, efígies, totens, estátuas, lavabos espalhados pelas cidades, possui como principal função a possibilidade de transmissão de uma memória. Sendo assim, “pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras”. (FONSECA, 2005, p. 3).

O início do século XX com as grandes mudanças na vida urbana alterou a forma e a atuação dos monumentos no espaço urbano. O aumento da população urbana e o desenvolvimento dos avanços tecnológicos afetaram as relações sociais e econômicas. As cidades começam a sofrer alterações em suas estruturas e morfologia, promovendo intervenções urbanísticas que se adaptassem às novas demandas do crescimento urbano. Com isso, essa linguagem essencialmente narrativa e pedagógica do monumento tem

perdido relevância e eficiência como ativadora de memória e como produtora de signos de socialização. Isso vem acontecendo porque o cenário da pós-modernidade é marcado pela efemeridade dos valores, relacionamentos, estilos de vida, lugares etc. Assim, descreve Toffler (apud HARVEY, 2002, p.259), essa “sociedade de descarte cria uma temporalidade na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais”, o que fomenta a desunião.

Em *Standing Soldiers, Kneeling Slaves*, Kirk Savage (1997) aborda a forma como os monumentos foram erigidos nos Estados Unidos durante o século XIX, em meio ao cenário de guerra civil. Expõe que eles foram concebidos para produzir soluções e não para prolongar os embates:

Os monumentos públicos são os mais conservadores das formas comemorativas precisamente porque eles são feitos para durar, inalterados, para sempre. Enquanto outras coisas vêm e vão, são perdidas e esquecidas, o monumento deve permanecer como um ponto fixo, estabilizando tanto o físico e a paisagem cognitiva. Monumentos tentam moldar a paisagem da memória coletiva, para conservar o que vale a pena lembrar e descartar o resto¹¹. (SAVAGE, 1997, p.4)

O monumento já não é mais referência ou marco para aqueles que vivem suas rotinas nas cidades. Aquilo que antes estava carregado de símbolos e valores culturais passa a ser negligenciado e ignorado, por falta de conhecimento da população ou pela carência de um olhar mais particular. O monumento permanece estático e imutável em meio a uma sociedade que se transforma a cada segundo. Como uma das consequências desse mundo líquido da pós-modernidade, o transeunte e a cidade contemporânea estabelecem relações conflitivas. Nela, o indivíduo acelerado acaba vivendo de forma isolada e transitória, como explicitado por Peixoto (1996):

As transformações mais radicais na nossa percepção estão ligadas ao aumento da velocidade da vida contemporânea, ao aceleração dos deslocamentos cotidianos, à rapidez com que o nosso olhar desfila sobre as coisas. Uma dimensão está hoje no centro de todos os debates teóricos, de todas as formas de

¹¹ “Public monuments are the most conservative of commemorative forms precisely because they are meant to last, unchanged, forever. While other things come and go, are lost and forgotten, the monument is supposed to remain a fixed point, stabilizing both the physical and the cognitive landscape. Monuments attempt to mold a landscape of collective memory, to conserve what is worth remembering and discard the rest.”

criação artística: o tempo. O olhar contemporâneo não tem mais tempo. (PEIXOTO, 1996, p. 179).

Rodrigo Cury Paraizo (2003, p.6) afirma que devido à escala urbana das cidades modernistas, estas precisam ser rerepresentadas aos seus habitantes, seja por listas de endereços, placas ou tabuletas nas ruas.

Em suma: a cidade necessita de uma mediação para ser lida, mesmo por seus habitantes. Também os monumentos, como elementos da cidade, necessitam de mediação, existindo a partir daí a categoria dos monumentos históricos, ou seja, referendados, mediados, que não mais respondem a uma função memorial da coletividade. (PARAIZO, 2003, p.6)

A falta de identificação do cidadão com o seu lugar de convivência social pode transformá-lo em mero espectador, desprovido de consciência crítica, de acordo com o analisado por Eduardo Geraldes:

O monumento seja um edifício, elemento paisagístico ou urbanístico, é concebido como marco, como elemento necessariamente diferenciado de seu contexto, projetado (preservado ou revitalizado) com a necessária função de distinguir-se dele. Assim, persiste um conflito paradoxal entre seu caráter de imposição e atribuição de valores e de sua significação, entendimento, aceitação e absorção por diferentes agentes sociais. (GERALDES, 2004, p.12)

As atuais políticas urbanas devem ser capazes de aliar as formas históricas, não só com os interesses econômicos, mas com a possibilidade de construção de uma identidade sólida e consciente de sua história e de seu papel na contemporaneidade, pois, segundo Hewison:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivermos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada. (HEWISON apud HARVEY, 2002:85)

Além das políticas de proteção, a atividade turística surge em um contexto de exploração dos bens e valores culturais que, associados aos interesses

turísticos, podem significar um crescimento nas ações e atenções voltadas para o seu desenvolvimento, onde o planejamento, a gestão e as políticas públicas do turismo podem contribuir para a conservação do patrimônio, proporcionando, dessa forma, a sua assimilação por parte da atividade turística. Para Marcela Maria Patriarca Mineo (2008, p.1030), “as formas urbanas se tornaram mercadoria pela indústria do turismo” e “o patrimônio edificado possibilita um contato direto com a história e a identidade das classes sociais que habitam e freqüentam os centros urbanos”.

A partir da metade do século XX, as regiões centrais das cidades começaram a ser vistas como espaço de agregação de obras históricas, e estas se tornaram uma alternativa ao crescimento econômico com o desenvolvimento da indústria do turismo. Os edifícios históricos passaram a exercer uma dupla função: preservar a identidade e memória locais, e de desgastar esse espaço, com o consumo turístico, provocando a sua lenta homogeneização. (MINEO, 2008, p.1029)

A atividade turística pode cumprir um papel estimulador para revalorizar, afirmar e recuperar os elementos culturais que caracterizam e identificam uma sociedade. E, particularmente, reforçar a identidade cultural contribuindo com a conservação do patrimônio, compreendendo que é esse legado que distingue e outorga a peculiaridade de uma localidade.

2.1 A formação da cidade – Belo Horizonte 1897

A descoberta de ouro no final do século XVII motivou o desbravamento das terras do sudeste brasileiro, explorada, principalmente, pelos bandeirantes paulistas. Estes partiram em busca de minerais e pedras preciosas que foram encontradas na região das “Minas Gerais”. Entre elas destacou-se a de Ouro Preto, local de fixação dos exploradores e marco para a expansão das atividades de mineração no córrego do Tripuí, que teve seu início em 1698. Graças à descoberta do ouro, um rápido povoamento da região levou à formação de pequenos vilarejos às margens dos ribeirões, e, em 1711, foi fundada, no local, a Vila Rica de Albuquerque de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Já em 1720, ela viria a se tornar a primeira capital da província. Da exploração do minério, novos arraiais e vilas foram estabelecidos, originando outras cidades coloniais, como Sabará, São João Del Rey e Tiradentes.

O surgimento do Arraial de Curral Del Rey, atual Belo Horizonte, não está diretamente ligado à exploração do ouro, uma vez que os metais preciosos não foram encontrados nessa região. Entretanto, a área era um local de passagem para os bandeirantes e tropeiros que vinham de Ouro Preto, com destino a Sabará. Devido às condições climáticas e ambientais, próprias para agricultura e pecuária, foi instalada, em 1701, pelo bandeirante João Leite da Silva, a Fazenda do Cercado. Com seu desenvolvimento, outros moradores foram atraídos para essa região, o que possibilitou a constituição de um pequeno arraial chamado Arraial do Curral Del Rey. Como curiosidade, vale destacar que seu nome surgiu da atividade realizada à época: gados destinados para o pagamento de impostos ao rei de Portugal eram levados a um curral especial - “o curral del Rey”.

Enquanto o arraial mostrava sinais de crescimento, Ouro Preto, a então capital de Minas Gerais não possuía mais condições adequadas para o desenvolvimento econômico, com o agravante do declínio das atividades de mineração. A colônia enfrentava, ainda, dificuldades com relação ao transporte e à comunicação, além da estrutura de saneamento e higiene

estar comprometida. A cidade também não estava comportando mais o aumento da população, com pouca possibilidade de expansão. Além disso, os republicanos queriam abandonar tudo o que fizesse referência à monarquia, e Ouro Preto era a personificação daquilo que se pretendia romper.

Criou-se, assim, a necessidade de transferir a capital de Minas Gerais para um local onde fosse possível o seu crescimento e a modernização preconizada pelos ideais republicanos. A possibilidade de mudança gerou grande discussão entre os mineiros, e as cidades começaram a reivindicar o direito de se tornarem capital. Os inconfidentes fizeram uma primeira tentativa, ao buscar a transferência da capital para São João Del Rei, em 1879. Além dessa, outras quatro foram feitas, todas sem sucesso. A obra *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte* (1974), de Maria Efigênia Lage de Resende, é fundamental para a compreensão da formação da cidade:

(...) Sem indicar o local, conseguiu-se tornar a 'mudança' uma determinação constitucional. (...) vencida a primeira etapa na Constituinte, os 'mudancistas' voltaram à questão em sessão do Congresso Legislativo, nos fins de 1891. A 14 de outubro organizou-se uma Comissão para indicar os locais a serem estudados. Do trabalho da Comissão resultou a indicação de Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, e Várzea do Marçal, ocorrendo depois, por proposição do Congresso, a inclusão de Juiz de Fora (...). (RESENDE, 1974, p.20)

Com o novo cenário republicano, Minas Gerais precisava se mostrar politicamente unida e forte. Assim, a construção de uma nova capital no centro geográfico do estado passou a ser considerada como a opção ideal para sanar os conflitos políticos. De acordo com Resende (1974, p.149), era preciso evitar embates e, ao mesmo tempo, “o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do estado”. Os republicanos também almejavam um estado industrializado e desenvolvido, e essa nova cidade, planejada segundo os valores modernos, seria o símbolo de uma nova era.

A construção da capital de Minas Gerais teve ao mesmo tempo o significado de negar a ordem monárquica e colonial representada por Ouro Preto e de exaltar o espírito republicano, desestimulando os movimentos separatistas e criando assim condições políticas para a integração de suas diversas regiões, a partir de uma nova capital instalada no centro do estado. (OLIVEIRA, 2007)

O impacto da mudança pretendida era grande e os políticos decidiram, então, contratar engenheiros para analisar, de forma imparcial, o local de implantação da futura capital. Assim, veio para Minas Gerais o engenheiro paraense Aarão Reis que, depois de conhecer vários locais, acabou escolhendo Várzea do Marçal (São João Del Rei) como o local ideal. Entretanto, a escolha não agradou aos republicanos, que decidiram, através de uma votação da Comissão Republicana, que a nova capital seria Arraial do Curral Del Rei. Após desapropriações e demolições, a denominada “Cidade de Minas”, mais tarde Belo Horizonte, foi escolhida para ser a sede do estado.

A construção colocou em prática os preceitos de uma cidade ordenada, funcional e saudável, tendo em vista a concepção de urbe moderna que romperia, assim, com os antigos paradigmas da dominação portuguesa. No texto *Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna – 1891-1929*, de Leticia Julião, pode-se compreender que a fundação da nova capital “sugeriu uma vida cosmopolita, racional, em incessante transformação. Sobretudo, constituía o espaço público legitimador do novo poder, adequado à sociedade formada por indivíduos emancipados” (JULIÃO, 1992, p.30). Belo Horizonte deveria, então, “substituir um *modus vivendi*, onde a arquitetura e o urbanismo poderiam ser transmutados na elucidação de uma ética moderna, coadunada com os interesses republicanos vigentes” (LEMOS, 1997, p.84). Para alcançar esses objetivos, foi preciso projetar uma cidade baseada no racionalismo, através de uma ótica na qual a razão e a lógica seriam ordenadoras da concepção espacial e ocupacional. Ainda para Lemos (1997, p.88), arquiteta e urbanista, que em sua obra *A cidade republicana – Belo Horizonte, 1897-1930* coloca em debate as formas arquitetônicas da capital, o momento de formação da capital expressou “uma ordem eficiente e harmônica, que condicionava as coisas e as pessoas, a

arquitetura, como artifício simbólico de base racional, completava as intenções do plano da nova capital das Minas Gerais”.

Considerada uma das primeiras cidades planejada do país, a capital foi concebida sob inspiração do positivismo do engenheiro paraense Aarão Reis na última década do século XIX.

O planejamento e a construção de Belo Horizonte obedeceram, como toda cidade planejada, a um plano global e totalizante da sociedade, como se esta tivesse em sua essência uma ‘ordem’ na qual cada elemento encontra seu lugar, sua identidade e sua razão de ser. Na cidade planejada, esta representação encontra um ‘espaço’ onde se tenta ordenar e colocar cada um em seu devido lugar. (SILVA, apud PAIVA, 1997, p.67)

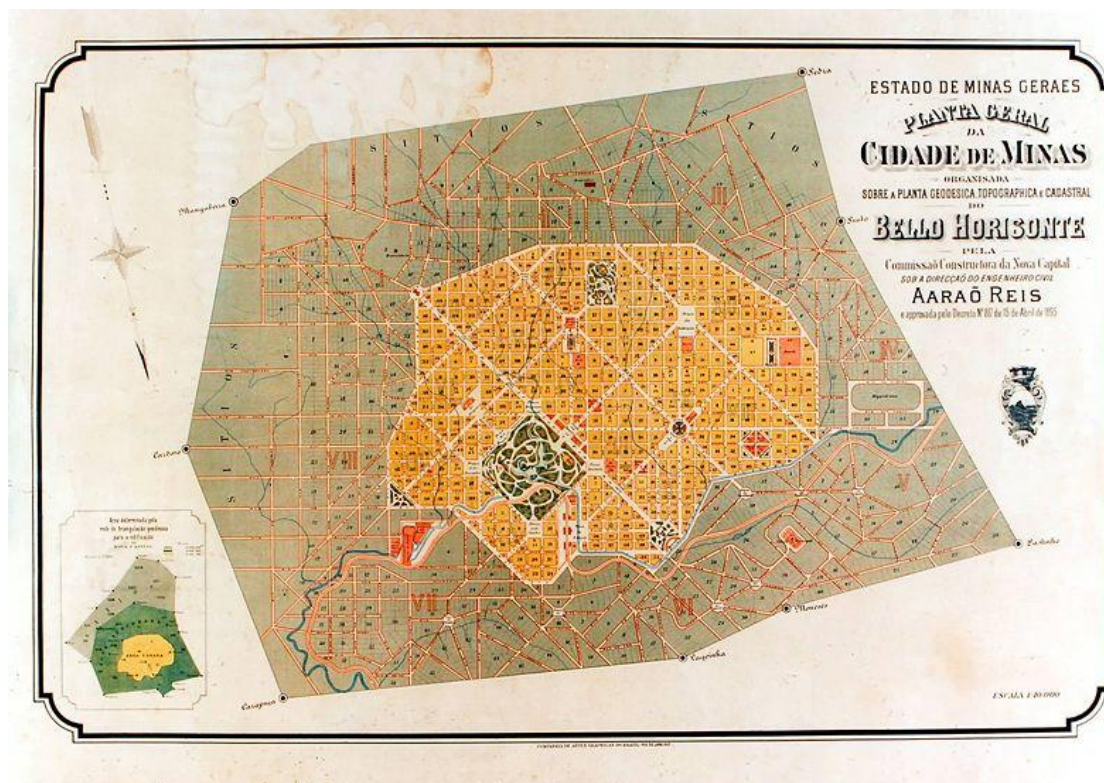
A planta original, inspirada na de Washington (EUA) e La Plata (Argentina), refletia a ideia de uma cidade funcional e organizada, com capacidade para abrigar um total de 200 a 300 mil habitantes. Para Diniz (2004), em seu artigo “Belo Horizonte sonhada – Belo Horizonte real”, “o primeiro patrimônio de Belo Horizonte é o seu traçado urbanístico. A ortogonalidade das duas malhas das ruas e avenidas giradas a 45 graus faz de Belo Horizonte um exemplo mundialmente conhecido por esse tipo de urbanismo.”. Deve-se, também, aos processos ocorridos na Europa de reorganização das cidades, a inspiração para a execução do projeto da capital mineira. O jornalista e escritor Cláudio Bojunga (2001), estudioso das políticas internacionais, traça em sua explanação uma comparação com as cidades européias e relata que

a Belo Horizonte de Aarão Reis veio na trilha dos ensaios reformadores das cidades européias que tinham procurado reorientar o espaço urbano na busca da modernidade e da universalidade, como a Paris de Hausmann, a Viena dos arquitetos Sitte e Wagner, a São Petersburgo de Pedro o Grande e a Amsterdã de Berlage. (BONJUNGA, 2001, p.392)

O livro organizado por Maria Cristina da Silve Leme, *Urbanismo no Brasil*, disponibiliza uma base documental sobre a história do planejamento urbano e do urbanismo brasileiro. No texto de Gomes e Lima (1999, p.120), a construção de Belo Horizonte é exemplo de um marco na história do urbanismo do Brasil, “pela complexidade das iniciativas em que ela implicou,

pela escala em que se deu e pela amplitude da mobilização de conhecimentos técnicos que promoveu”. Sua experiência é tida como exemplo no cenário brasileiro, haja vista o esforço despendido para executar um projeto que se diferenciava do cenário aqui encontrado.

Figura 3 – Planta da Cidade de Minas



Fonte: Marcos do Tempo. Disponível em <http://marcosdotempo.blogspot.com/2010_04_01_archive.html>.

A concepção do engenheiro Aarão Reis buscava no planejamento urbano, a partir de um traçado ortogonal, com áreas verdes e funcionais pré-definidas, uma cidade que forçaria seu crescimento do centro para a periferia, com um sistema viário funcional, comportando o tráfego intenso de veículos e pedestres. Em 1895, ele encaminhou ao governo do Estado a planta da cidade para ser aprovada, com a seguinte consideração:

Vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos nomes de cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes do Estado de Minas Gerais e da União e, bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo. (GOMES, 1992, p.18)

Essas primeiras designações foram quase todas substituídas; “no entanto, continuavam baseadas na mesma preocupação explicitada por Aarão Reis: perpetuar nomes e imagens na lembrança e no imaginário coletivo. Trata-se de um poderoso suporte para a memória nacional.” (GOMES, 1992, p.31)

Para a implantação do projeto, o arraial foi destruído e seus habitantes foram transferidos para fora da área central da cidade, que foi dividida em três zonas:

- a) Zona Urbana: área central da cidade, delimitada por uma avenida em forma de círculo, conhecida atualmente como Avenida do Contorno, que estava reservada para as atividades econômicas, políticas e administrativas;
- b) Zona Suburbana: área localizada nos limites da zona urbana. Contava, a princípio, com infraestrutura insuficiente e era o local de moradia dos operários e da classe baixa;
- c) Zona Agrícola: área destinada às atividades rurais e de abastecimento da cidade.

Tabela 1 – Distribuição da população belo-horizontina em 1912

Localização	População	%
Urbana	12.033	32
Suburbana	14.842	38
Rural	11.947	30
Total	38.822	100

Fonte: MINAS GERAIS, 1912, p.2.

Para a finalização das obras e a inauguração da cidade, foi estabelecido o prazo de quatro anos, que foi cumprido, mesmo com algumas construções, ruas e avenidas ainda não concluídas. Assim, em 12 de dezembro de 1897, foi inaugurada a Cidade de Minas, “em virtude da lei nº 3, de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição. Em 1901, porém, o Congresso restabeleceu o nome de Belo Horizonte, que fora dado ao arraial em 1890”

(BARRETO, 1950, p.28). Antes da sua inauguração, Aarão Reis deixou a direção da comissão e foi sucedido pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho.

Segundo Bruand, o plano de Aarão Reis sofreu três modificações consideráveis:

- na sua execução, a atenuação do contraste entre o traçado ortogonal da cidade e o desenho orgânico do parque municipal;
- na execução da maioria das praças projetadas; e
- na concentração dos edifícios administrativos, antes dispersos pela cidade, em torno do palácio de governo. (BRUAND, 1981, p.65)

Nos primeiros anos, Belo Horizonte aparentava estar sempre vazia, já que as construções foram finalizadas aos poucos e a população não era expressiva. A capital havia se tornado um lugar elitista e o alto preço dos imóveis levou os antigos moradores e operários para a periferia, ou seja, bairros vizinhos à Avenida 17 de Dezembro (atualmente, Avenida do Contorno) que delimitava a região central, reservada para os funcionários do Governo e para a elite que conseguira adquirir dos lotes. Como cita Lemos (1997, p.95), “as desapropriações e demolições no arraial tiveram início no final de 1894, quando se implantava o novo traçado, e persistiram até após a inauguração da Capital, em 1897, que, já nessa época, apresentava um grande déficit habitacional”.

No entanto, dois espaços permaneceram inicialmente intocados: o Largo da Igreja da Boa Viagem e o Largo do Rosário. Esses vestígios da arquitetura religiosa de Belo Horizonte foram poupados e na visão da época foram considerados relevantes para a preservação da continuidade histórica da cidade. Eles configuram-se como elementos de preservação do estilo arquitetônico e hoje são considerados patrimônio municipal.

Sobre o estilo arquitetônico, a capital apresentava um traçado com o estilo neoclássico aliado a uma arquitetura eclética. Maria Ângela Reis de Castro (2006) expõe no *Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte* que, assim como as cidades do século XX, ao longo do tempo, ela incorporou diversos estilos arquitetônicos.

A cidade de inspiração neoclássica convivia com o modernismo na literatura e as casas “coloniosas” abrigaram muitos carrões de último tipo. O déco conviveu com ecletismo neo-clássico e o gótico – este, como estilo “oficial” do catolicismo, ainda hoje faz algumas aparições, disputando a retórica da religiosidade com os “neo-neo-clássicos” reacionários dos templos evangélicos de novas facções: resta saber como a história vai interpretá-los.(CASTRO, 2006, p.14)

Tabela 2 – Cronologia estilos arquitetônicos

	1897	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	
Arquitetura rural	[Barra preta contínua]											
Ecletismo 1 fase	[Barra azul contínua]											
Ecletismo 2 fase	[Barra azul contínua]											
Art Déco	[Barra azul contínua]											
Ecletismo tardio	[Barra azul contínua]											
Protomodernismo	[Barra azul contínua]											
Modernismo	[Barra azul contínua]											
Pós-modernismo/ Contemporâneo	[Barra azul contínua]											

Fonte: Adaptado de CASTRO (2006, p.15).

Em 1912, a população era de aproximadamente 40 mil habitantes e mais da metade residia nas zonas suburbanas e colônias agrícolas, ou seja, fora da área planejada. Aos poucos, pequenas fábricas começaram a funcionar, obras foram concluídas, linhas de bondes foram inauguradas, e a zona urbana passou por um processo de arborização (o que levaria Belo Horizonte, anos mais tarde, a ganhar o título de cidade jardim). Tudo isso passou a atrair mais habitantes para a capital, que teve seu ápice de urbanização entre 1917 e 1919.

Além da vinda de artesãos, arquitetos e engenheiros, a construção da Capital também exigiu a importação de uma grande quantidade de materiais, assim como de manuais práticos sobre ornamentação e acabamento. [...] ‘Com isso, além da possibilidade de reproduzir qualquer estilo, era possível fazê-lo com elegância e leveza jamais conhecidas (...)’ -, alcançando, desde a estrutura até os ornamentos, uma ampla diversidade de usos na arquitetura da capital. (LEMOS, 1997, p.97)

Na década de 20, a capital vivenciou uma época romântica em que uma geração expressiva de escritores modernistas se sobressaiu no cenário nacional: Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Luís Vaz, Alberto

Campos, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos, João Alphonsus, Abgar Renault e Belmiro Braga. Com isso, experimentou um grande avanço no campo das artes, principalmente após a inauguração dos principais equipamentos que se tornariam palco dos grandes movimentos culturais da cidade: o Teatro Municipal e os cines Pathê, Glória, Odeon e Avenida.

Marca também os anos 20 a remodelação das praças e dos demais espaços públicos. A Praça Rui Barbosa recebeu 'embelezamento artístico'. Os jardins foram reformados de acordo com o estilo francês. Compõem esse estilo os canteiros geométricos com vegetação baixa, além dos espelhos d'água com esculturas e fontes luminosas. Estas foram fator de atração tanto dessa praça como da Raul Soares, posteriormente. (LEMOS, 1997, p.110)

A Praça da Liberdade também foi alvo de remodelação quando da visita dos reis da Bélgica ao Brasil, em 1920. Cenário de acontecimentos políticos e culturais, ela passou, então, por um processo de revitalização do espaço, o que levou à sua configuração atual. Outro marco histórico para a cidade ocorreu em 1922 como parte das festividades dos 100 anos da independência do Brasil: a Praça 12 de Outubro passou a se chamar Praça Sete de Setembro, com a implantação do Monumento Comemorativo do Centenário da Independência, conhecido como "Pirulito da Praça Sete".

Os problemas advindos do progresso começam a aparecer já na década de 30, como o surgimento de favelas e a expansão desordenada de bairros, sem os serviços básicos de água, luz e esgotos. Foi também nesse período que ocorreu uma das maiores revoluções na cidade, com troca de tiros entre revolucionários contrários à posse de Getúlio Vargas e forças federais.

Na década de 40, na gestão do prefeito Juscelino Kubitschek, a capital passou por uma profunda transformação. Além do Parque Industrial criado em 1941, que alavancaria o desenvolvimento e crescimento econômico, JK realizou diversas obras pela cidade.

Em 1940, o Decreto-Lei n. 84/1940 foi assinado pelo então prefeito Juscelino Kubitschek, que elaborou a segunda Planta Cadastral da Cidade. O documento ditava apenas o regulamento para as construções. Nessa lei, em nenhum momento, tratou-se das áreas

verdes públicas da cidade. Contudo, foi dessa época a urbanização da Pampulha e a criação da lagoa artificial, lagoa da Pampulha, a qual, atualmente, constitui um importante espaço livre com funções também de turismo e lazer. (COSTA, 2009)

A criação do Complexo Arquitetônico da Pampulha (1943) foi o mais notável, tendo em vista o reconhecimento internacional que a cidade ganhou com a obra. Ele se destacou pela grandiosidade e pela participação de importantes nomes do modernismo brasileiro em sua construção, como os projetos de Oscar Niemeyer, as obras de Portinari, as esculturas de Alfredo Ceschiatti e o paisagismo de Roberto Burle Marx. O complexo conta com quatro obras principais instaladas às margens da lagoa artificial: a Igreja de São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino (que viria a se tornar o Museu de Arte da Pampulha, após a proibição dos jogos de azar no país) e o late Golf Clube. Com seu projeto audacioso, Niemeyer fez da Pampulha um dos maiores exemplos da arquitetura modernista brasileira.

Outras obras como a construção do conjunto habitacional IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), inaugurado entre 1947 e 1948, do Palácio das Artes (1941), do Edifício Acaiaca (1943), do Teatro Francisco Nunes (1949) e da primeira estação rodoviária (1941) da cidade foram marcos do período. O crescimento da cidade tomou grandes proporções, após a implantação dos planos de Juscelino Kubitschek, principalmente com o direcionamento da expansão da cidade para o setor norte, área de criação da Pampulha.

A década de 50 vivenciou um aumento populacional, passando de 350 mil para 700 mil nos anos 60. Com esse crescimento da população, vários setores da cidade foram impactados como saúde, saneamento, transporte, entre outras. A tabela 3 demonstra o aumento populacional ocorrido entre 1900 e 1980 e a taxa de crescimento registrada neste período.

Tabela 3 - População de Belo Horizonte

	Número de habitantes	Taxa de crescimento médio anual
1900	13.472	-
1905	18.662	7,7
1910	33.245	15,62
1915	45.741	7,5
1920	56.914	4,88
1925	81.396	8,67
1930	116.981	8,67
1935	167.712	8,67
1940	214.307	5,55
1945	272.910	5,46
1950	352.724	7,11
1960	693.328	7
1970	1.235.030	5,9
1980	1.780.855	3,7

Fonte: PBH, 1985.

Preocupado com o crescimento desordenado da cidade, o prefeito Américo René Gianetti¹² deu início à elaboração de um Plano Diretor para Belo Horizonte (entre 1951 e 1952): “Nesse plano, além de serem analisados os aspectos de cadastro urbanístico, infra-estrutura, tráfego, transporte e outros, estavam incluídos os parques, jardins, hortos e áreas verdes.” (COSTA, 2009)

A construção de vários prédios na década de 50 como o Edifício JK, o Edifício do Bemge, o prédio do Colégio Estadual Milton Campos (atual Estadual Central), o Edifício Niemeyer e a sede da Biblioteca Pública Estadual marcou a verticalização da cidade. Esse processo avançou expressivamente na década de 60, período em que a cidade passou por diversas transformações urbanísticas em consequência do seu crescimento, ainda que apagando alguns traços peculiares.

A destruição em massa do casario da cidade não respeitava estilo nem o valor histórico e cultural do bem, sendo todos eles alvos do progresso que tomava a capital. O deslocamento da referência comercial do centro para a região da Savassi também contribuiu para este processo ao esvaziar o local de sua referência simbólica. (MIRANDA, 2007, p.94)

¹² Américo René Giannetti foi prefeito de Belo Horizonte em 1951, mesmo período em que Juscelino Kubistcheck esteve no Governo de Minas.

Belo Horizonte alcançou a marca de um milhão de habitantes na década de 70, deixando a cidade cada vez mais densa. A conurbação com as cidades vizinhas começou a ser instaurada e a criação de distritos industriais foi ampliada. De acordo com Flávio Lúcio Braga Cerezo (org. PAIVA, 1997, p.126), “nos anos 70, a questão do desenvolvimento urbano mais ampla toma o lugar da questão habitacional” e “as regiões metropolitanas são institucionalizadas como unidades administrativas”.

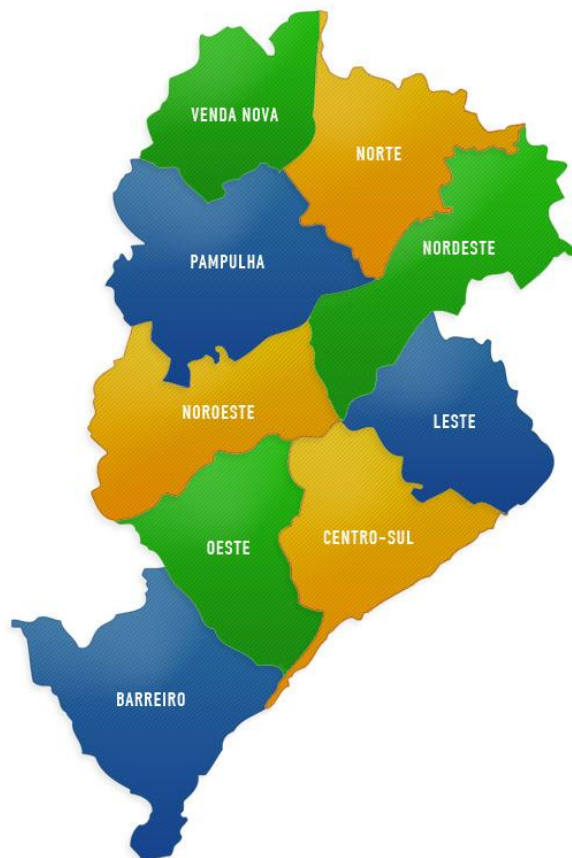
O início da dinamização do mercado imobiliário nesta época já indicava as futuras transformações espaciais que ocorreriam na década de 80. Entretanto, foi ao longo dessa década que as relações socioespaciais foram se agravando e se tornando preocupação dos cidadãos, que começaram a se manifestar contra o crescimento desordenado da cidade. Com isso, Belo Horizonte passou por um período em que esse desenvolvimento desordenado transformou a sua paisagem. A ocupação urbana aumentou e o adensamento da cidade cresceu. O poder público, como forma de interferir neste cenário e em conformidade com a legislação federal, implantou novos instrumentos de controle urbano. Em meio à corrida para aprovação de novos imóveis e lotes, foi promulgada, em 1985, a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Belo Horizonte. Neste período, houve a implantação da Avenida Cristiano Machado e da Via Expressa demonstrando a demanda por alargamento e criação de grandes vias.

Em 1996, o Plano Diretor da cidade e a Lei de Uso e Ocupação do Solo passaram a regular e a ordenar o crescimento da capital, visando à garantia da função social da propriedade urbana e da cidade. “Mesmo com problemas, Belo Horizonte apresenta melhorias significativas em termos de infraestrutura, quando compara à situação dos anos 70” (CEREZO, 1997, p.128). Isso só foi possível com a implantação de novos empreendimentos na década de 90, como obras de revitalização e organização da cidade. Espaços como a Praça da Liberdade e da Assembleia e o Parque Municipal, que se encontravam abandonados e desvalorizados, foram recuperados. Com isso, a população voltou a frequentá-los e a cuidar da sua preservação.

Em 2000, foi publicada a lei que aprovou alterações na lei nº 7166, citada anteriormente. A sua revisão foi aprovada, buscando atender a real necessidade da sociedade e da cidade, que precisava se adaptar à dinâmica urbana e às consequências do crescimento. Dentre essas alterações, podem ser citadas as mudanças em alguns zoneamentos e na hierarquização do sistema viário. A referida lei passou por novo processo de ajuste com sua aprovação em 20 de julho de 2010.

Assim como outras grandes cidades do país, Belo Horizonte passou por um período de grandes avanços tecnológicos e de reconhecimento e foi considerado como um dos municípios mais desenvolvidos do país. Com população estimada em 2.375.444 habitantes, de acordo com o Censo realizado em 2010, chega ao século XXI como a terceira maior aglomeração populacional brasileira e também em importância econômica da indústria nacional.

Figura 4 – Regiões administrativas de Belo Horizonte



Fonte: PBH, 2011. Disponível em <www.pbh.gov.br>.

Pela complexidade de administrar tão extenso território e tamanha população, atualmente, a capital está dividida em nove regionais administrativas, que auxiliam no processo de controle e planejamento urbano. Essa medida busca a descentralização de vários serviços prestados, em que cada uma das secretarias de administração regional funciona dando suporte à prefeitura.

Nos últimos anos, a cidade passou por transformações urbanas em grandes proporções como as obras de implantação da Linha Verde – corredor viário que liga a cidade ao Aeroporto Internacional de Confins –; a ampliação da Avenida Antonio Carlos; a criação do BRT¹³ da Avenida Cristiano Machado, que proporcionará acesso indireto ao Estádio Mineirão durante a Copa 2014; as obras de revitalização e requalificação do centro e da região da Savassi; a grande verticalização no bairro Belvedere; a ocupação densa dos bairros Burity e Gutierrez; a implantação das obras do Boulevard Arrudas, dentre outras.

As alterações urbanísticas causadas pelo crescimento da cidade refletem as constantes mudanças pelas quais as urbes passam. Abílio Barreto, em 1950, acompanhou a construção da capital e publicou obras sobre a história de Belo Horizonte. O autor fez uma importante constatação que, ainda hoje, pode ser aplicada, já que as mudanças em qualquer época possuem relevante significado e

(...) tão frescas permanecem ainda essas reminiscências; e tão constante e intensa vem prosseguindo, mesmo nos nossos dias, a transformação de Belo Horizonte na grande metrópole que de fato é e de continuarmos a ser também testemunhas desse mesmo nascimento, tão flagrantes as mudanças que se vão operando na fisionomia urbanística da nossa capital (BARRETO, 1950, p.72).

¹³ “O BRT (Bus Rapid Transport) ou TRO (Trânsito Rápido de Ônibus) é um transporte coletivo sobre pneus, rápido, flexível, de alto desempenho, que combina elementos físicos e operacionais em um sistema integrado, com uma imagem de qualidade e identidade única. O conceito evoluiu a partir dos corredores exclusivos para ônibus como alternativa ao metrô para o transporte de massa”. (Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/belo-horizonte/mobilidade-urbana/brt-cristiano-machado/>>)

As recorrentes alterações urbanas em Belo Horizonte e o impacto gerado na dinâmica espacial devem ser explicitados para discutir um dos objetivos deste trabalho: a incorporação da preservação dos monumentos às preocupações do poder público. As rupturas com o passado, em muitos casos, podem passar despercebidas e as transformações passam a ser encaradas com naturalidade, como acontece atualmente na região da Savassi, em que prédios tomam o lugar dos casarios remanescentes de outrora. Entretanto, é preciso colocar esse assunto em pauta e verificar o que essas mudanças podem causar no cenário urbano. A presença dos monumentos na capital serve como importante registro a ser pesquisado e interpretado.

2.2 Os monumentos em Belo Horizonte

Belo Horizonte foi concebida como a cidade que romperia com o antigo regime monárquico. O ímpeto de modernidade que acompanhava o regime republicano fez da cidade uma vitrine para o novo modelo de governo. Sua arquitetura e urbanismo foram concebidos para ressaltar toda uma ideologia política que perseverava à época. Com isso, a capital tornou-se a unidade global desse pensamento. Os elementos que compuseram, a princípio, o espaço urbano belo-horizontino precisavam estar alinhados a esse raciocínio de cidade moderna, grandiosa, funcional e organizada, sendo, então, implantados, passando a compor o cenário imaginado.

A relação entre os elementos urbanos e o progresso precisava ficar explícita em Belo Horizonte. Dentro da constituição desse espaço, os monumentos ganharam várias funções, sendo uma delas a de construção de uma identidade. Era preciso dedicar esforços para criar uma identidade para a cidade, que despontava em um regime político diferente e conturbado. Além disso, os monumentos deveriam representar os marcos históricos e os acontecimentos mais relevantes do período. Com as constantes transformações urbanas, novos monumentos foram instaurados, seguindo, inclusive, novas orientações funcionais.

A capital mineira conta, atualmente, com 198 monumentos (231 se forem considerados os monumentos desaparecidos que foram inventariados como registro), dentre bustos, efígies, esculturas, estátuas, lavabos, marcos, murais, painéis, obeliscos, pedestais e totens, espalhados pelo território urbano municipal. Alguns desses objetos fazem referência aos principais acontecimentos históricos e sociais ocorridos na capital, configurando-se como marcos representativos no espaço urbano. Entretanto, também podemos encontrar monumentos que foram implantados como ornamentação ou obras de arte, em momentos nos quais a revolução artística precisava se relacionar com a urbe. Seria inviável abordar nesta dissertação o histórico de todos os monumentos da capital. Por isso, fez-se

um recorte dos mais representativos e, partindo da sua interpretação, buscou-se uma montagem do processo de formação da cidade.

O monumento mais antigo, e controverso em sua própria concepção, é o lavabo original da antiga Matriz da Boa Viagem que, datado de 1793, é seu único vestígio. Entretanto, ele só foi considerado parte do patrimônio histórico a partir da sua exposição na área externa da nova catedral, em 1932. O lavabo esculpido em pedra-sabão, com características do rococó (estilo predominante a partir de 1760), o qual se buscava esquecer com a implantação da nova capital, foi doado em 1942 ao acervo do Museu Histórico Abílio Barreto e, em 1986, uma réplica de cimento foi instalada nos jardins da Igreja da Boa Viagem, na lateral esquerda. Em 2000, após ser restaurado, o lavabo original foi adaptado na parede externa da Igreja, na lateral direita.

Os primeiros monumentos com registro documental de data foram implantados em 1906, com a inauguração dos jardins da Praça da Estação. Datados de 1904, os jardins tiveram suas obras concluídas em 1906, com a arborização e a ornamentação, se tornando o cartão de visita da cidade. São eles as estátuas Tigres e Leões, esculpidas por Antonio Folini¹⁴, em mármore branco, material utilizado também no pedestal.

Figura 5 – Réplica da Estátua Tigres



Fonte: Inventários dos Monumentos, 2008.

Figura 6 – Réplica da Estátua Leões



Fonte: Inventários dos Monumentos, 2008.

¹⁴ Antônio Folini nasceu na Itália, mas não se tem conhecimento do local e das datas de nascimento e morte do escultor.

A praça passou uma remodelação e foi reinaugurada em 1926. As estátuas foram doadas ao Jardim Zoológico e, posteriormente, passaram a integrar o acervo do Museu de Artes e Ofícios, que foram tombadas em âmbito estadual e municipal, pelo IEPHA e pela Gerência de Patrimônio Histórico de Belo Horizonte, respectivamente. Hoje, as estátuas que estão expostas na praça são réplicas das originais.

Esse espaço também foi palco da instalação de diversos monumentos e recebeu, em 1913, um busto de bronze homenageando a heroína brasileira Anita Garibaldi¹⁵, importante revolucionária do século XIX que lutou na Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), na Batalha dos Curitibanos e na Batalha de Gianicolo, na Itália. O monumento possui uma alegoria em baixo relevo que retrata a cena de Anita fugindo das tropas imperiais e atravessando a nado o rio Canoas. É o início das representações de heróis, mártires e personalidades em Belo Horizonte. O busto foi retirado da praça e transferido para o Parque Municipal, pois não condizia com a moral da época. O monumento foi exposto em dois lugares: primeiro, junto ao portão da Avenida Assis Chateaubriand, e, posteriormente, com a modificação da avenida e construção do Viaduto de Santa Tereza, foi colocado, em 1929, na Ilha das Garças, atual Ilha dos Amores.

Outro busto que pode ser destacado é o de José Antônio Saraiva¹⁶, notória personalidade, formado em direito, promotor, juiz de comarcas, desembargador, professor na faculdade de Direito e presidente do Tribunal de Relação. O busto datado de 1921 encontra-se no prédio da faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral.

Em 1924, começaram as obras de reforma paisagística da Praça da Estação, com a construção de canteiros ajardinados, com dois lados, caramanchões, escadas, sarjetas e arruamentos, além da instalação de

¹⁵ De autoria do italiano João Bassi.

¹⁶ José Antônio Saraiva nasceu na Bahia em 19 de março de 1856. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1878.

quatro esculturas que representam as estações do ano. As estátuas femininas Verão e Primavera e as masculinas Outono e Primavera, feitas em mármore branco de Carrara, fazem parte do projeto paisagístico original; porém, as que estão localizadas, atualmente, na praça, são réplicas feitas de resina e pó de mármore. As estátuas originais encontram-se no Museu de Artes e Ofícios.

Datado de 1930, um dos monumentos mais representativos da cidade é o Monumento à Terra Mineira¹⁷, que foi inaugurado em 15 de julho na Praça da Estação, com a presença do presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Erguido em homenagem aos heróis e mártires mineiros, conta com uma estátua em bronze (imagem de um homem nu, com uma bandeira) e uma base em granito, com placas que fazem menção escrita aos homenageados (inclusive ao presidente do Estado). Além disso, retrata, em cenas, momentos significativos dos homenageados. Na parte da frente do monumento, tem-se a representação de Bruzza Spinosa¹⁸. Na face lateral direita, figura o martírio de Tiradentes. Na face lateral esquerda, é representado o martírio de Felipe dos Santos¹⁹, e na face posterior, o Caçador de Esmeraldas, Fernão Dias Paes. Possui 15 metros de altura e 500 toneladas. “Em 1930, a inauguração do ‘nu’ de João Starace, bem no eixo da entrada da cidade, no ‘Monumento à Terra Mineira’, causou escândalo, tendo recebido posteriormente um pudico tapa-sexo formado pela fralda da flâmula que ostentava.”²⁰ (Castro, 2006, p.23). Essa curiosidade está explicitada também no Inventário dos Monumentos de Belo Horizonte (2008):

Aquele mancebo musculoso de bronze, que lá está no topo, com uma bandeira na mão, concepção do escultor Giulio Starace, autor da obra, não era para ter tal bandeira. Mas o Dr. Lourenço Baeta Neves, grande engenheiro, assessor do Presidente Antônio Carlos, mandado pelo Presidente ao atelier do escultor em São Paulo, para ver como corria a obra encomendada pelo Governo,

¹⁷ Obra do artista Giulio Starace nascido em Nápoles, na Itália, no dia 8 de fevereiro de 1871, registrado como Giuliano Starace.

¹⁸ Desbravador espanhol, que por ordem do governo-geral comandou missões na Bahia e Minas Gerais.

¹⁹ Tropeiro português, responsável pela Revolta de Vila Rica.

²⁰ As assinaturas do artista encontradas em suas obras apresentam as seguintes formas: G.Starace, Glio Starace, J.Starace, Starace e Julio Starace.

insurgiu-se, por bem conhecer nossa gente, contra o nu da estátua, já pronta para ser fundida em bronze. Discutiu muito com o escultor, que não queria alterar sua criação. Mas o convenceu. E então, o escultor Starace meteu aquela bandeira nas mãos do homem-estátua, arranjando jeito de, com as dobras do pano, cobrir-lhe do nu tudo quanto considerava o ilustre engenheiro Baeta Neves que deveria ser bem coberto, para a estátua poder figurar em lugar público na capital mineira cheia de melindres. Ouvei as lamentações do artista Giulio Starace no dia da inauguração festiva do monumento. Estava furioso porque fora forçado a mutilar a sua concepção de artista. (PBH, 2008, p.468)

Figura 7 – Monumento à Terra Mineira



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

A presença desses monumentos na Praça da Estação demonstra o interesse dos gestores públicos em dotar a cidade com peças representativas que passassem a integrar a história, o espaço urbano público e a população. Esse local expressa, em seu estilo arquitetônico, em suas edificações e em seus monumentos, uma parcela significativa da história da formação urbana de Belo Horizonte e, hoje, é considerada um dos locais mais importantes da capital para manifestações políticas, sociais, artísticas e culturais. “A história da praça marca profundamente a vida de Belo Horizonte não só pelo exemplo de substituição de prédios e funções,

mas por vários outros fatos característicos de seu povo e marcantes como momentos históricos”. (CASTRO, 2006, p.23). O estilo e a arquitetura também são para Gabardo (2001) formas de se compreender a formação da cidade, assim como

a arquitetura da cidade passa a caracterizar a própria cidade, sua morfologia urbana; assim, os fatos urbanos passam a ser produtos também dos fatos arquitetônicos, dos projetos materializados, demonstrando o tempo e o espaço de uma sociedade, seus hábitos e costumes, seus modos de habitação, locomoção, trabalho e lazer. (GABARDO, 2001, p.85)

Era preciso, nos primeiros anos de constituição da cidade, habitá-la e, também, inserir informações para que as pessoas pudessem se sentir parte do ambiente histórico que se formava, construindo, dessa forma, novas memórias para o espaço e para a sociedade que se firmava ali. Anne Cauquelin (2006, p.142), em seu livro *Arte Contemporânea: uma introdução*, define o espaço pela sua utilização e determina que ele “não preexiste ao uso que se faz dele; é, ao contrário, o uso que define o lugar como lugar, que tira o espaço de sua neutralidade ‘natural’ para artificializá-lo, ou seja, habitá-lo”.

O erguimento de monumentos evidencia o processo de produção sociocultural que se pretende estabelecer na cidade, perpetuando, a partir das relações espaço-temporal, elementos urbanos, como esculturas, estátuas e obeliscos para constituir uma lógica narrativa.

Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar, antes de tudo, seu componente histórico e estético. Afinal, o que são os monumentos numa cidade? Longe de se referirem a traçados urbanos abstratos, carregam-na de sentido simbólico; testemunham sistemas mentais da época em que foram criados e solicitam, não raro, uma relação na apenas perceptiva, mas também efabuladora, que mistura os tempos presente e passado, as histórias individuais às coletivas. (FREIRE, 1997, p.55)

Essa relação dos habitantes de Belo Horizonte com os monumentos foi estabelecida, a princípio, com cautela, já que a cidade nascia com a instauração de novos princípios. Sua ordenação, que deveria seguir um

modelo funcional e planejado, não permitiu que os monumentos surgissem a esmo, mas sob uma forma pensada *a priori* e que deveria, posteriormente, seguir um fluxo funcional normal dos monumentos, principalmente no cerne da rememoração. É ainda dentro da produção do espaço urbano que os monumentos são criados e suas formas e funções são modificadas, conforme a evolução histórica da sociedade belo-horizontina.

Esses instrumentos de memória vão sendo construídos de acordo com as necessidades e, com o passar do tempo, são mantidos no espaço para os quais foram criados, alterando seus valores e se adaptando às funções atuais. O artigo de Janaina Schvamba e Caroline Bonilha (2009, p.2939) expõe que os monumentos envoltos no caos e na arte urbana “podem se relacionar de maneira harmônica e produtiva, contribuindo como elementos à projeção de uma nova produção cultural simbólica”, o que, no caso da capital mineira, foi se desenvolvendo com a sucessiva habitação da cidade. Nesse processo de construção, a região centro-sul, arquitetada como a principal na planta de Aarão Reis, é a que possui a maior parte dos monumentos da cidade.

Assim como a Praça da Estação, outra importante praça foi contemplada com diversos monumentos que fazem menção à história do Brasil, de Minas Gerais e da própria capital: a Praça da Liberdade. Tida como um dos espaços mais representativos da política e da cultura de Belo Horizonte, conta com diversos monumentos: os bustos de figuras políticas como Azevedo Júnior, Bernardo Guimarães, Crispim Jacques Bias Fortes e Júlio Bueno Brandão se mesclam a monumentos representativos das artes e cultura de um determinado período como as esculturas Liberdade, a estátua da Fonte das Três Graças ou Ninfas e a estátua Moça Mirando-se no Espelho D'Água.

De acordo com Castro (2006, p.167), “o conjunto da Praça da Liberdade foi concebido, desde o plano original de Aarão Reis, como o trecho urbano onde se instalaria a sede do Poder Executivo e, portanto, dotado de condições morfológicas e topológicas especiais”. É interessante como

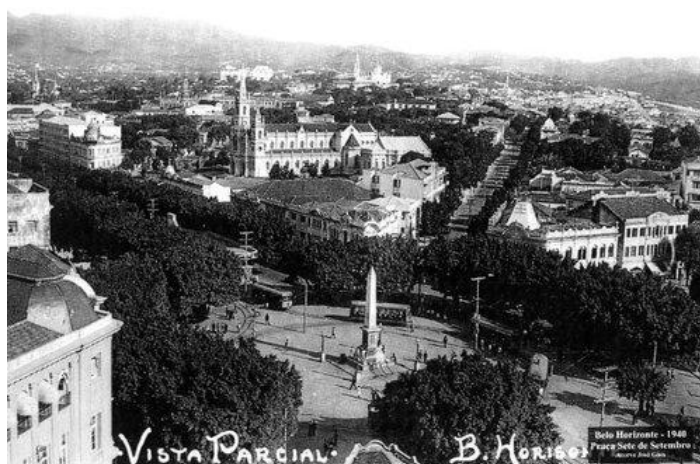
convivem, no mesmo espaço, monumentos referentes à vida social, política e cultural.

É importante frisar, também, como esses objetos que compõem o patrimônio histórico da cidade tornaram-se, por sua localização, mais que elementos de rememoração: já podem ser considerados como marcos referenciais. Eles passam a atuar como símbolos celebrados por sua carga memorial e, também, como pontos na paisagem urbana que auxiliam a população local e turistas a se situarem no espaço urbano. Essa constatação já foi alvo de discussão no capítulo 2, com as citações de Boullón (2002) e Peixoto (1996).

Um desses marcos referenciais da capital é a Praça Sete de Setembro, confluência das duas principais avenidas centrais da cidade: Amazonas e Afonso Pena que, em comemoração ao centenário da independência, recebeu, no dia 7 de setembro de 1924, o Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência, mais conhecido como “Pirulito da Praça Sete”, alusão ao formato e à localização. Projetado por Antônio Rego, o monumento é tombado pelo IEPHA desde 1977, sendo composto por 28 pedras de cantaria, com 120 toneladas, e altura total de 13,57 metros. Originalmente, o monumento contava com quatro candelabros de ferro fundido feitos por Amadeu Mucchiut colocados sobre pedestais de granito ao seu redor.

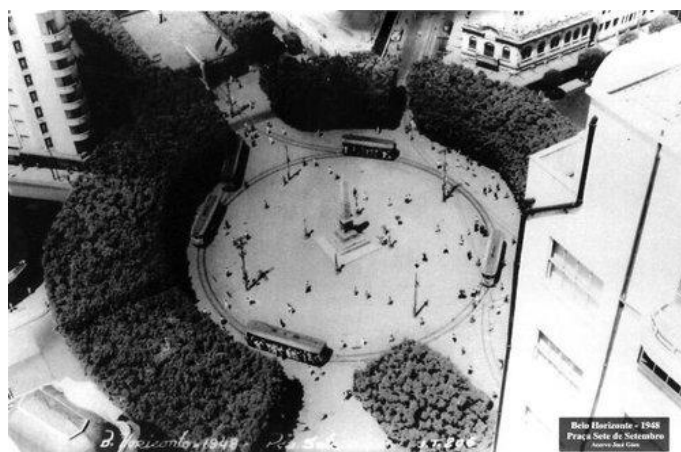
Sobre esse obelisco é importante frisar que, mesmo caracterizado por sua monumentalidade, foi transferido, em 1962, a pedido do prefeito Amintas de Barros, para o Museu Histórico Abílio Barreto. Em 1963, foi levado para a Praça da Savassi quando o prefeito Jorge Carone Filho assumiu o governo de Belo Horizonte. Permaneceu no mesmo local até 1980, quando, por determinação do novo prefeito, Maurício Campos, foi trazido ao seu lugar de origem.

Figura 8 - Praça Sete em 1940



Fonte: Humberto Guerra²¹.

Figura 9 – Foto Praça Sete em 1948



Fonte: Humberto Guerra.

Figura 10 – Foto Praça Diogo de Vasconcelos - 1970



Fonte: Humberto Guerra.

²¹ Fotos disponíveis em: <<http://humbertoguerra.multiply.com/photos/photo/23/30>>.

Essa mudança de local do obelisco demonstra os primeiros sinais de alteração dos monumentos em decorrência das transformações urbanas. No período de 1962, o prefeito Amintas de Barros executava uma série de mudanças na capital, principalmente na Avenida Afonso Pena, culminado em uma expressiva intervenção para a história do perímetro: o corte dos fícus no canteiro central da avenida. Outro fator relevante para a discussão neste trabalho é a constante intenção em mover os monumentos encontrados no espaço urbano para locais fechados, como museus, tendo os exemplos do Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência e das estátuas originais dos tigres e leões e das estações do ano (Primavera, Outono, Inverno e Verão). No primeiro caso, a característica tão expressiva do monumento o trouxe de volta para o local de origem.

Figura 11 - Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

A localização e condição do Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência o colocam em projeção quando fala-se em monumentos em Belo Horizonte. Ele tem bastante representatividade no campo histórico, político, e mesmo espacial, sendo ainda hoje palco de inúmeras manifestações e representações.

Com a expansão da cidade para o eixo norte, após a criação da Pampulha, e os ideais do modernismo prevalecendo, novos monumentos foram implantados na região, ocorrendo uma descentralização do espaço centro-sul. O Complexo Arquitetônico da Pampulha foi pensado em todos os aspectos, desde as edificações ao paisagismo do entorno da lagoa artificial. A lagoa da Pampulha conta, além das edificações citadas no sub-capítulo 2.1, com monumentos que se destacam na paisagem, como as esculturas de Alfredo Ceschiatti, August Zamoyski e José Alves Pedrosa e outras mais recentes, como a estátua de Yemanjá, Escultura Portais e Escultura Pampulha. As esculturas de Ceschiatti, Zamoyski e Pedrosa deram o toque final ao recém criado complexo, atuando como ícones para o reconhecimento internacional da arquitetura da Pampulha. Hoje, essa região é alvo de expressiva visitação graças ao renome dos seus autores/escultores, além de ser considerada o principal cartão postal de Belo Horizonte. Além disso, a Pampulha também é reconhecida como espaço social de usufruto da população para lazer, esportes e cultura. O espaço público passa a ser utilizado com grande frequência por diversos perfis socioeconômicos e em meio a esse constante movimento estão dispostos os monumentos que fazem referência histórica e ressaltam a exuberância deste espaço.

A estátua Nu, de 1943, localizada no jardim, próxima à porta principal do Museu de Arte da Pampulha foi executada por August Zamoyski²² e representa uma mulher reclinada. Já a estátua Pampulha, também no

²² August Zamoyski, escultor e professor, nasceu na Polônia. No Brasil, suas obras podem ser encontradas em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

jardim, próxima à rua, foi executada pelo artista plástico José Pedrosa²³ em 1943. As duas estátuas foram feitas em bronze. A estátua O Abraço (1943) está localizada ao lado da escada de acesso ao auditório e representa duas mulheres abraçadas. Ela foi executada pelo artista Alfredo Ceschiatti²⁴.

Figura 12 – Estátua Nu



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Figura 13 – Estátua O Abraço



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Figura 14 – Estátua Pampulha



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

²³ Escultor mineiro de Rio Acima foi auxiliar do escultor August Zamoyski durante a Segunda Guerra. Filiou-se, após esse período, ao grupo de arquitetos chefiado por Oscar Niemeyer.

²⁴ Alfredo Ceschiatti, escultor, desenhista e professor, nasceu em Belo Horizonte em 1918.

Além dos monumentos que ornamentam os jardins do espaço, podem ser encontrados, ao longo do contorno da lagoa, monumentos que se revestem tanto da concepção artística quanto do caráter evocativo religioso. Nesse último caso, o Monumento a Yemanjá²⁵, representa, para os umbandistas, a “Rainha do Mar”, sendo a lagoa da Pampulha caracterizada como o mar de Belo Horizonte. Foi inaugurada em 1982, durante a primeira “Festa Estadual em Honra a São Jorge”, em uma homenagem à Federação Espírita e Umbandista. Dessa forma, o monumento é visto como depositário da espiritualidade, da crença e da religiosidade de uma parcela da população que se identifica com a representação dada por aquele objeto. Mais um caso no qual o espaço comunga com o elemento designado como monumento.

Figura 15 - Monumento a Yemanjá



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Dos monumentos que representam a espiritualidade àqueles que representam os heróis, instituídos pela história formal e constituídos na formação da identidade nacional, todos atuam na tradução da história de formação da cidade. De acordo com Saraiva (2007, p.64), “a construção de uma nação passa pela recuperação e afirmação de identidade nacional a qual se funda num patrimônio comum de mitos, lendas, tradições orais e

²⁵ Esculpida por José Synfronini em marmorite.

feitos históricos com seus respectivos heróis”. Pode-se perceber, ainda, a partir da explanação de Oliveira (2010), que

no século XX, a produção escultórica cresceu no território brasileiro e sob estilos e técnicas individualizados. É nessa época, conforme Piteira (s.d., n.p.), que a utilização do monumento desempenha a função de propaganda da sociedade, dos seus heróis, dos seus feitos, e é também um elemento que individualiza o lugar. (OLIVEIRA, 2010, p.2)

Em Belo Horizonte, a Estátua de Tiradentes é um exemplo disso: o herói da Inconfidência Mineira é representado por uma estátua de 6,50 metros com 1.400 quilos, localizada em um dos principais pontos da cidade: o cruzamento da Avenida Brasil com a Afonso Pena, na região central. Executada em bronze por Antônio Van Der Weill²⁶, a pedido do prefeito Amintas de Barros, teve sua inauguração em 1963, pois uma versão em gesso fora implantada em 1962, já que a base inicialmente prevista não suportaria o peso da estátua de bronze. O impacto desse monumento na representação histórica de Minas Gerais pode ser verificado, principalmente, pelo interesse e o cuidado dedicado a ele: desde 1995, a SLU – Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte – realiza, anualmente, no dia 21 de abril, a limpeza da estátua.

Figura 16 – Estátua de Tiradentes



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

²⁶ Antônio Van Der Weill é holandês, radicado no Brasil.

Existe, ainda, outra estátua, datada de 1993, dedicada a esse herói, na Praça Dr. José Mendes Jr., em frente à sede do Comando Geral da Polícia Militar, da qual Tiradentes é patrono. Ela, no entanto, apresenta um diferencial, com uma apresentação do inconfidente, por José Synfronini, sob uma nova identidade visual. O artista executou sua obra a partir de um estudo realizado por coronéis historiadores da Polícia Militar de Minas Gerais, aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sob parecer validado do ponto de vista estético e histórico, baseado nos documentos existentes. A estátua representa Tiradentes sem barba, ao contrário da imagem usual, baseada em três fatos:

- a) foram encontradas duas navalhas e um espelho na cela do mártir;
- b) a corda utilizada como castigo não poderia ser escondida pela barba; e
- c) o uso de barba era proibido para um alferes.

Figura 17 – Estátua de Tiradentes



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Outro objeto que representa historicamente personalidades importantes para Belo Horizonte é o Monumento aos Fundadores e Construtores de Belo Horizonte, em memória de Aarão Reis, Afonso Pena, Augusto de Lima e

Bias Fortes. A obra foi encomendada²⁷ para ser instalada na Praça Sete, que, até então, abrigava o Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência. Com a transferência do obelisco para o Museu Histórico Abílio Barreto, foram colocados, em seu lugar, os bustos dos fundadores e construtores da capital. A inauguração ocorreu em 1963. Durante a administração do prefeito Souza Lima, em 1970, os bustos foram transferidos para o Parque Municipal, onde foram instalados em um anfiteatro a céu aberto. É interessante destacar que em 1997, uma urna contendo documentos, mensagens e objetos foi enterrada em frente ao monumento e deverá ser aberta em 2097, no 200º aniversário da cidade.

Figura 18 - Monumento aos Fundadores e Construtores de Belo Horizonte



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Em todo o período histórico de Belo Horizonte, bustos, estátuas e esculturas que fazem menção às personalidades nacionais, estaduais e locais foram implantadas no cenário urbano. Podemos citar como exemplo o Busto de Alberto Mazzoni de Andrade, o de Aleijadinho, o de Américo Gasparini, o de Américo Renné Giannetti, o de Antônio Aleixo, o de Dom Orione, o de Felício Rocho, o de Hugo Werneck, o de Israel Pinheiro, o de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o de Tancredo Neves, o de Victório Marçolla e o de Zamenhof.

²⁷ A obra em bronze é de autoria de Hildegardo Leão Velloso.

Além da representação dessas diversas personalidades, muitas delas instauradas sob um apelo político, é preciso demonstrar a presença de monumentos que, sem nenhum antecedente histórico, ou mesmo sem uma intencionalidade específica, surgiram no cenário belo-horizontino e hoje se tornaram monumentos com uma carga afetiva para determinada parcela da população. Neste caso, podemos citar a estátua Vaca de Concreto, do escultor paulista Marcelo Nitsche²⁸, que, a partir de um concurso promovido pela antiga Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes de Belo Horizonte, idealizou o referido monumento, sendo premiado com o 2º lugar. A “Vaquinha da Rua Leopoldina”, como é conhecida, foi implantada em 1981, na Rua Leopoldina, no bairro Santo Antônio. A ideia foi bem recebida pelos moradores, que criaram uma associação para proteger a escultura. É comum perceber as pessoas que passam pelo local interagindo com o monumento.

Figura 19 – Estátua Vaca de Concreto



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Outro que se destaca na paisagem urbana de Belo Horizonte é o Monumento à Paz, localizado na Praça do Papa, um dos locais mais altos da cidade, cercada pela Serra do Curral, patrimônio ambiental local. Após a visita do Papa João Paulo II a Belo Horizonte, em 1980, foi pensada a construção de um monumento no local de celebração da missa, que assinalaria a visita ocorrida, mas também caracterizaria aquele espaço como um local carregado de simbolismo espiritual.

²⁸ Marcelo Nitsche nasceu em São Paulo em 1942.

Esse apelido homenageia a visita do Papa João Paulo II à cidade, marcada por um monumento e uma cruz alusivos a essa data, curiosa coincidência histórica, como se o final da Avenida Afonso Pena tivesse mesmo que ser marcado pela presença do divino. (CASTRO, 2006, p.105)

O monumento foi construído após aprovação da Câmara Municipal e de um convênio firmado entre o Governo do Estado, a prefeitura de Belo Horizonte e a Cúria Metropolitana. Foi inaugurado em 1983 com a celebração de uma missa assistida por quatro mil pessoas. A praça foi revitalizada a partir de um projeto das arquitetas Marieta Cardoso Maciel e Raquel Teixeira Resende, e o monumento do escultor Ricardo Carvão Levy²⁹ foi instaurado. A escultura possui 24 metros de altura e 2 metros de largura, fabricada em chapa de aço, com 10 metros de espessura, pesando 92 toneladas. É composta por três chapas de aço, duas em forma de triângulo e uma retangular. A parte que aponta para cima significa a fé em Deus e a parte apontada para baixo significa a benção de Deus. A parte que divide os dois lados simboliza a paz celestial e o equilíbrio entre as duas forças. Ao lado, encontra-se uma cruz, símbolo da cristandade.

Figura 20 – Monumento à Paz



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

²⁹ Ricardo Carvão Levy nascido em Belém, Pará, no dia 31 de julho de 1949, é um escultor autodidata.

A partir da década de 80, as cidades passaram por crises urbanas, como o crescimento desordenado, o aumento da população, a necessidade de ampliação dos serviços públicos e das melhorias urbanas. Os espaços públicos dedicados às relações sociais passam a ser substituídos por lugares funcionais como centros comerciais, estações, corredores viários, viadutos, sem identidade, sem carga simbólica, que conferem um aspecto de impessoalidade à cidade. Assim, elas passaram a aderir à ideia de melhorar sua imagem sociocultural e começaram, então, a dotar os espaços públicos com mais monumentos, principalmente de artistas contemporâneos, com a intenção de criar novos símbolos que possam evocar algo e transmitir para as gerações futuras.

Em Belo Horizonte, a partir de 1981, a criação e a instalação de monumentos foram expandidas. Diversos deles datam dessa época e hoje demarcam o cenário urbano belo-horizontino com grande relevância. Pode-se citar o busto de Marcelino Champagnat e de Milton Campos, o Crucifixo da Igreja da Boa Viagem, a escultura Espaço Circular em Cubo Virtual, Germinação Barroca, Irmão Sol, Irmã Lua, e Liberdade, o monumento à Bíblia, a escultura Preserve o Planeta Terra, dentre outros.

A partir de 2000, surge uma tendência na capital: a implantação no espaço urbano de estátuas e bustos de escritores, romancistas e músicos. Essa iniciativa configura-se como uma forma de trazer à tona toda a representatividade que esses personagens tiveram na construção da imagem da cidade, inúmeras vezes retratadas em suas obras. É uma forma evocativa e materializada da aura e contribuição deles. A cidade ganhou, em 2003, duas esculturas em bronze que homenageiam a poesia e literatura, por meio das estátuas de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) e Pedro Nava (1903-1984). Localizadas na Rua Goiás com Rua da Bahia, no centro da capital, as estátuas do artista plástico Léo Santana³⁰ são marcos do aniversário da cidade e do centenário dos dois escritores mineiros. As esculturas foram feitas resguardando a altura dos homenageados.

³⁰ Léo Santana nasceu na cidade mineira de Teófilo Otoni, no dia 30 de março de 1957.

Ainda em 2003, foi implantada na Praça da Savassi, na esquina das Avenidas Cristovão Colombo e Getúlio Vargas, também do artista Léo Santana, a estátua de Roberto Drummond (1939-2002). Com 1,70 metro de altura, a estátua homenageia o escritor, natural do Vale do Rio Doce (MG).

Outros escritores mineiros foram homenageados em 2005, com a implantação do Monumento Encontro Marcado, uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais em conjunto com a Secretaria de Cultura do Estado. Ele é também chamado de “Os quatro cavaleiros do apocalipse”, como eram conhecidos na década de 40 os escritores homenageados. São quatro estátuas de bronze, em tamanho real, em memória de Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino, localizadas na Praça Carlos Drummond de Andrade - entre a Secretaria da Fazenda e o Centro de Referência do Professor - e nos fundos do anexo da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, espaços utilizados por estudantes, professores e intelectuais. O monumento integra o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, onde foram implantados, nos prédios públicos do entorno da praça, inúmeras atividades culturais disponíveis para a população.

Figura 21 – Monumento Encontro Marcado



Fonte: Inventário dos Monumentos, 2008.

Já em 2006 foi a vez de Henriqueta Lisboa receber uma estátua em sua homenagem. Localizada na Praça Diogo de Vasconcelos no quarteirão da Rua Pernambuco, a estátua em bronze, de corpo inteiro, em tamanho natural, foi projetada por Léo Santana. Poetisa, tradutora e ensaísta literária,

Henriqueta nasceu em Lambari, em Minas Gerais, e viveu a maior parte de sua vida em Belo Horizonte. Nos últimos anos de vida, morou no mesmo quarteirão onde foi instalada a escultura.

O Monumento 20 Anos Diretas Já, formado por três estátuas em bronze de importantes políticos – Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Teotônio Brandão Vilela –, principais líderes da campanha por eleições diretas para a presidência da República, ainda no fim do período da ditadura militar, foi inaugurado em 2004, na praça Carlos Chagas em frente à Assembleia Legislativa. Também produzidas por Léo Santana, cada estátua pesa 200 quilos.

É possível, dessa forma, perceber que as cidades estão em contínuo processo de mobilização para a melhoria da qualidade do espaço urbano e das inúmeras formas de integração sociocultural propiciada pelos monumentos dispostos nesses espaços. A reflexão sobre o modo como os monumentos poderiam recuperar a sua posição no espaço urbano têm grande relevância no progresso do desenho do espaço urbano e na forma dele interagir com os seus utilizadores.

O acervo de bibliotecas, livros, fotos e outros tipos de arquivos contam a história oficial de Belo Horizonte; já os monumentos, possuem uma carga simbólica depositada pela vivência nos espaços da cidade. Por isso, dotá-los com esses objetos históricos foi uma estratégia poderosa na capital. Porém, eles não devem ser deixados sem cuidados, pois, com o tempo, os monumentos podem ser associados ao ritmo ordinário da vida urbana e deixam de exercer sua função, pelo menos com o mesmo rigor. É preciso que, posteriormente, a população da urbe e todos aqueles que transitam pela capital, possam interagir e saber quem são os homenageados, além de entender qual é e a importância da relação entre os monumentos, a história/memória, os espaços e a sociedade para a capital de Minas Gerais.

3 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS MONUMENTOS

Em continuidade ao exposto no capítulo 2, cujo objetivo era delimitar o conceito de monumento, com a utilização dos autores referências nesta temática, buscou-se compor, agora, uma concepção sobre a evolução das políticas de proteção dos monumentos no município de Belo Horizonte e dos desdobramentos dos processos que culminam com a sua gestão.

A trajetória histórica dos monumentos coloca-os em evidência por sua relação espaço-temporal, hoje tida como uma forma narrativa e pedagógica para indicar as transformações urbanas e culturais, ocorridas graças a características peculiares, como a grandiosidade e a permanência. Os monumentos atestam as transformações e representam as relações estabelecidas em cada espaço, comungando com uma transmissão automática de memórias de eventos, acontecimentos ou de personagens, destacáveis para a posteridade. Na dissertação de Ana Paula Siviero (2005), em que aborda a forma como os elementos do espaço turístico urbano são compreendidos no processo de planejamento, ela expõe que “o monumento é um fato urbano singular, individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado”. (SIVIERO, 2005, p.11). Sua permanência está diretamente relacionada à forma como o monumento é percebido no cenário urbano tanto pela população quanto pelas organizações públicas.

Historicamente, os monumentos estiveram presentes em vários contextos – Revolução Francesa, Industrial, Movimento Modernista internacional e brasileiro –, mesmo que em alguns deles como alvo de destruição. Como explicitado anteriormente³¹, a função de representar, mostrar, trazer à tona e até mesmo criar valores foram condicionantes para suas permanências sobre as inúmeras dificuldades enfrentadas. De uma concepção inesperada à deliberada, das mudanças à atribuição de valores, da destruição à

³¹ Citação de Choay (2006), página 12 da presente dissertação.

conservação é que pretendemos, neste capítulo, compreender a explosão preservacionista dos bens culturais.

Para Choay (2006), a preservação dos monumentos inicia-se em 1420, em Roma, com o objetivo de resguardar monumentos que retratassem aspectos de interesses aleatórios da civilização. Meira (2004) observa que, apesar do surgimento em 1420, sua consolidação só ocorre séculos mais tarde.

Mas vão decorrer mais três séculos antes do conceito adquirir a sua denominação definitiva, com a Revolução Francesa. É a partir desse contexto revolucionário que a preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da Igreja Católica e se torna objeto da preocupação de um governo, embora também de maneira contraditória. Os comitês revolucionários procuravam preservar, mas, ao mesmo tempo, autorizavam as demolições realizadas por revolucionários iconoclastas. (MEIRA, 2004, p.4)

Outro momento destacado por Choay (2006) é o período das grandes destruições, compreendido entre a época das invasões bárbaras e o fim da Idade Média, em que a preservação era feita com uma intenção pragmática e econômica, e não para rememorar ou transmitir algo. Neste período, duas posturas distintas emergem: a dos humanistas e a dos artistas, conforme exposto por Alves Filho (2004).

Os debates surgidos entre humanistas e artistas em torno das questões que envolviam a preservação dos locais históricos de Roma são os precursores de uma impregnação mútua entre as artes e as humanidades e é nesta articulação que se situará o monumento histórico. Os edifícios históricos até então vistos como portadores de uma relação exclusivamente textual com a realidade, meros elementos complementares e esclarecedores dos textos clássicos, sendo sempre postos como precedentes em importância, passam a ser vistos por alguns como expressão de uma época, portadores de significados intrínsecos. (ALVES FILHO, 2004, p.20)

Em 1792, a Assembleia Legislativa Francesa promulga o decreto sobre a “eliminação dos monumentos, resíduos do feudalismo e, sobretudo dos monumentos de bronze de Paris” (CHOAY, 2006, p.108) como forma de repúdio a emblemas de uma determinada ordem.

Como evolução, os eruditos dedicados aos estudos sobre os monumentos iniciaram um trabalho de coleta desses bens e os antiquários começaram, então, a ganhar notoriedade e importância na complexa e, até então, incipiente conservação das obras.

Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-no de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos. O papel instaurador, como vimos, coubera a Itália. Depois, na época clássica, os antiquários deram unidade aos estudos sobre as antiguidades: de um país a outro, os museus iconográficos diferiam apenas pelo estilo de suas representações. (CHOAY, 2006, p.119)

O estado francês marcado pela revolução presenciou a destruição dos monumentos e bens culturais, causada por necessidades materiais de reaproveitamento dos objetos decorativos, como o bronze dos sinos das igrejas para fins militares, conforme Choay (2006), e pelas devastações da própria população. Segundo Kuhl (2007, p.112), “o período que se seguiu à evolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero”. Tempos depois, houve o abrandamento dessa situação a partir da criação de legislação específica que atendia aos seguintes critérios de preservação: transmissão da história, beleza dos trabalhos e valores pedagógicos para as artes e as técnicas.

Apesar dessas iniciativas francesas não terem sido suficientes para coibir por completo a destruição de muitos bens, demonstraram a preocupação de um Estado da Era Moderna em reconhecer obras de valor histórico como de interesse público, e em ter participação ativa na sua tutela e preservação. (KUHL, 2007, p.112)

Dos valores pedagógicos instituídos como critério, a criação da identidade da nação francesa foi somada e passou-se a utilizar da preservação desses símbolos para a tarefa de instrução cívica, tão necessária no período vivido pela França. Para Choay (2006, p.116), foi o valor nacional atribuído aos monumentos que “inspirou, de ponta a ponta, as medidas de conservação tomadas pelo Comitê de Instrução Pública, quem justificou o inventário e o cortejo de todas as categorias heterogêneas da ‘sucessão’”.

De acordo com Boyer (1994), o tratamento curatorial dado aos monumentos no mundo serviu para “civilizar e elevar os gostos estéticos e morais de uma aspirante elite urbana. Esta foi uma arquitetura de poder cerimonial cujos monumentos falam de ações exemplares, unidade nacional, e glória industrial”³². (BOYER, 1994, p.33-34, tradução do autor)

Após a revolução de 1789, o estado Francês adotou o monumento como forma de criar a identidade nacional, conforme destacado por Schvambach (2009).

O que se pretendeu foi criar um conjunto mais ou menos homogêneo de valores e costumes, que serviriam por sua vez de base para o surgimento de um determinado tipo de sujeito social, processo necessário para a formação de um Estado Nacional onde os sujeitos compartilhassem entre si não só a mesma língua, mas também o mesmo sentimento de pertencimento a um povo e a um território. (SCHVAMBACH, 2009, p.2932)

Com a crescente percepção de que determinados bens deveriam ser protegidos, outros valores passaram a ser considerados. Os valores estéticos e artísticos ganham representatividade perante estudiosos, colecionadores e mesmo estados, que dão início a formas jurídicas e técnicas em busca da conservação do patrimônio.

Quando criou-se, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1873, as três grandes categorias de monumentos históricos eram construídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma.” (CHOAY, 2006, p.12)

Surgem, então, na Europa, autores que seriam lembrados séculos depois por seus trabalhos acerca da problemática da proteção do patrimônio. Um deles, John Ruskin, renomado escritor, crítico de arte, sociólogo, arquiteto, conseguiu grande repercussão de suas ideias a partir do seu livro *The Seven Lamps of Architecture* lançado em 1849. John Ruskin desponta na Inglaterra com uma forma romântica e nostálgica de encarar os monumentos

³² “...to civilize and elevate the aesthetic tastes and morals of an aspiring urban elite. This was an architecture of ceremonial power whose monuments spoke of exemplary deeds, national unity, and industrial glory”.

e contribui com práticas não intervencionistas de restauração em contraposição às ideias de Eugene Emmanuel Viollet-le-duc, defensor da intervenção restauradora. Viollet-le-Duc presenciou um momento na França em que a restauração se firmava como área de estudo, devido aos eventos econômicos, políticos e sociais influenciados pelo Iluminismo, pela Revolução Industrial e Revolução Francesa.

Até então tínhamos duas teorias conflitantes: Ruskin (anti-intervencionista) e Viollet-le-Duc (intervencionista). Para Ruskin “é-nos proibido tocar nos monumentos do passado. ‘nós não temos o direito de fazê-lo. Eles não nos pertencem. Pertencem em parte àqueles que os edificaram, em parte ao conjunto das gerações humanas que virão depois de nós’. Qualquer intervenção nessas ‘reliquias’ é um sacrilégio.” (Choay, 2006. P. 155) Quase um século depois, na visão de Viollet-le-Duc “restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (CHOAY, 2006. p. 156)

Camilo Boito surge no fim do século XIX e início do XX com um pensamento conciliador entre as duas teorias, mostrando-se contrário à destruição e à ruína dos monumentos, mas, ao mesmo tempo, negando restaurações fantasiosas e equivocadas. Ele “entendia que a restauração só deveria ser praticada *in extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, intervenções imperceptíveis) tivessem fracassado.” (OLIVEIRA, 2009, p.81)

Em 1913, foi formado o texto legislativo de referência da lei sobre os monumentos históricos:

É a instituição de um órgão estatal centralizado, dotado de uma poderosa infra-estrutura administrativa e técnica, o Serviço dos Monumentos Históricos, e de uma rede de procedimentos jurídicos adaptados ao conjunto dos casos passíveis de revisão. (CHOAY, 2006, p.148)

E apesar de configurar-se como importante marco para a proteção dos monumentos, apenas uma lei não seria suficiente para alcançar os objetivos protecionistas almejados pelos críticos da época. A morosidade e a burocracia caracterizaram esse processo.

O II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos teve como resultado a Carta de Veneza (1964), um documento com a definição da atual noção de monumento histórico.. De acordo com o artigo nono da Carta de Veneza (1964), “o restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica”. Este conceito pode ser complementado com o artigo quarto da Carta de Restauo (1972), outro documento resultante de encontro da UNESCO, onde “[...] entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos [...]”.

Mudanças na ordem econômica, política, social e cultural ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, assim como alterações territoriais e urbanísticas, pois a guerra destruiu inúmeros monumentos, conjuntos urbanos e mesmo cidades inteiras. As ruínas da guerra colocaram em voga novas discussões sobre a conservação patrimonial mundial. Após esse período, o debate sobre monumentos e patrimônio foi ampliado, e importantes encontros e resoluções em nível internacional corroboram para o reconhecimento e instauração de processos, objetivando a salvaguarda do patrimônio. Os documentos resultantes dos principais encontros promovidos pela UNESCO contêm regras de condutas relativas à proteção do patrimônio cultural sob sua responsabilidade, na qual a noção de patrimônio vem se configurando em debates e negociações iniciados desde a sua fundação, em 1948.

As Cartas Patrimoniais, como são conhecidos os documentos resultantes dos congressos internacionais promovidos pela UNESCO, refletem uma nova concepção, uma nova política instaurada que prevê a constante atualização dos conceitos e das formas existentes de preservação e conservação do patrimônio, adaptando-se sempre à realidade urbana da época.

Da primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que aconteceu em Atenas em 1931, só participaram europeus. A segunda, em Veneza, no ano de 1964, contou com a participação de três países não europeus: a Tunísia, o México e o Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial. A tripla expansão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais é acompanhada pelo crescimento exponencial de seu público. (CHOAY, 2006, p.15)

Foi a partir das discussões e propostas dessas cartas que a gestão dos monumentos e do patrimônio nas cidades sofreu alterações, principalmente após os anos 80. Ainda hoje, as convenções, as entidades, os governos e os estudiosos continuam a dedicar esforços para manter atual a teoria e a prática da proteção dos bens culturais, na qual

a ideia conceptual de monumento evolui gradualmente do reconhecimento do elemento singular para um conceito de carácter mais abrangente, em que se institucionalizam ideias relativas à articulação dos monumentos com toda a sua envolvente, com claras repercussões no âmbito da gestão e planeamento urbanos. (DIAS, 2008, p.10-11)

Dentre essas principais cartas, pode-se destacar:

- a) A Carta de Veneza (1964), que possui como principal contribuição a consideração do entorno urbano do bem, além da ampliação do conceito de bem cultural;
- b) A Carta de Paris (1972), que representa um importante avanço no conceito de proteção de conjuntos;
- c) A Convenção de Nairóbi (1976), na qual se concluiu que a inserção do patrimônio cultural na vida cotidiana das pessoas seria imprescindível para ajudar a combater o aumento da destruição do patrimônio cultural; e
- d) O Colóquio de Quito (1977), que ressaltou a importância de atendimento das necessidades dos envolvidos nas áreas de proteção.

Já no Brasil, a concepção do patrimônio esteve associada à visão europeia, principalmente influenciada pela trajetória francesa e pela chegada da família real em 1808, período em que as ações preservacionistas foram

iniciadas, ainda que os bens referentes à colonização portuguesa ou relativos a ela fossem o alvo das atividades de salvaguarda. É nesse contexto que surge o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e o Arquivo Público, voltados à seleção, organização e difusão da História do Brasil, assim como ocorrido na França, com a construção da identidade nacional, conforme apontado por Sérgio Miceli (1985).

No período inicial da República, o descaso com a preservação do patrimônio, ou pelo menos o que era considerado como tal, esteve presente, deixando de lado as atividades conservacionistas dos monumentos. Em 1920, projetos de lei foram elaborados pela Sociedade Brasileira de Belas Artes, mas sem o alcance desejado no Congresso Nacional, tendo em vista a necessidade de desapropriações referentes à propriedade privada, considerada intocável naquele momento. De toda forma, as poucas ações patrimoniais norteavam-se pelas questões enunciadas pelo Instituto Geográfico Brasileiro, capitaneados pelos conceitos de progresso e civilização, priorizando a recuperação da memória de uma elite.

Em 1922, foi criado o Museu Histórico Nacional destinado “a guardar e expor as relíquias de nosso passado, cultuando a lembrança de nossos grandes feitos e de nossos grandes homens” (DUMANS, 1997, p.29). Getúlio Vargas, em 1933, elege Ouro Preto como Monumento Nacional e, em 1934, a Constituição define como dever do Estado a proteção dos bens culturais, revertendo os entendimentos iniciais da República quanto à esparsa proteção do patrimônio nacional.

Para Michele Arroyo (2010, p.20), as políticas públicas nacionais foram construídas sob o respaldo das discussões internacionais quanto à preservação e gestão do patrimônio. Essa formação teve início

com os ideais proclamados pelo chamado “grupo modernista” paulista, nos anos 1930. Neste contexto, as idéias traduzidas por Mário de Andrade, no Anteprojeto por ele elaborado, em 1933, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, abordam uma noção ampla do que seria digno de ser reconhecido como patrimônio nacional. (ARROYO, 2010, p.23)

Anos depois, em 1937, os primeiros esforços para a criação de um órgão responsável pelos bens culturais foram estabelecidos por Mário de Andrade e Gustavo Capanema, resultando na estruturação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), ligado ao Ministério da Educação e Saúde. Neste mesmo ano, o tombamento foi criado como instrumento de proteção dos bens culturais, com foco nos materiais. Segundo João Batista Lanari Bo (2003, p.28), a criação do Sphan no Estado Novo institucionalizou a prática do tombamento, visando à busca pela identidade nacional por meio da preservação e da conservação do patrimônio físico. No final da década de 60, o SPHAN passou por uma reestruturação e hoje é conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura.

Percebe-se uma renovação nas políticas de proteção do patrimônio nacional no cenário brasileiro a partir dos anos 70 com a ampliação do conceito de patrimônio: urbano, ambiental, histórico e cultural. Já em 1988, a Constituição Brasileira define o patrimônio cultural brasileiro e especifica os instrumentos de proteção:

Art. 216, Seção II – DA CULTURA:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer, viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

O texto constitucional garante a distinção entre os diferentes tipos de bens culturais, incentiva a valorização e divulgação do patrimônio nacional e define os instrumentos para a proteção, conforme previsto no §1º do art. 216 da Carta Magna - Inventários, Registro, Vigilância, Tombamento e Desapropriação. O tombamento configura-se ainda hoje como um dos principais instrumentos de salvaguarda do patrimônio; entretanto, houve uma

ampliação dos bens protegidos, pois se passou a considerar, também, o tombamento dos bens imateriais, como as tradições, manifestações culturais e modos de produção.

No âmbito dos municípios, a preservação do patrimônio cultural edificado, no Brasil, foi tradicionalmente efetivada através de lei de tombamento e pelos instrumentos de planejamento urbano – planos diretores, leis de uso do solo, etc. Muitas capitais brasileiras apresentam esses instrumentos, porém de maneira parcial ou em época mais recente. (MEIRA, 2004, p. 9)

Compreendido como ato administrativo realizado pelo Poder Público, o tombamento pode acontecer de forma voluntária ou compulsória e possui como objetivo a preservação dos bens (materiais e imateriais) históricos, culturais, arquitetônicos, ambientais e afetivos, com a pretensão de impedir sua destruição, descaracterização e esquecimento. Outro instrumento comumente utilizado tanto em nível nacional quanto internacional é o inventário. Para o coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais, promotor Marcos Paulo de Souza Miranda (2008),

o instituto do inventário no ordenamento jurídico brasileiro é ferramenta protetiva de estatura constitucional, autônoma e auto-aplicável por se constituir em uma das formas de garantia à preservação do patrimônio cultural brasileiro enquanto direito fundamental e difuso. (MIRANDA, 2008, p.317)

O ato de se inventariar bens patrimoniais materiais e imateriais tem sido utilizado como instrumento para preservação do patrimônio e da paisagem cultural. O inventário consiste na identificação e registro de determinados bens, através de pesquisas, adotando-se critérios técnicos e fundamentos para sua divisão e agrupamento. Sua aplicação prática concretiza-se nas propostas de ações e na implantação de projetos de restauração, conservação, manutenção e valorização do patrimônio, a partir de informações coletadas e registradas. Adriana S. Nakamuta (2006) aponta que seu objetivo é o conhecimento dos bens e valores para sua salvaguarda e identifica três tipos de inventários: os de identificação, apenas uma listagem dos bens culturais; os científicos, que possuem uma função principalmente acadêmica; e os de proteção, aqueles que buscam a “reunião

de dados suficientes para a proteção dos bens culturais” (NAKAMUTA, 2006, p.4).

O inventário pode ser considerado etapa essencial para o planejamento das ações de proteção dos monumentos e, assim como explicitado na citação abaixo, tem sido amplamente utilizado.

O instrumento do inventário vem sendo utilizado sistematicamente no Brasil desde o final da década de 30, quando se implanta o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Já os modernistas percebiam a importância de se realizar o registro sistemático de nosso acervo cultural, ameaçado pelo desconhecimento e abandono. (RUGANI & CASTRIOTA, 1999, p.2)

Balizado na 25ª Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, realizada em Paris, em 15 de novembro de 1989, em que se especifica a utilização do registro, a Constituição Brasileira também elenca esse item como importante instrumento de proteção dos bens culturais no Brasil. O registro foi regulamentado pelo Decreto 3551/2000, em consonância com as diretrizes do órgão.

b) criar sistemas de identificação e registro (cópia, indexação, transcrição) ou melhorar os já existentes por meio de manuais, guias para recompilação, catálogos-modelo etc., em vista da necessidade de coordenar os sistemas de classificação utilizados pelas diversas instituições. (UNESCO, 1989)

Humberto Cunha Filho afirma que o registro é “[...] uma perenização simbólica dos bens culturais. Esta perenização dá-se por diferentes meios os quais possibilitam às futuras gerações o conhecimento dos diversos estágios porque passou o bem cultural.” (CUNHA FILHO, 2000, p. 125).

Outro instrumento utilizado é a desapropriação, considerada como o ato do poder público em transferir um bem imóvel privado para o domínio público por necessidade, utilidade pública ou interesse social, remetido às especificações em lei. Souza Filho (2006) afirma que “a desapropriação muitas vezes é considerada como violação à propriedade privada, é, na

verdade, o reconhecimento de sua integridade, já que é restituído o valor integral, prévio e em dinheiro, pela transferência compulsória de domínio”. A vigilância é outro instrumento constante no texto constitucional, apesar de não ser delineada e não possuir legislação específica. O que se pode depreender deste instrumento é o dever de todo cidadão em executar o instrumento de vigilância, uma vez que a Carta Magna expõe, no §1º do art. 216, afirma que:

o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Na década de 90, tem-se, em 1991, a implantação da Instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), pela lei nº 8.313, para promover a captação e a canalização de recursos e, entre outros objetivos, fomentar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais, e, em 1998, a Criação de Comissão e Grupo de Trabalho para elaborar proposta de regulamentação do instrumento do registro do patrimônio cultural imaterial, importante avanço na discussão deste tema. Em 2000, pode-se destacar o desenvolvimento da metodologia denominada Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), visando produzir, em perspectiva ampla, e de acordo com a definição de patrimônio cultural expressa na Constituição Federal de 1988, conhecimentos que possam subsidiar a formulação de políticas patrimoniais e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Tal metodologia possibilita: 1) auxílio, quando for o caso, à instrução dos processos de registro; 2) promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade; 3) orientação para ações de apoio e fomento a bens culturais em situação de risco ou de atendimento a demandas advindas do processo de inventário; 4) tratamento e acesso público às informações produzidas sobre esse universo. (CASTRO, 2008, p.22).

Em resumo, a explanação de Michele Arroyo (2010) demarca os três principais momentos das políticas públicas voltadas para o patrimônio brasileiro:

O processo de abertura da noção de patrimônio cultural reforçado entre os anos 1970 e 2000, culminou em três momentos marcantes para a história da proteção no país: o primeiro, a Carta Constitucional de 1988; o segundo, o início da instituição de políticas públicas no âmbito municipal; o terceiro, a Lei 3551\00 que institui o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial. (ARROYO, 2010, p.43)

Os projetos de recuperação e preservação do ambiente construído nos centros urbanos têm sido constantes e crescentes no Brasil (a partir da década de 80 e 90), destacando-se a acentuada utilização dos princípios da integração entre patrimônio edificado, turismo e desenvolvimento sustentável. Tal explanação também se apresenta concernente aos processos na cidade de Belo Horizonte.

Desde os anos 90, a concepção plural de bem cultural, baseada na diversidade das formas de viver na cidade, foi incorporada a política de proteção do patrimônio histórico municipal. A partir de estudos sobre a formação, ocupação, história tipologias arquitetônicas, manifestações sociais foram definidos Conjuntos Urbanos, em cujos perímetros encontram-se edificações de interesse cultural que se articulam à história da ocupação do lugar e aos fazeres sociais. (CASTRO, 2006, p.9)

Em Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA tornou-se o órgão responsável pela preservação do patrimônio estadual pela Lei Estadual nº 5.775. Criado em 1971 como uma fundação sem fins lucrativos vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, o IEPHA possui caráter normativo e é o agente gestor das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural em nível estadual. Nesse período, a criação de um órgão estadual ocorreu devido à descentralização das práticas do SPHAN, além de possibilitar a preservação de bens culturais de extrema importância para o Estado.

Já em 1993, o IEPHA do estado passou por reformulações administrativas, adaptando-se ao processo de municipalização instituído pela Constituição Federal, onde o órgão começou a atuar, também, com a prestação de

assessoria e auxílio aos municípios no desenvolvimento de seus projetos. Atualmente, ele desempenha um papel de captador de recursos e é responsável pela elaboração de projetos, além de sua atuação como normatizador. Ainda sob a ótica da descentralização instituída com a reforma constitucional de 1988, vale ressaltar a importância dos conselhos municipais, que surgiram como grandes expoentes nas práticas da proteção dos bens culturais. Com a sua implantação, a participação popular nas discussões sobre o patrimônio foi ampliada, com o consequente aumento da fiscalização e tomada de decisão sobre as políticas de planejamento e desenvolvimento dos espaços urbanos e do patrimônio existente. Esses conselhos atuam na identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural de um município e têm um caráter híbrido de partilha do poder entre representantes do poder público e da sociedade civil, renovando a dimensão política e criando novas possibilidades de cobranças e decisões sobre a proteção do patrimônio.

3.1 A evolução das políticas públicas voltadas para os monumentos em Belo Horizonte

A busca por informações sobre a legislação pertinente permitiu encontrar alguns instrumentos que determinam a criação, proteção e manutenção dos monumentos, bem como os responsáveis pela sua ordenação e conservação no espaço público municipal. É preciso destacar que a legislação encontrada é escassa, o que dificulta a compreensão completa sobre a atuação do poder público frente aos monumentos em Belo Horizonte. A maioria das informações foi coletada por meio de pesquisa on-line no site da prefeitura da capital, no qual foram encontrados decretos, leis e normas gerais.

Sobre a criação dos monumentos, pode-se perceber, a partir do estudo da legislação municipal, que alguns deles foram concebidos e implantados quando da instauração de decreto ou lei autorizando a prefeitura a construí-los, como observado nos casos abaixo exemplificados. Durante esta pesquisa, o primeiro documento que faz menção à criação de uma lei que trata da implantação de monumentos em logradouro público é a de nº 0321, de 26 de outubro de 1927, que “autoriza a contratar um monumento em homenagem a Affonso Arinos”, inaugurado em 1929. A lei nº 0672, de 21 de dezembro de 1957, que “autoriza o prefeito a construir o Monumento aos Fundadores e Construtores de Belo Horizonte”, foi estabelecida pelo então prefeito, Celso Mello de Azevedo. O projeto e a construção do monumento, que hoje se encontra no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, seria selecionado por meio de concorrência pública, julgado por uma comissão idônea, especialmente nomeada, e levaria em consideração os seguintes aspectos, resguardada a liberdade de criação artística, conforme artigo 2º da referida lei:

§ 1º - A base conterá alto relêvo em bronze no qual estarão representadas as figuras simbólicas dos construtores anônimos da Cidade, devendo obrigatoriamente serem incluídos o operário de obras, o topógrafo, o calceteiro, o carroceiro, o engenheiro, o arquiteto, o eletricitista, o jardineiro e outros, que sejam julgados expressivos das atividades construtivas que deram forma e fisionomia a urbe.

§ 2º - A parte média conterà alto relêvo em bronze no qual estarão representadas as figuras historicamente conhecidas dos estadistas fundadores da Cidade, dos que pugnaram e contribuíram para a criação da nova Capital do Estado, e, com especial destaque, a do Engenheiro Aarão Reis.

§ 3º - O Tôpo conterà a figura simbólica da Cidade, representada por uma estátua de mulher em vestes talares, tendo à cabeça a corôa de Torre de cinco amêias, indicativa da categoria da Cidade, na dextra o punho da espada cuja ponta de lâmina estará apoiada ao solo, como símbolo de vigilância e proteção e, na sinistra, o escudo com o braço da Cidade. (BELO HORIZONTE, lei n.º 0672, de 21 de dezembro de 1957, 1957)

A lei nº 0664, de 6 de dezembro de 1957, autoriza a execução do Monumento às Mães, uma obra em bronze, sobre um pedestal de granito, com a figura de uma mulher, tendo ao colo uma criança, de autoria de Lélío Coluccini. Ele encontra-se no Parque Municipal, próximo à Alameda Ezequiel Dias e ao Hospital da Previdência – IPSEMG. Sob a coordenação do prefeito Amintas de Barros, a lei nº 0837, de 8 de setembro de 1960, “autoriza mudança de denominação de logradouros públicos e abertura de crédito especial para construção de monumento”. O monumento ao qual a legislação faz referência é uma homenagem a São Vicente de Paulo, instalado na Praça São Vicente de Paulo, antiga Wenceslau Braz, formada pela confluência da Avenida Cristovão Colombo e ruas Fernandes Tourinho, Lavras, Paraíba, Rio Grande do Norte e BR-3. O crédito especial solicitado foi de Cr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). É importante ressaltar que esse monumento não foi catalogado no inventário produzido pela Belotur devido ao seu desaparecimento e à inexistência de outras informações.

No ano seguinte, foi erguido, por meio da lei nº 0856, de 23 de janeiro de 1961, o Monumento à Memória do Ex-Presidente João Pinheiro da Silva, cujo centenário de nascimento havia sido comemorado em 1960. Ele está localizado na Avenida Álvares Cabral, junto à Praça Afonso Arinos, que abriga, também, o Monumento em Homenagem ao Almirante Tamandaré, obra doada pelo Ministério da Marinha e do Governo do Estado, e inaugurada em 1961 durante as comemorações do 64º aniversário da fundação da capital mineira. Neste caso, a lei nº 0924, de 8 de junho de 1962, foi promulgada da seguinte forma: “autoriza a prefeitura a receber, em doação, herma em Homenagem ao Almirante Tamandaré”.

A lei nº 1058, de 21 de novembro de 1963, “dá a denominação de Praça da Imprensa a uma praça da capital, autoriza a ereção de um monumento e determina outras providências”. Seu artigo 1º determina que a confluência das Ruas da Bahia, Goiás e Goitacazes passaria a se chamar Praça da Imprensa e, ali, a prefeitura ficaria autorizada, mediante concorrência pública, a “erigir um monumento alusivo à atividade jornalística, como expressão do reconhecimento do povo aos inestimáveis serviços prestados pela Imprensa Mineira”.

Em 06 de julho de 1964, foi promulgada a lei nº 1120 que “autoriza a prefeitura a erigir um monumento em homenagem a Ary Barroso”. Esse foi implantado na Praça Raul Soares em ocasião do aniversário natalício do homenageado. Para isso, a prefeitura encaminhou à Câmara Municipal a solicitação de abertura de crédito especial. Vale ressaltar que o monumento não foi catalogado no inventário utilizado para este trabalho, já que não existe nenhuma informação concreta sobre o seu desaparecimento.

O Monumento ao Professor foi erguido a partir da publicação da lei nº 1234, de 8 de fevereiro de 1966, em que o prefeito ficou autorizado a dispender até Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros) na execução da obra. Não há registro sobre este monumento no inventário dos monumentos. A menção legislativa de que trata este parágrafo foi encontrada em pesquisa posterior no site da prefeitura de Belo Horizonte. Não existe nenhuma menção ao seu local de implantação, nem sobre sua retirada ou desaparecimento. Já a lei n.º 1447, de 19 de janeiro de 1968, “autoriza o prefeito municipal a erigir, em praça pública, Monumento Comemorativo da Sagração Episcopal de Dom Antônio dos Santos Cabral”. Este marco conta com uma placa de bronze sob pedestal, está localizado na Igreja da Boa Viagem e faz homenagem ao arcebispo reconhecido por sua atuação na cidade.

A pesquisa realizada aponta que, entre os anos de 1957 e 1968, foram publicados, por meio de leis e decretos, informações sobre a instalação de vários monumentos. Esse instrumento foi utilizado novamente em 1982, com a promulgação da lei nº 3423, de 12 de março de 1982, que “autoriza o

Prefeito Municipal de Belo Horizonte a erigir Monumento à Bíblia Sagrada e contém outras providências”. Tal monumento está localizado na Praça Rio Branco, em frente à rodoviária. Em 1983, a partir da resolução nº 0515, de 4 de julho de 1983, é aprovado o “convênio de cooperação para construção de monumento em homenagem à visita de sua Santidade Papa João Paulo II, na Praça Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte”. Todas as disposições expostas anteriormente fazem menção apenas à concessão de crédito e implantação de monumentos; porém, até a década de 60, não foi encontrado nenhum instrumento legal que desse suporte à proteção e à manutenção desses objetos.

Em 1970, o decreto nº 1923, que “aprova competência e atribuições da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos”, veio consolidar a primeira delimitação de responsabilidade sobre os monumentos, ainda que pouco expressiva. Competia até então a essa secretaria executar a limpeza da cidade e construir e conservar parques, jardins, praças, hortos e locais públicos onde se encontravam a maioria dos monumentos. Esse documento faz menção específica aos monumentos, no capítulo em que trata do setor de fiscalização dos serviços urbanos, no inciso VII, que diz competir a ele “exercer a vigilância das praças, jardins, parques, lagos e monumentos, para evitar qualquer tipo de depredação, evasões e danos”. (Grifo do autor)

A descaracterização dos monumentos passa a ser considerada ato lesivo à limpeza urbana quando, em 3 de agosto de 1978, a lei nº 2968 “aprova o regulamento de limpeza urbana de Belo Horizonte”. Na seção V, artigo 54, é estabelecido que constituem atos lesivos à conservação de limpeza urbana

III - afixar publicidade ou propaganda de qualquer natureza divulgada em tecido, plástico, papel ou similares: em postes, árvores de áreas públicas, proteção de árvores, estátuas, monumentos, obeliscos, placas indicativas, abrigos de pedestres, caixas de correio, de telefone, de alarme, de incêndio, bancas de jornais e revistas, cestos públicos de lixo leve, gradis, parapeitos, viadutos, túneis, canais, hidrantes, pontes, guias de calçamento, passeios, leitos das vias e logradouros públicos, escadarias, paredes externas, muros, tapumes ou outros locais, mesmo quando propriedade de pessoas ou entidades direta ou indiretamente favorecidas pela publicidade ou propaganda, exceto

as autorizadas pelas leis e regulamentos vigentes; (BELO HORIZONTE, 1978)

Pode-se analisar, a partir das discussões sobre a inserção dos monumentos como alvo de resguardo da história da cidade, que as medidas estavam voltadas, principalmente, para o aspecto físico do elemento urbano e pela sua existência no espaço urbano, e não pela necessidade de conservar o monumento a partir de suas características artístico-culturais. Tal fato pode ser depreendido da constatação de que as medidas estavam sob a coordenação de secretarias relativas a serviços urbanos. Essa atuação é sinal do início das atividades de proteção aos monumentos, assim como os demais elementos urbanos alvos de depredações, remoções e descaracterizações, que ocorreram devido ao crescimento exponencial da malha urbana.

A década de 80 vai marcar o início da legislação de proteção aos monumentos pela importância artístico-cultural, com a implantação de políticas e medidas voltadas para essa finalidade. Esse período consolida a atuação do poder público como interveniente entre o espaço e as manifestações da sociedade. Para André de Sousa Miranda (2007), em sua dissertação sobre *A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte*,

as décadas de 1970 e 1980 representam o momento de abertura política do Brasil, que favoreceu o afloramento de movimentos sociais urbanos de diversas naturezas e índoles, dedicados a lutar em prol da liberdade de expressão e da construção de um estado de direito democrático. No âmbito municipal esta ebulição social se refletiu na organização de um movimento de preservação do patrimônio de Belo Horizonte, voltado a preservar os espaços marcadamente atrelados à identidade e memória dos belo-horizontinos. (MIRANDA, 2007, p.69)

Uma das primeiras medidas tomadas nessa década foi a promulgação da lei nº 3313, de 1981, em que prefeitura de Belo Horizonte e a Câmara Municipal estabeleceram que a mudança de localização dos monumentos dependia de prévia autorização do legislativo. Este ato tornou-se, então, peça fundamental para a permanência dos monumentos nos espaços que lhes serviam de ambiente. O próprio reconhecimento do significado dos

monumentos está, em muitos casos, atrelado ao espaço em que ele foi implantado, tendo em vista a relação entre o monumento, o espaço e a sociedade que utiliza essa área.

Em 1982, essa medida surte efeito com a solicitação e posterior autorização concedida pela lei nº 3430 para a remoção e transferência do Monumento Dom Bosco. A lei estabelece, no seu artigo 1º, que “fica o Executivo autorizado a promover a transferência do Monumento Dom Bosco, do cruzamento das Avenidas do Contorno com Amazonas para o Centro da Praça Dom Bosco, implantada nas proximidades.” Entretanto, vale ressaltar que esse foi o único caso encontrado na pesquisa. As demais transferências e remoções constatadas no Inventário dos Monumentos (2008) não apontaram nenhuma lei ou autorização concedendo tal efeito. Esse fato pode ser constatado, principalmente, quando da execução de grandes obras e intervenções urbanísticas como, por exemplo, a implantação da Linha Verde na Avenida Cristiano Machado e a revitalização da Praça Raul Soares. Os dois exemplos citados contavam com monumentos que desapareceram após a execução das obras. Tais monumentos não foram encontradas e não há registro do local em que se encontram.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, integrante da estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, passa, em 1983, com o decreto nº 4534, a contar com uma prerrogativa em sua estrutura administrativa: atuar na conservação e manutenção de parques, praças, jardins e monumentos. Esse decreto restringe, no entanto, a atuação no interior das áreas consideradas parques, centros de vivência agroecológica (CEVAES), unidades de conservação e equipamentos da secretaria.

A expansão urbana, a especulação imobiliária e a verticalização da cidade são alguns fatos que indicam a deterioração do patrimônio e dos monumentos na década de 80. Para Miranda (2007, p.78), o patrimônio não estava à mercê apenas da especulação imobiliária, “mas também era contemporânea com outras ondas de progresso e a carência de uma política pública municipal de preservação do patrimônio local, além de uma instância

de governo a quem recorrer”. A demolição do Cine Metr pole, em 1983, instigou o início de discussões mais efetivas sobre a necessidade de viabilizar instrumentos e medidas que atuassem na prote o do patrimônio de Belo Horizonte.

Até 1984, a cidade não contava com nenhum órgão para estabelecer o uso do tombamento, embora a responsabilidade pelos cuidados com os monumentos já tivesse sido considerada. Foi assim que esse ano tornou-se um importante marco para a cultura na capital mineira.   quando se instaura a lei n  3802, de 6 de julho de 1984, que “organiza a prote o do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte”. Para Arroyo (2010, p.62) a promulga o dessa lei “veio   tona em meio ao processo de abertura política no Brasil e acompanhou as discussões que culminaram na Constitui o Brasileira de 1988”.

Esse instrumento torna-se o referencial para o desenvolvimento de uma política pública cada vez mais direcionada e intencionada para a salvaguarda da cultura na capital. O artigo 1  do capítulo I define e consolida o patrimônio cultural do município:

Art. 1  - Constitui o patrimônio cultural do Município os conjuntos de bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conserva o seja de interesse público, quer por sua vincula o a fatos memoráveis da história, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico, artístico ou documental. (BELO HORIZONTE, 1984)

  a citada lei que estabelece o tombamento como principal instrumento para a prote o do patrimônio municipal. Tal atividade era atribui o da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, hoje destituída e desmembrada em Funda o Municipal de Cultura, responsável pela cultura, e Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur, responsável pelo turismo. Esse tombamento   efetivado através de ofício por “decisão do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, artigo 28, devendo ser comunicado   entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda

estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos”. (lei nº 3802, artigo 5º).

Já o artigo 28 cria o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município –CDPCMBH – e define sua composição. Composto por representantes da sociedade civil organizada e por órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais, a atuação desse conselho foi muito restrita até 1990. A partir deste ano, começou-se a perceber uma participação mais efetiva do CDPCMBH na proteção do patrimônio. Entre 1990 e 1992, aprovou 20 tombamentos, sendo a maioria definida como bens isolados, com exceção do conjunto da Praça da Liberdade, que demonstrava o princípio de uma preocupação voltada para a ampliação do conceito de patrimônio em que os conjuntos deveriam ser avaliados e incluídos nos tombamentos.

Seguindo essa concepção e com a discussão expandida, em 1994, 11 conjuntos urbanos na área central foram tombados: a Praça Rui Barbosa e adjacências; a Praça da Liberdade, a Avenida João Pinheiro e adjacências; a Praça da Boa Viagem e adjacências; a Avenida Afonso Pena e adjacências; a Rua da Bahia e adjacências; a Rua Caetés e adjacências; a Avenida Carandaí, Alfredo Balena e adjacências; a Praça Floriano Peixoto e adjacências; a Praça Hugo Werneck e adjacências; a Avenida Álvares Cabral e adjacências; e a Avenida Assis Chateaubriand e adjacências. O tombamento desses conjuntos significou, para Belo Horizonte, um marco na história da proteção patrimonial, não apenas pela extensão da área protegida, mas pelo avanço conceitual.

Foi em 1993 que ocorreu a instituição do órgão municipal responsável pela implementação e gestão da política de proteção ao patrimônio cultural da capital, hoje representado pela Diretoria de Patrimônio Cultural. Em 2004, outro avanço significativo foi instaurado com a promulgação da lei nº 9000, de 29 de dezembro de 2004, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial. Com essa lei, o CDPCMBH teve como prerrogativa

deliberar sobre os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares tradicionais da cidade.

Art. 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Município.

§ 1º - São considerados bens culturais de natureza imaterial:

I - os processos de criação, manutenção e transmissão de conhecimentos;

II - as práticas e as manifestações dos diversos grupos socioculturais que compõem a identidade e a memória do Município;

III - as condições materiais necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos de que tratam os incisos I e II e os produtos de natureza material derivados. (BELO HORIZONTE, 2004)

Seus conselheiros foram empossados para um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução. Atualmente, o conselho é presidido pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Cultura e composto por representantes da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul, Fundação Municipal de Cultura, Secretaria Municipal Adjunta de Governo, Belotur, Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente, Museu Histórico Abílio Barreto, Secretaria Municipal de Política Urbana, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Superintendência de Museus, Rede Informal de Museus e Espaços Culturais, Escola de Arquitetura da UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, Associação Comercial de Minas, Câmara de Dirigentes Lojistas, Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (CREA MG), Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA MG) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1985, a lei nº 4034, que “dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de Belo Horizonte, e dá outras providências”, foi criada com o intuito de organizar a cidade em zonas e setores. O capítulo III, que aborda o zoneamento proposto, possui, em seu artigo 10º, o parágrafo 1º, que determina o Setor Especial 1 (SE-1): espaços sujeitos à preservação, tendo como alvo os monumentos. Cinco anos depois, a Câmara Municipal aprovou a Lei Orgânica do Município, que estabelece as regras de

funcionamento da cidade e de relacionamento entre os cidadãos. O capítulo II – Da Competência do Município – estabelece no artigo 13, inciso III, a proteção dos “documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. O artigo 224 – Das disposições gerais – título VII, define o tombamento de alguns elementos e conjuntos urbanos como a Estátua do Cristo Redentor, situada no Bairro Milionários, descrita no inciso XXVIII.

Em 1996, Belo Horizonte passa a contar com um Plano Diretor, instrumento de orientação das políticas de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana. Participaram da sua elaboração a Câmara Municipal, visando à organização, ao funcionamento, ao planejamento territorial da cidade e à definição das prioridades de investimentos. Foi implantado, assim, com a publicação da lei nº 7165, de 27 de agosto de 1996.

Art. 3º - São objetivos do Plano Diretor:

I - ordenar o pleno desenvolvimento do Município no plano social, adequando a ocupação e o uso do solo urbano à função social da propriedade;

II - melhorar a qualidade de vida urbana, garantindo o bem-estar dos munícipes;

III - promover a adequada distribuição dos contingentes populacionais, conciliando-a às diversas atividades urbanas instaladas;

IV - promover a estruturação de um sistema municipal de planejamento e gestão urbana democratizado, descentralizado e integrado;

V - promover a compatibilização da política urbana municipal com a metropolitana, a estadual e a federal;

VI - preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio cultural, histórico, paisagístico, artístico e arqueológico municipal;

VII - promover a integração e a complementaridade das atividades urbanas e rurais na região polarizada pelo Município - visando, dentre outros, à redução da migração para este -, mediante o adequado planejamento do desenvolvimento regional. (BELO HORIZONTE, 1996)

A subseção IV do plano trata da proteção da memória e do patrimônio cultural e o artigo 15 define as diretrizes para alcançar tais objetivos. Dentre as estabelecidas, pode-se citar a proteção dos elementos paisagísticos e a manutenção da paisagem em que estão inseridos; o estímulo às ações de

recuperação de edifícios e conjuntos; a realização de pesquisa, inventários, registros, vigilâncias, tombamentos, desapropriações; entre outras.

Foi o Plano Diretor que definiu as áreas prioritárias para aplicação das diretrizes citadas acima. Dentre elas, destacamos as áreas que contam com monumentos em seu entorno: Avenida Afonso Pena, Álvares Cabral, João Pinheiro; Praça da Boa Viagem, da Liberdade, Raul Soares, Rui Barbosa, Hugo Werneck, Negrão de Lima; Rua da Bahia; e Pampulha.

Em 1996, foi submetido ao CDPCMBH um parecer para apreciação e deliberação referente à instalação do Monumento Comemorativo ao Centenário de Belo Horizonte, de autoria do artista Amílcar de Castro. A solicitação foi aprovada e a lei nº 7407, de 1997, autorizou a instalação do referido monumento na Praça Governador Milton Campos.

Além da preocupação com a proteção dos monumentos a partir do estabelecimento das medidas contidas na Lei Orgânica e no Plano Diretor, houve, ainda, neste período, a criação de leis e decretos voltados para a conservação do patrimônio histórico, a fim de evitar sua descaracterização, como é o caso do Decreto 9232, de 23 de maio de 1997, que regulamenta a utilização de mecanismos para publicidade nos espaços públicos. O capítulo III – Da instalação – na seção I, e o artigo 7º, abordam as proibições de implantação de engenhos de publicidade em prédios ou monumentos tombados, ou em suas proximidades. Fica proibido, ainda, de acordo com a Seção II – Dos Critérios Para Instalação–, no artigo 13

V - É proibida a instalação de faixas nas praças Rio Branco, Rui Barbosa, Sete de Setembro, Tiradentes, Raul Soares, Milton Campos, da Liberdade e Savassi, bem como em árvores, em frente a monumentos públicos e edifícios tombados ou em locais que prejudiquem a visibilidade de placas e sinais de trânsito e as indicativas de vias públicas. (BELO HORIZONTE, 1997)

Além das medidas já expostas, há que se ressaltar a importância do inventário como instrumento de coleta de dados e registro das informações. Devido à carência de informações sobre os monumentos de Belo Horizonte,

a Belotur elaborou, em 1999, uma pesquisa sobre bustos, efígies, totens, obeliscos, estátuas, esculturas etc, atualizada posteriormente em 2008. Esse recolhimento de dados foi possível através de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes como bibliotecas, arquivos de jornais, arquivos de artistas plásticos, sites, bibliografias, dentre outras.

A partir de 2000, as políticas públicas foram cada vez mais acionadas em busca de completar seus objetivos. Em 2008, houve novo avanço com a criação do Conselho Municipal de Cultura, por meio da lei nº 9577 em que o órgão de caráter deliberativo e consultivo seria vinculado à Fundação Municipal de Cultura e teria como principal atribuição definir as diretrizes gerais da política cultural do município e fiscalizar e avaliar o seu cumprimento. Já em 2009, o Decreto 13825 regulamentou a lei de criação do Conselho, e em setembro de 2011 foram escolhidos os 15 representantes do Conselho. Esses conselheiros da sociedade civil e seus suplentes integram o Conselho Municipal de Cultura ao lado dos membros designados pelo poder público municipal.

4 DIAGNÓSTICO DOS MONUMENTOS

Foi abordado, no sub-capítulo 2.2, a presença dos monumentos no cenário urbano de Belo Horizonte desde sua fundação até os dias atuais. Um traçado geral sobre a implantação dos monumentos e dos marcos aos quais fazem referência pode contribuir para o processo de compreensão da lógica socioespacial ocorrida na capital mineira. Entretanto, ainda deve-se discutir sobre a situação atual desses monumentos no município.

A partir das informações encontradas nos Inventário dos Monumentos de Belo Horizonte, produzido pela Belotur, foi possível criar um diagnóstico que retrata os dados mais relevantes para este estudo: períodos de criação, estado de conservação, tombamento, entre outros. Sua primeira versão é de 1999; porém, o documento utilizado para este estudo é a versão atualizada em 2008. Esse é considerado uma fonte sistemática para a obtenção de informações úteis para análises sobre o patrimônio histórico da cidade. É, ainda, um processo no qual se pode registrar os elementos que compõem um município, visando à correta ordenação e exploração do território e seus componentes, de forma a otimizar a utilização de seus recursos naturais, culturais e sociais. É possível, também, a análise interpretativa das informações levantadas previamente por um inventário.

Para a elaboração do diagnóstico, foram duas as etapas de trabalho: tratamento e apresentação dos dados e discussão e considerações a partir das análises obtidas. Todos esses dados foram tabulados manualmente e, posteriormente, analisados e representados por meio de tabelas explicativas e gráficos de setor (pizza). A escolha por esse modelo de gráfico se baseou em critérios de melhor visualização e coerência.

A tabela mostrada a seguir faz menção à data de criação e/ou instalação dos monumentos. Essa informação é importante para este estudo, já que, no capítulo anterior, foi utilizada uma cronologia para a compreensão da linha histórica da implantação dos monumentos em Belo Horizonte. Vale ressaltar que o título criação e/ou instalação possui essa nomenclatura porque, em

vários casos, a informação obtida faz referência à data de criação ou produção do monumento e, em outros, diz respeito à efetiva instalação no local designado.

Tabela 4 – Data de criação e/ou instalação

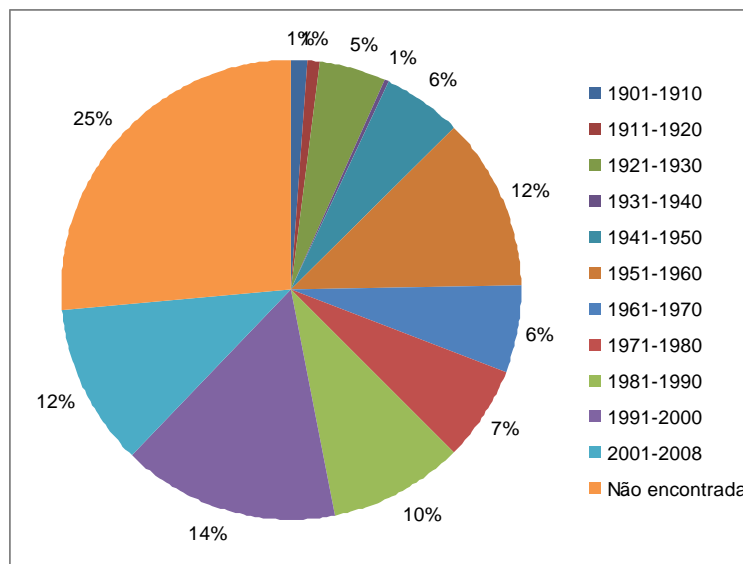
Data	Quantidade	%
1901-1910	2	1,01%
1911-1920	2	1,01%
1921-1930	9	4,55%
1931-1940	1	0,51%
1941-1950	11	5,56%
1951-1960	24	12,12%
1961-1970	12	6,06%
1971-1980	13	6,57%
1981-1990	19	9,60%
1991-2000	30	15,15%
2001-2008	23	11,62%
Não encontrada	52	26,26%
Total	198	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2011³³.

A análise dos resultados da tabela 4 indica que 26,26% – o maior índice – se relacionam à informações não encontradas, o que pode ser atribuído à dificuldade de obtenção desse dado em registros e documentos sobre os monumentos da cidade. Percebe-se, ainda, que mais de 36% dos monumentos foram criados e/ou implantados entre 1981 e 2008, o que pode indicar que nos primeiros anos após a implantação da nova capital (1897) foi pouco o interesse em instaurar monumentos, já que a cidade ainda estava se consolidando, buscando encontrar sua própria história e memória.

³³ Todas as tabelas e gráficos foram elaborado pelo autor, baseados nos dados presentes no Inventário de Monumentos de Belo Horizonte de 2008.

Gráfico1 – Data de criação e/ou instalação



Como explicitado anteriormente, os monumentos estão espalhados pela cidade e configuram-se como elementos que compõem o cenário urbano. A tabela abaixo faz uma divisão do patrimônio histórico seguindo o modelo administrativo das regionais de Belo Horizonte.

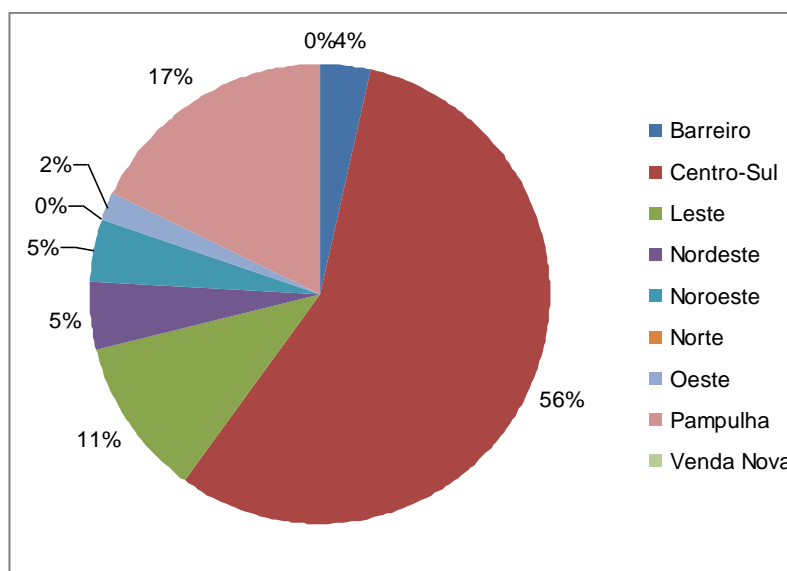
Tabela 5 – Região

Região	Quantidade	%
Barreiro	7	3,5%
Centro-Sul	112	56,6%
Leste	22	11,1%
Nordeste	9	4,5%
Noroeste	9	4,5%
Norte	0	0,0%
Oeste	4	2,0%
Pampulha	35	17,7%
Venda Nova	0	0,0%
Total	198	100,0%

Os dados da tabela 5 mostram que mais da metade dos monumentos (56%) encontram-se localizados na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a mais

movimentada, com grande fluxo de pessoas e veículos, sendo também onde se iniciou a sua construção. Já a região Norte e de Venda Nova, no entanto, não possuem nenhum monumento catalogado.

Gráfico 2 – Região



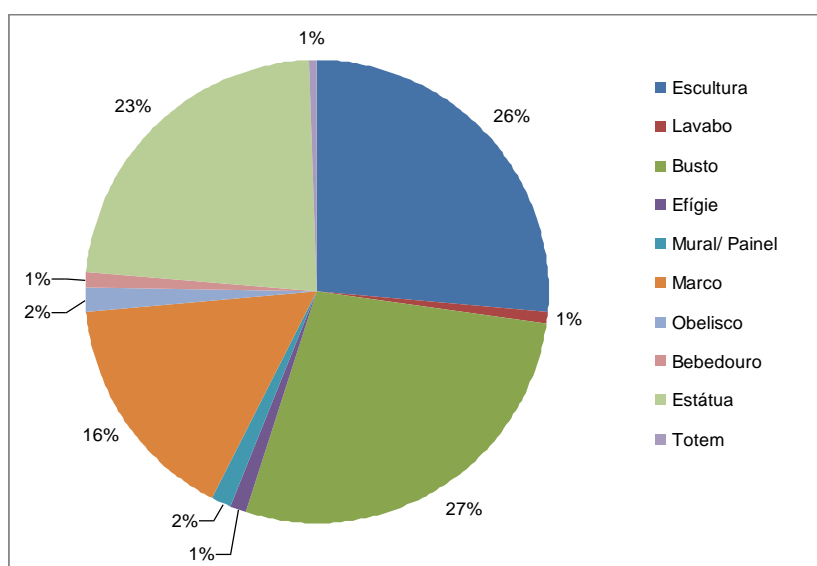
Os objetos alvo da investigação foram monumentos localizados no espaço público como bustos, efígies, totens, estátuas, lavabos, esculturas, bebedouros, marcos, murais, painéis e obeliscos. Seguindo essa tipologia, a tabela 6 demonstra a quantidade de objetos em cada uma das categorias.

Tabela 6 – Tipologia

Tipo	Quantidade	%
Busto	55	27,78%
Efígie	2	1,01%
Totem	1	0,51%
Estátua	46	23,23%
Lavabo	2	1,01%
Escultura	52	26,26%
Bebedouro	2	1,01%
Marco	32	16,16%
Mural/ Paineis	3	1,52%
Obelisco	3	1,52%
Total	198	100,00%

De acordo com ela, os três tipos de monumentos mais comuns em Belo Horizonte são, respectivamente, bustos, esculturas e estátuas. A maioria dos bustos e estátuas representa e homenageia personalidades políticas e artísticas; já as esculturas são mais abstratas. O tipo bebedouro foi incluído na tipologia, tendo em vista que dois monumentos (1,01%) não se encaixavam em nenhuma das categorias devido a características específicas.

Gráfico 3 - Tipologia



É interessante notar, também, a quantidade de monumentos a partir de 1999, tabulados desde a primeira versão do inventário, e aqueles que estão desaparecidos ou foram removidos.

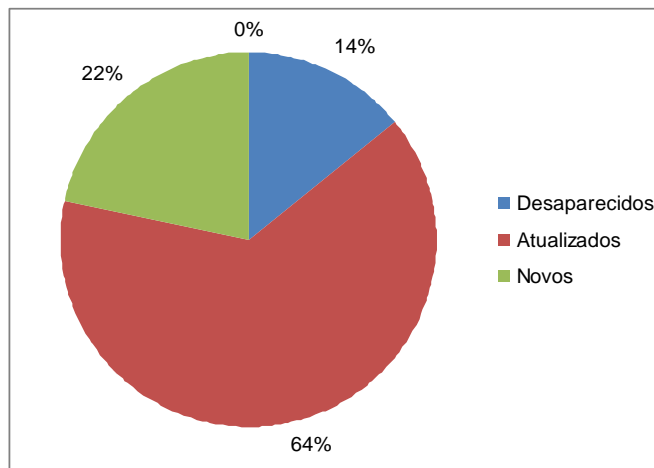
Tabela 7 – Monumentos inventariados

Variáveis	Quantidade	%
Desaparecidos	33	14,3%
Atualizados	148	64,1%
Novos	50	21,6%
Total	231	100,0%

A tabela 7 aponta um total de 231 monumentos catalogados. No entanto, 33 deles foram classificados como desaparecidos, removidos ou não encontrados e só foram catalogados como forma de registro e memória. Dos

198 monumentos restantes, 148 já constavam do inventário anterior (1999), tendo sido adicionados 50 novos monumentos na versão de 2008.

Gráfico 4 – Monumentos inventariados



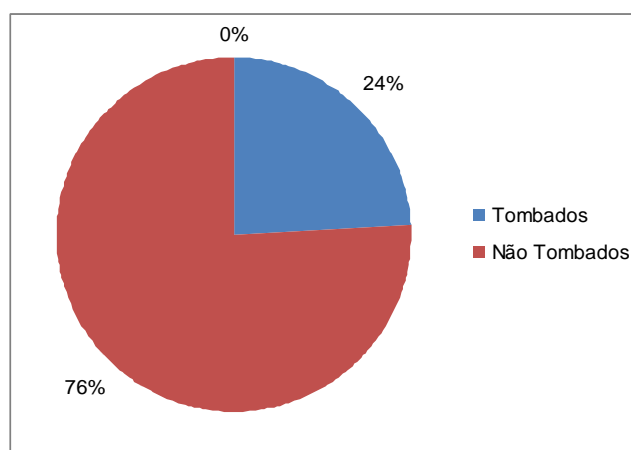
O tombamento é um dos instrumentos mais eficazes na proteção do patrimônio. Porém, dos monumentos indicados na tabela seguinte, a minoria é tombada por algum órgão municipal, estadual e/ou federal.

Tabela 8 - Tombamento

Variáveis	Quantidade	%
Tombados	48	24,2%
Não Tombados	150	75,8%
Total	198	100,0%

A análise dessa tabela pode fornecer informações para avaliar os instrumentos disponíveis e as formas de se conseguir a efetiva salvaguarda daqueles ainda não tombados. Dos monumentos tombados, 24% os são por uma ou mais das seguintes entidades: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA); Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH); e Lei Orgânica.

Gráfico 5 - Tombamento



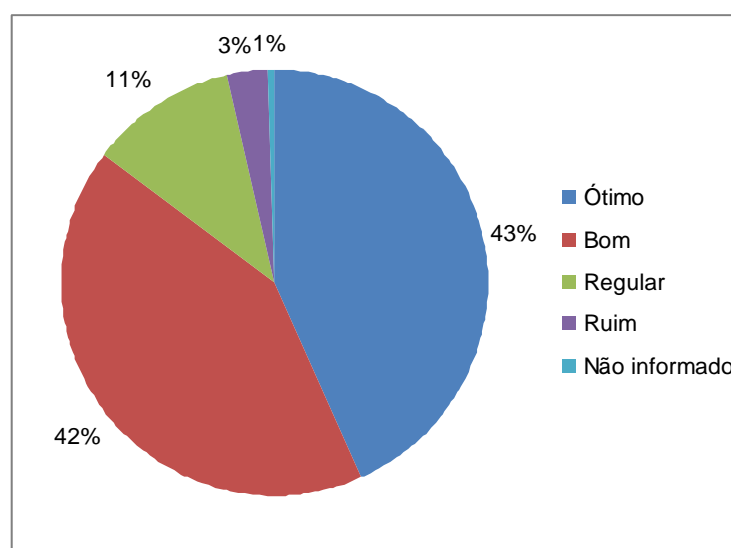
O estado de conservação dos monumentos também foi avaliado pelo diagnóstico realizado. Seu resultado relaciona-se diretamente com o objetivo deste estudo, já que uma das questões levantadas para discussão é a conservação e proteção dos monumentos em Belo Horizonte. Discute-se, no presente trabalho, como esse processo de conservação tem sido efetuado, quais as particularidades e as dificuldades encontradas para se atingir a conservação dos monumentos, quais os recursos disponíveis e, por fim, o que tem sido desenvolvido e quais os avanços obtidos para essa importante tarefa.

Tabela 9 – Estado de conservação

Estado	Quantidade	%
Ótimo	86	43,4%
Bom	83	41,9%
Regular	22	11,1%
Ruim	6	3,0%
Não informado	1	0,5%
Total	198	100

Com relação a esse item, a tabela 9 mostra que 85% dos monumentos restantes estão em ótimo e bom estado de conservação. Dos restantes, apenas um monumento (1%) não pôde ser classificado, uma vez que ele encontra-se em uma trincheira de alta movimentação de veículos e o acesso é restrito.

Gráfico 6 – Estado de conservação



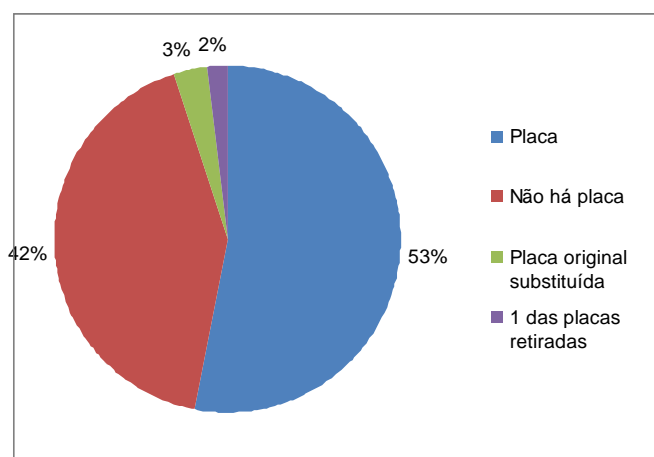
As placas normalmente acopladas aos monumentos são importantes fontes de informação sobre data de criação e/ou instalação dos monumentos, autores, composição, homenageado ou mesmo curiosidades. Entretanto, pode ser constatado, a partir da tabela 10, que os monumentos de Belo Horizonte sofreram, ao longo dos anos, várias avarias em relação às suas placas, pela facilidade em retirá-las e pelo seu valor, o que levou a uma série de furtos e, conseqüentemente, à perda da informação.

Tabela 10 - Placas

Variáveis	Quantidade	%
Placa	105	53,0%
Não há placa	83	41,9%
Placa original substituída	6	3,0%
1 das placas retiradas	4	2,0%
Total	198	100,0%

Porém, de acordo com a tabela, 10, 53% dos monumentos ainda possuem placa informativa. Entretanto, vale ressaltar que 42% diz respeito à inexistência de placas nos monumentos, por estarem desaparecidas, não encontradas ou sem indicação de inserção já em seu projeto e instalação. Além disso, 3% dos monumentos tiveram sua placa original substituída e 2%, uma de suas placas retiradas/desaparecidas.

Gráfico 7 - Placas



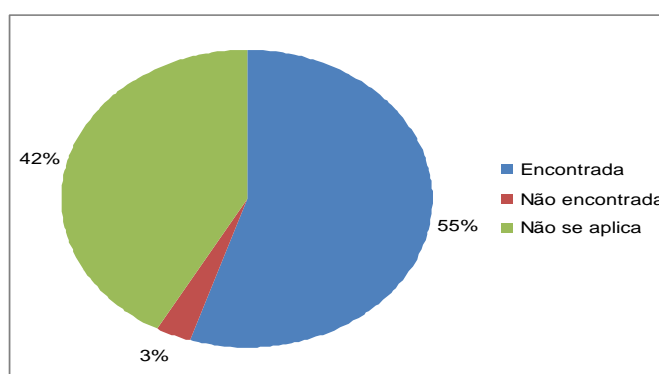
Em muitos casos, os monumentos são criados para homenagear alguma data comemorativa ou personalidade histórica. Com as informações presentes no inventário, foi possível estabelecer uma análise sobre a quantidade de homenageados nos monumentos de Belo Horizonte.

Tabela 11 – Informação sobre os homenageados

Variáveis	Quantidade	%
Encontrada	109	55,1%
Não encontrada	6	3,0%
Não se aplica	83	41,9%
Total	198	100,0%

Dos monumentos catalogados, foi possível encontrar informação sobre 55,1% deles, sendo 3% não encontrados. Em 41,9% dos casos, esse tipo de dado não se aplicava.

Gráfico 8 – Informação sobre os homenageados

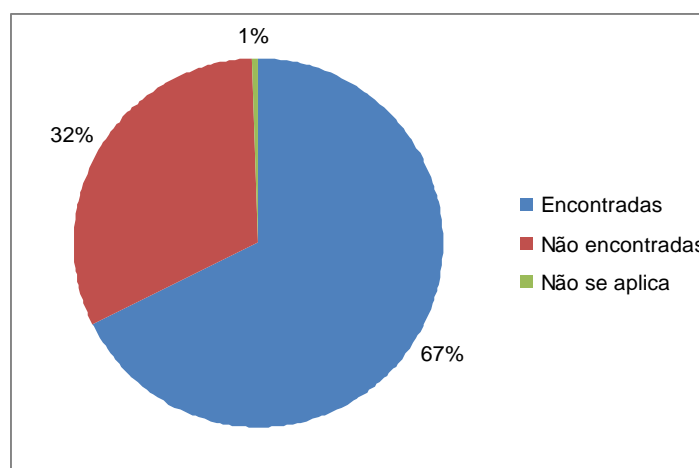


A biografia dos artistas também foi alvo de investigação. Nesse caso, buscava-se informações em banco de dados, jornais, revistas e sites para estabelecer um paralelo entre a formação dos artistas com as suas demais obras de arte.

Tabela 12 – Biografia dos artistas

Variáveis	Quantidade	%
Encontradas	134	67,7%
Não encontradas	63	31,8%
Não se aplica	1	0,5%
Total	198	100,0%

Gráfico 9 – Biografia dos artistas



No diagnóstico realizado, pode-se concluir, em síntese, que as propostas voltadas para a restauração, reparação e conservação dos monumentos tornam-se um elemento útil para a melhoria da sua situação, tendo em vista que 14% deles encontram-se em péssimo estado de conservação, e que 42% não possuem placas informativas ou as que existiam foram retiradas. O processo de restauro dos monumentos, dessa forma, implica no resgate das informações sobre a própria cidade.

Foram catalogados 231 monumentos, dos quais 50 são novos, 33 encontram-se desaparecidos, removidos ou não encontrados, e 148 já haviam sido contemplados no inventário de 1999. Os bustos, estátuas e

esculturas são os tipos mais comuns em Belo Horizonte e estão concentrados, principalmente, na região Centro-Sul e Pampulha.

Além dessas constatações, é preciso que o inventário seja revisto e atualizado, de forma a resguardar as informações sobre o patrimônio histórico da capital mineira. O armazenamento dos dados colhidos mostra-se funcional, uma vez que a perda de informações sobre a história e os artistas executores das obras foram algumas das dificuldades encontradas para se montar um documento completo. O diagnóstico realizado no presente trabalho torna-se útil para sintetizar os dados colhidos e apresentá-los de maneira clara para futuras consultas.

5 ENTREVISTAS

5.1 Síntese das entrevistas

Optou-se por uma síntese das entrevistas que baseou o cruzamento das informações e posteriormente no capítulo das considerações finais os resultados gerais da pesquisa. O questionário utilizado como modelo para as entrevistas encontra-se no apêndice 1. A íntegra das entrevistas encontra-se no CD-ROM – apêndice 2.

5.1.1 Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte - Belotur

Entrevista concedida por Nathalie Danif Moreira de Faria do Departamento de Desenvolvimento de Produtos Turísticos da Belotur, órgão da administração indireta da Prefeitura de Belo Horizonte, responsável pelo turismo na cidade.

Com relação à área de atuação da instituição, referente à primeira pergunta do questionário, a entrevistada relatou que a Belotur, criada há mais de 30 anos, é responsável pelas atividades turísticas no município de Belo Horizonte. A instituição possuía como principal foco de atuação a área de eventos; porém, na última década, passou a desenvolver o turismo de uma forma diferente considerando a cidade como um pólo de atração turística, sem que seja exclusivamente sob o viés da realização de eventos. A Copa do Mundo FIFA 2014 foi citada como parte da preocupação em planejar e projetar a cidade para esse grande evento, em que é esperado um legado para a cidade após a sua realização, bem como a expectativa de que a cidade continue objetivando o desenvolvimento turístico.

Ainda neste bloco de perguntas, quando questionada sobre a existência de um departamento específico na estrutura organizacional da Belotur, com projetos e ações voltados para os monumentos em Belo Horizonte, a entrevistada informou que devido à inexistência da Fundação Municipal de Cultura –FMC – e, posteriormente, de um departamento com pleno

funcionamento no órgão, a Belotur desenvolveu alguns trabalhos para a valorização dos monumentos. Um desses trabalhos foi a criação de um inventário dos monumentos. Quando houve a implantação da Fundação Municipal de Cultura, os trabalhos da Belotur foram repassados para a fundação, já que em entendimento conjunto entre as duas instituições, ficou claro que este trabalho de gestão e manutenção do patrimônio deveria ser conduzido pela FMC.

Dentre as perguntas específicas sobre monumentos, questionou-se sobre os instrumentos utilizados para sua conservação e gestão e a resposta obtida foi a de que a Belotur desenvolvia projetos de acordo com a demanda. Uma vez que existe um departamento na FMC, a entrevistada desconhece os instrumentos utilizados pela fundação e não soube dizer se o inventário foi atualizado. Sua resposta foi justificada pelo fato de que a FMC é hoje a responsável por essa atribuição.

Quanto ao procedimento para implantação de monumentos no espaço urbano, ela informou que essa deveria ser autorizada por um órgão público, que já existiu na estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte, mas que já extinto antes mesmo da criação da FMC. A entrevistada disse que o usual era comunicar a esse departamento e, posteriormente, sua efetivação seria através de uma publicação³⁴. Sobre o procedimento atual, ela não soube informar, mas disse que deve ser feito no mínimo uma notificação junto ao órgão competente para que haja uma publicação específica.

As próximas perguntas foram divididas em dois tópicos: gestão e conservação. Essa diferenciação foi feita já que não existe uma prerrogativa de que o mesmo órgão/instituição seja responsável pelos dois itens.

³⁴ Neste caso, vale à pena esclarecer que a publicação a qual a entrevistada se refere é a publicação no Diário Oficial do Município, seguindo o princípio da transparência e publicidade dos atos públicos.

A entrevistada atribuiu a responsabilidade pela gestão dos monumentos à FMC, que possui um departamento responsável por esse assunto. Entretanto, ela fez uma ressalva de que como os assuntos estão interligados e trata-se de uma questão abordada em âmbito municipal, quando existe a necessidade de alguma informação, a FMC e a Belotur têm uma boa interlocução.

Sobre a instituição responsável pela manutenção, conservação e restauração, a entrevistada também deu como resposta a FMC e reafirmou que não existe nenhum impedimento de repasse de demanda para outro órgão municipal, já que as instituições estão ligadas à Prefeitura. Ela frisou que, devido à realização de alguns jogos da Copa do Mundo em Belo Horizonte, uma série de levantamentos sobre os atrativos e os monumentos está sendo feita e que essas ações tornam-se fontes de informações, inclusive sobre o seu estado de conservação. Ressaltou a importância da participação conjunta em determinados momentos.

Um dos objetivos desta entrevista foi avaliar a existência de legislação específica para os monumentos. Neste caso, ela não soube informar o número da lei que estabelece o tombamento, mas a citou como uma documentação oficial que legisla sobre a proteção municipal dos monumentos.

Como a entrevistada apontou o tombamento como um instrumento contido na legislação para a proteção do patrimônio, foi perguntado se o tombamento é um dos principais instrumentos para alcançar esse objetivo. A resposta foi que ele é, oficialmente, o principal instrumento, mas não significa que seja o mais eficaz, já que o tombamento pode ocorrer mesmo sem a participação da população. Ela expôs que, apesar do objeto estar tombado, não significa que será lembrado. Foi exposto que hoje são comuns casas destruídas pela própria ação do tempo, mesmo que tombadas, uma vez que ninguém sabe quem viveu ali ou até mesmo porque foi tombada. O “Pirulito da Praça Sete” foi citado como um caso em que as pessoas sabem que existe, prestam mais atenção, mesmo que não saibam sua história, ao

contrário do caso em que uma casa recentemente destruída no bairro Funcionários, mesmo sendo tombada.

A entrevistada descreveu como principal marco na história da gestão e proteção dos monumentos no Brasil o ano de 1937, quando os tombamentos tiveram início na busca pelo nacionalismo. Apontou que a gestão do patrimônio foi fortalecida nesta época, já que as escolhas políticas foram feitas neste período. Essas marcaram o patrimônio como algo antigo, o que, de acordo com a entrevistada, é justamente a causa das pessoas não prestarem muita atenção ao patrimônio atual. Para ela, Belo Horizonte possui muitos marcos monumentais do período de fundação da cidade e cita como exemplo a última casa do arraial, onde é hoje o Museu Abílio Barreto; os monumentos na Avenida João Pinheiro e na Escola de Direito da UFMG, em que existem vários bustos dedicados a jornalistas da época; e o monumento à Terra Mineira na Praça da Estação. Em sua explanação, foi colocado que busca-se memorar o que Belo Horizonte foi ou quais eram as pessoas importantes do passado e disse que não saberia informar quais são os monumentos que foram colocados na cidade nos últimos dois anos, tradução de um sentimento de que a história da capital está mais ligada à sua fundação aliada ao conceito de que a cidade é moderna, contemporânea, que liga o antigo ao atual, mesmo que esse atual não seja lembrado

Sobre as problemáticas vividas atualmente, ela alegou que a questão conceitual de que patrimônio é coisa antiga está implícita, mesmo que não seja algo embutido na FMC e na Belotur. Expôs, ainda, que sente falta de pessoas especializadas cuidando da conservação e manutenção do patrimônio. A entrevistada informou que não é comum ver os monumentos sendo limpos ou mesmo de saber da existência de pesquisas que levantem o estado de conservação dos monumentos, assim como considerou incomum pesquisas neste ramo. Como cidadã, não consegue avaliar o impacto dos monumentos na vida das pessoas, já que não eles não são referências para os belo-horizontinos. Sendo uma problemática da própria

ideologia, do conceito de patrimônio, ela disse que não existe um trabalho direto com a população e que isso distancia o povo da história da cidade.

As duas últimas perguntas que abordam a relação dos monumentos com a cidade e o turismo foram respondidas como tendo uma relação direta. No caso da cidade, ela disse que o que acontece primeiro é a história da cidade e o monumento vem para registrar esse momento, essa ideologia, essa personalidade que aqui atuou. Dessa forma, o monumento conta um fato, conta a história da urbe. É através dos monumentos que se fica sabendo sobre um período da história ou sobre uma personalidade. Para ela, o monumento é o reflexo da cidade.

Sobre a relação com o turismo, relatou que quando se visita uma cidade, é preciso ser capaz de entendê-la através dos monumentos: a partir deles, se faz uma leitura dos fatos. Esses elementos situam o turista ou mesmo o habitante da cidade na história daquele local. Para ela, quanto melhor trabalhado o monumento, quanto mais informação se tiver dele, mais interessante é a visita e mais elementos poderão ser agregados ao conhecimento da história da urbe.

5.1.2 Diretoria de Patrimônio Cultural – Fundação Municipal de Cultura

Entrevista concedida por Carlos Henrique Bicalho, chefe do Departamento de Desenvolvimento de Identificação, Registro e Promoção do Patrimônio Cultural - Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura, órgão da administração direta da Prefeitura de Belo Horizonte.

Inicialmente, foi perguntado a ele sobre a área de atuação da Diretoria de Patrimônio Cultural – DIPC –, tendo como resposta que o objetivo da instituição é o da gestão e do monitoramento dos conjuntos urbanos tombados e das Áreas de Diretrizes Especiais – ADE's –de preservação cultural, previstas na lei de uso e ocupação do solo. Segundo o entrevistado, as ADE's de preservação cultural são Cidade Jardim, Santa Tereza, Floresta, Santa Efigênia, Pampulha, Avenida do Contorno e Serra do Curral e entorno.

Sobre as principais diretrizes, informou que a DIPC possui como atribuição secretariar executivamente o conselho do patrimônio com relação às demandas de novas edificações, restaurações e de intervenções em edificações tombadas dentro dos conjuntos citados anteriormente. Em resumo, a DIPC faz análises e pareceres sobre os projetos apresentados que façam qualquer alteração na paisagem das áreas citadas, para encaminhamento ao Conselho do Patrimônio Cultural, que delibera a respeito da proposta.

O papel da diretoria é esmiuçar, detalhar e entregar ao conselheiro relator algo mais específico, já que normalmente são apresentados grandes projetos. O entrevistado informou que o Conselho conta com algumas diretrizes já formatadas, como o mapeamento cultural dessa parte da cidade, com as altimetrias, o que é tombado, o que é registro documental, os graus de proteção, o que facilita a análise e tomada de decisão. Ele expôs que a DIPC pode aprovar os projetos, desde que estejam dentro das diretrizes estabelecidas. Quando a demanda é enviada para o conselho é porque não

foram atendidas totalmente as diretrizes ou porque é um projeto de impacto grande.

O entrevistado explicou que os monumentos são tratados como parte integrante dos conjuntos urbanos tombados e que, dentro do perímetro estabelecido, contam com três graus de proteção: interesse cultural, registro documental e tombamento. Os monumentos culturais são tombados, pois fazem parte dos conjuntos, e sua descrição conta no dossiê de tombamentos, sejam eles bustos, hermas ou estátuas.

O entrevistado diferenciou o registro documental do tombamento. No caso do primeiro, trata-se de uma proteção no papel, pois o monumento estará registrado no arquivo da cidade para a consulta de futuras gerações; entretanto, ele pode deixar de existir. Já o tombamento, protege o monumento materialmente.

No caso de intervenções, o entrevistado informou que elas devem ser autorizadas pela DIPC e pelo Conselho, até mesmo para limpeza dos monumentos. Ele disse que a Superintendência de Limpeza Urbana – SLU–, órgão da Prefeitura, é responsável pela manutenção e limpeza dos monumentos. Ela conta com contratos anuais para limpá-los; porém, antes de se executar a tarefa, é preciso seguir as diretrizes da DIPC, uma vez que a limpeza é, ao mesmo tempo, necessária e perigosa.

Informou, também, que em situações extremas o monumento pode ser retirado do espaço público, caso o conselho entenda que ele encontra-se em perigo. Citou como exemplo o caso da Praça Rui Barbosa: as estátuas das leas, dos leões, das que representam as quatro estações e as das duas ninfas foram restauradas por meio de uma medida compensatória de restauração da praça, tendo em vista que o Rio Arrudas seria tapado. Ele contou que foram produzidas réplicas para serem colocadas no lugar das originais. As peças originais estão expostas no Museu Arte e Ofícios por determinação do Conselho. O entrevistado informou que estão faltando as estátuas verão e primavera que estão nos jardins do Palácio da Liberdade,

que por um questão política (apesar de pertencer a Prefeitura) não puderam ser retiradas do jardim.

Quando questionado sobre a instituição responsável pela conservação, manutenção e restauração dos monumentos, informou que se o tombamento fosse estadual, o IEPHA-MG se encarregaria da restauração, porque possuem um laboratório. No caso de tombamento municipal, expôs um problema vivido pela DIPC, já que não existe esse tipo de laboratório na Prefeitura. A solução é a utilização de contrapartidas adquiridas pelo Conselho. Ele disse que quando as estátuas estão inseridas dentro de alguma praça, essa tarefa é mais fácil, mas quando estão isoladas em avenidas torna-se mais complicada. É preciso uma importância referencial para que haja alguma ação. Caso contrário a situação é mais complicada já que, além disso, os monumentos são alvo de muito vandalismo, principalmente as que têm placa de bronze. A SLU utiliza o levantamento feito pela Belotur para fazer as novas placas, seguindo mais ou menos os ditames. Ele expôs uma preocupação sobre as placas já que elas não serão mais como as mesmas, pois há sempre uma mudança de fonte, deixa de ter o aspecto antigo, a forma de confecção é alterada, ela deixa de ser robusta, são placas mais finas.

A pergunta referente a gestão dos monumentos foi esclarecida pelo entrevistado que apontou as regionais administrativas como responsáveis pelo patrimônio naquele espaço. Mesmo no caso de objetos tombados, a responsabilidade permanece, mas segundo o entrevistado, as regionais tem o dever de se dirigir a DIPC quando acontecer algo. Ele disse que algumas regionais já estão acostumadas com os trâmites, como a regional centro-sul que conta com a maioria dos monumentos. No caso de outras regionais como a oeste e norte é mais complicado, pois eles não conhecem a forma de tratar, de qualquer forma, o entrevistado informou que a DIPC tem feito um trabalho de conscientização.

O entrevistado foi perguntado se o departamento pelo qual ele é responsável possui como atribuição o repasse desse tipo de orientação e mesmo fazer a

interlocução com o conselho. Ele respondeu que sim, mas expôs uma vez que a rigor são dois departamentos, mas como o trabalho é conjunto e a equipe é pequena as atribuições são divididas. Segundo ele, a DIPC é dividida em grupos de trabalho (cada um com dois arquitetos) e são realizadas reuniões periódicas para que haja uma apresentação do que está sendo feito.

Quanto aos instrumentos, ações e programas desenvolvidos pela DIPC, ele apresentou o tombamento como principal instrumento utilizado na proteção dos monumentos. Além disso, existem as contrapartidas do Conselho que são medidas não formalizadas. Ele indicou ainda o Programa Adote um Bem Cultural como uma das ações da DIPC para a proteção dos monumentos. Ele informou ainda que os monumentos que são abrangidos pelas ações da DIPC são aqueles que possuem valor de referência, cultural e simbólico. Os monumentos que não são reconhecidos com estes valores, não são matéria da diretoria.

De acordo com o entrevistado, não existe uma legislação específica para os monumentos, a não ser a lei de tombamento que abrange outros objetos do patrimônio municipal.

Quando perguntado sobre algum marco na história de Belo Horizonte sobre os monumentos, o entrevistado citou a implantação do obelisco da Praça Sete, tendo em vista que ele não existiu desde a fundação da cidade, ele foi colocado depois. Ele ressaltou que, na época de sua implantação o obelisco seria um ponto vertical naquele espaço, mas na década de 40 com a verticalização do entorno da praça, ele se tornou “um chaveirinho”. Ele disse não saber causa de Belo Horizonte não ter grandes monumentos, mas acredita que isso se deve ao fato da fundação da cidade ter sido feita sob os preceitos do modernismo. Comparou Belo Horizonte com outras cidades como São Paulo e Rio de Janeiro que contam com um agenciamento urbano que deixa seus monumentos ainda mais monumentais. Os únicos monumentos que ele conseguiu lembrar para indicar como monumentos realmente imponentes foram o monumento da Praça Sete e o monumento à

Terra Mineira. Ele citou ainda o eixo da Avenida Álvares Cabral que possui diversos monumentos entulhados, cada um tirando a força do outro, assim como ocorre na Faculdade de Direito da UFMG. Para ele, não existe uma preocupação de destacar, dar um tratamento especial, retirar alguns monumentos ou até mesmo remanejá-los. Considerou ainda que os monumentos em Belo Horizonte são poucos e também negligenciados.

Por último, o entrevistado respondeu sobre a relação dos monumentos com a cidade e o turismo, indicando que os monumentos nos dois casos atuam em uma relação acessória. Ele explicou essa afirmação dizendo que os monumentos em Belo Horizonte estão sempre atrelados a alguma edificação importante ou a algum espaço público ou a alguma praça. Ele acredita que nenhum monumento em Belo Horizonte tem força suficiente para ser considerado um atrativo turístico. Foi citado o monumento estátua Pampulha de José Alves Pedrosa, que marcou sua infância pela localização e beleza do monumento, mas que sua relação está atrelada ao Museu de Arte. Ele acredita que isso é também uma herança do modernismo em que a obra de arte era acessório da arquitetura, e como Belo Horizonte é uma cidade modernista, os nossos monumentos são acessórios. Ele expôs que, talvez, se no século XIX tivesse havido uma vontade política de se construir um grande monumento, ele poderia ser esse monumento que a gente não tem.

5.1.3 Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Entrevista concedida por Renato Cesar José de Souza, Diretor de Conservação e Restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais - IEPHA MG, fundação sem fins lucrativos vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

O entrevistado esclareceu que a função do IEPHA MG, alvo da primeira pergunta, é cuidar do patrimônio cultural em Minas Gerais no âmbito das políticas estaduais, que implica desde a gestão dos bens protegidos por tombamento pelo IEPHA MG quanto pelos municípios, por meio da política do ICMS cultural. O entrevistado foi questionado quanto a obrigatoriedade da existência de um conselho municipal para conseguir participar do programa do ICMS cultural. Ele informou que não existe a obrigatoriedade, mas que o município que possui um conselho ativo recebe uma pontuação mais efetiva no ICMS cultural.

Sobre as principais diretrizes do IEPHA MG, ele informou que a instituição conta com uma diretoria que cuida da parte de conservação e restauração por meio de ações preventivas, tendo como preceito de que a partir do momento que você conserva não há necessidade de restauração. Possui também uma diretoria de promoção que cuida das ações de educação patrimonial e do ICMS cultural e ainda uma diretoria de proteção e memória que cuida das pesquisas históricas, dos tombamentos e das diretrizes de proteção.

Ele informou que diretoria sob sua responsabilidade é o departamento responsável por projetos relativos aos monumentos. Qualquer projeto de intervenção relativo a um bem protegido, seja em âmbito municipal ou estadual, isentando a esfera federal cuja competência é do IPHAN, é elaborado e acompanhado pela diretoria de conservação e restauração. Em alguns casos, quando os recursos são externos, o papel da diretoria é o de fiscalização dos projetos até o final da obra. Ou seja, trabalham com dois

focos: quando o próprio IEPHA contrata e executa a obra e quando acompanham a execução feita por terceiros.

Sobre a existência de projetos, medidas e/ou instrumentos para gestão e conservação e proteção dos monumentos, ele citou a educação patrimonial, um dos focos do ICMS cultural, que procura conscientizar a população do que é o patrimônio, porque ele deve ser conservado, como ele deve ser usado da maneira correta.

O entrevistado foi questionado sobre a participação do IEPHA MG na implantação de monumentos no espaço público. Sobre esse assunto ele informou a existência de uma política do município que é gerida pela Fundação Municipal de Cultura, que conta com uma diretoria de patrimônio cultural e um conselho municipal e a parte do Estado e da União, respectivamente pelo IEPHA MG e pelo IPHAN para cada área em que existe a proteção. Existem casos em que há uma tripla proteção e que todas as instituições citadas devem ser consultadas.

A Fundação Municipal de Cultura e o IEPHA MG foram indicados pelo entrevistado como as instituições responsáveis tanto pela gestão quanto pela conservação e restauração dos monumentos. Ele disse que nos casos de existência de tombamento municipal a FMC se responsabiliza e nos casos em que existe a proteção municipal e estadual individual ou quando os monumentos fazem parte de áreas ou conjuntos tombados (ele cita como exemplos: o obelisco da Praça Sete, a Praça da Liberdade, o Monumento à Terra Mineira na Praça da Estação) essa competência é compartilhada pelos dois órgãos.

Para o entrevistado não existe uma legislação específica, mas ele destacou as cartas patrimoniais que balizam o que deve ser feito, discutidas amplamente em nível mundial e que respaldam o comportamento do IEPHA MG. Em casos específicos de tombamento, como o caso da Praça da Liberdade, ele expôs que as normas são claras quanto a conservação e

restauração e o que o instrumento do tombamento pode definir limitações na descaracterização ou na intervenção em cada bem.

O entrevistado indicou como um dos principais marcos na história da conservação e proteção do patrimônio em Belo Horizonte a criação do IEPHA MG há quarenta anos, momento em que a cidade passava por uma grande expansão e a atuação da instituição ajudou a resguardar boa parte do patrimônio existente na cidade. Indicou ainda, na década de 80 a criação de uma política municipal de conservação do patrimônio que colabora ainda para a manutenção de antigas residências, conjuntos e ambiência urbana.

Sobre a problemática vivida em Belo Horizonte na proteção dos monumentos, ele citou o vandalismo (pichações, roubo de placas de bronze) como um dos principais problemas e destaca as ações educativas e preventivas como uma forma de evitar essa problemática do município. Ele ressalta que a educação patrimonial é a principal ferramenta para contornar essas questões. Por último ele cita a questão dos recursos disponíveis para conservação. Ele citou ainda a tendência pela substituição do original pela cópia, sem perda, para a conservação dos monumentos, assim com ocorrido com os monumentos da Praça da Estação. O entrevistado foi questionado se o IEPHA MG participou no processo de restauração dos monumentos citados e a resposta foi positiva. Foi demonstrada a necessidade de uma gestão compartilhada entre o município e o estado destes conjuntos.

Por último, o entrevistado ressalta a relação dos monumentos com a cidade onde esses objetos se tornam marcos, referências no espaço. Ele ressaltou também a escala do obelisco da Praça Sete, que hoje devido a verticalização do entorno, já não é mais expressiva quanto a princípio. Ele relatou a constante transformação dos objetos, elementos urbanos em marcos e referenciais da cidade. Sobre a relação com o turismo, ele acredita que os monumentos podem se tornar referências mundiais significativas para o turismo, como é o caso da Igreja da Pampulha.

5.2 Análise geral das entrevistas

A entrevista com as instituições envolvidas na gestão dos monumentos em Belo Horizonte permitiu a coleta dos dados que auxiliaram na identificação e avaliação das condições e do cenário da conservação do patrimônio no município. Sua análise foi feita ao partir do cruzamento das informações, sendo possível sanar as questões abordadas nesta dissertação.

Das três instituições entrevistadas, uma delas é voltada para a gestão das atividades turísticas municipais e as outras duas são responsáveis pela gestão do patrimônio: a FMC - DIPC em âmbito municipal e o IEPHA-MG em âmbito estadual. Sobre a área de atuação das duas instituições culturais, percebe-se que, na resposta da DIPC, há um objeto mais específico, que é a gestão e o monitoramento dos conjuntos urbanos tombados. Já no IEPHA MG, essa atuação é mais ampla por se envolver nas políticas públicas de proteção do patrimônio. No primeiro caso, essa especificidade deve-se ao fato de que a DIPC não responde pela FMC como um todo. Se isso acontecesse, as respostas aos questionamentos propostos poderiam ser diferentes, já que no estudo da legislação municipal foi possível concluir que a FMC é a gestora das políticas públicas de proteção do patrimônio no município. As respostas obtidas nesta pergunta inicial já expõem as responsabilidades de cada órgão sobre os monumentos, o que dá indícios para sanar uma inquietação apresentada na formulação desta dissertação.

A Belotur, em suas diretrizes iniciais, tinha como foco a área de eventos. Hoje, o cenário foi alterado devido aos trabalhos desenvolvidos para a captação de um público diferenciado. No caso da DIPC, a diretriz que norteia seus trabalhos é a de secretariar o conselho deliberativo do patrimônio, atividade mais específica do que a do IEPHA-MG, já que este possui como objetivo primeiro a conservação e a restauração, mas também uma política de educação preventiva mais ampla, subsidiada, principalmente, por meio do ICMS cultural. No caso da DIPC, vale ressaltar que essa especificidade é reflexo da própria abordagem da entrevista, já que foi selecionada uma diretoria da FMC.

Com exceção da Belotur, os outros dois órgãos possuem setores responsáveis por projetos relativos aos monumentos. No caso da Belotur, alguns projetos foram desenvolvidos antes da criação da FMC, variando de acordo com a demanda apresentada. A DIPC atua na elaboração de pareceres sobre as demandas de intervenções apresentadas ao conselho deliberativo, enquanto o IEPHA atua na elaboração de seus próprios projetos e acompanhamento e fiscalização de projetos desenvolvidos por terceiros.

Foram encontrados as seguintes medidas, instrumentos, ações e projetos voltados para os monumentos:

- DIPC: instrumento de proteção em três graus: interesse cultural, registro documental e tombamento; contrapartidas do conselho; e Programa Adote um Bem Cultural. Neste caso, o tombamento é o principal instrumento de conservação, já que protege o bem na questão documental e material. Nos casos das contrapartidas e do programa Adote um Bem Cultural, sua contribuição pode ser dada tanto na conservação quanto pela restauração.
- IEPHA-MG: campanhas de educação patrimonial; e ICMS Cultural. As campanhas atuam como elemento preventivo e o ICMS cultural, como incentivador e motivador para as práticas conservacionistas nos municípios.

Vale ressaltar que essas são as modalidades formais, mas pode-se encontrar outras, através das entrevistas, como a restauração dos monumentos, feitas tanto em âmbito municipal quanto estadual; o inventário dos monumentos desenvolvido pela Belotur; e a limpeza dos monumentos feita pela SLU, em conformidade com as orientações da DIPC. Ainda sobre a conservação dos monumentos, vale ressaltar que os monumentos tombados são aqueles que contam com a maioria das ações de conservação e restauração, o que pode ser percebido tanto no diagnóstico quanto nas respostas das entrevistas.

Uma questão levantada a respeito da gestão dos monumentos, neste caso atrelada a utilização do espaço urbano, é a forma como acontece a implantação desses objetos. Em pesquisa documental, foram encontradas

leis e decretos que devem aprovar a implantação de monumentos, o que foi respaldado pela Belotur. A DIPC informou que qualquer intervenção em objeto tombado deve ser comunicado à diretoria, até mesmo no caso de limpeza. Nos casos em que haja tombamento estadual, o IEPHA-MG deve ser informado. A DIPC e IEPHA-MG não mencionaram a necessidade de legislação que prove este tipo de interferência no espaço urbano.

Ainda sob este aspecto de gestão, a Belotur e o IEPHA-MG indicaram a FMC como órgão responsável pela gestão dos monumentos em Belo Horizonte. A DIPC respondeu ao questionamento informando que as regionais administrativas (conforme exposto no capítulo que trata da formação da cidade) são as instituições responsáveis pela gestão dos monumentos encontrados nos limites geográficos propostos nesta divisão territorial e administrativa. Expôs, também, que uma questão importante é o fato de que algumas regionais não conhecem os procedimentos para estabelecer uma interlocução com a DIPC nos casos que se referem à conservação, restauração e proteção dos monumentos. Foi informado, ainda, que uma conscientização tem sido promovida pela DIPC junto às regionais. A existência da Belotur demonstrou que a competência de gestão dos monumentos, em algum momento da história da cidade, foi delegada a esse órgão.

Essa diferenciação entre responsáveis pela gestão e pela conservação foi estabelecida, já que essas tarefas podem ou não ser representadas pelos mesmos órgãos. Neste caso, a responsabilidade pela gestão, conforme exposto acima, é diferente da responsabilidade pela conservação e restauração e, até mesmo, manutenção. A Belotur indicou novamente a FMC como o órgão responsável. O IEPHA MG disse que a atribuição deve ser conjunta com a FMC em casos de proteção estadual. Já a DIPC informou que quando a proteção recai sobre a esfera estadual é o IEPHA-MG que cuida da restauração, pois a instituição conta com um laboratório de restauro, diferente da DIPC que não possui um. O entrevistado da DIPC disse que este é um problema enfrentado pela instituição e que a solução utilizada são as contrapartidas que o conselho estipula. Podemos considerá-

las como alternativas para a inexistência de recursos (humanos e financeiros) da FMC. Sobre a manutenção dos monumentos, a DIPC indicou como responsável a SLU que deve cuidar da limpeza de todos os monumentos dispostos nos espaços públicos de Belo Horizonte. Não foram encontrados nos órgãos de planejamento e políticas urbanas, departamentos, ações ou projetos ligados aos monumentos em Belo Horizonte.

Os entrevistados estavam em consenso com relação à inexistência de legislação específica para os monumentos, mas os três citaram a lei de tombamento como a mais próxima desse assunto. O entrevistado do IEPHA-MG ressaltou, ainda, as cartas patrimoniais que balizam a atuação no Brasil. A lei de tombamento está avaliada nos capítulos que abordam a legislação no cenário brasileiro e municipal. Na ausência de uma legislação específica, pode-se concluir que a legislação que aborda o patrimônio de maneira ampla tem sido utilizada como instrumento de proteção dos monumentos e como diretriz norteadora das ações dos órgãos públicos.

Buscar informações sobre os principais marcos na história da gestão e proteção dos monumentos em Belo Horizonte ajuda a compreender o momento em que essas discussões foram iniciadas e como elas são tratadas atualmente. A Belotur ressaltou o ano de 1937 (promulgação da lei de tombamento) como um marco no cenário nacional e fundamental para os municípios de modo geral. A DIPC e o IEPHA-MG citaram a implantação do obelisco da Praça Sete e traçaram a mesma consideração sobre a forma como fora implantado, buscando uma monumentalidade vertical semelhante à verticalização do seu entorno, a partir da expansão e crescimento da cidade. Neste caso específico do obelisco, sua localização, sua história e a forma como ele tem sido tratado (nos aspectos de limpeza, resgate de sua identidade e apropriação pela população, principalmente como palco de manifestações) fazem com que seja reconhecido como um dos principais marcos quando fala-se sobre a criação de monumentos na capital mineira. A criação do IEPHA-MG também foi citada pelo órgão, assim como a década

de 80 em que o município criou novas leis sobre a proteção de seu patrimônio.

Para a DIPC, Belo Horizonte conta com poucos monumentos que realmente se sobressaem no cenário urbano, sendo esses, muitas vezes, negligenciados pelo poder público e pela sociedade.

As duas últimas perguntas buscavam uma percepção sobre os entrevistados para verificar qual seria a relação entre monumentos, cidades e turismo. A Belotur e o IEPHA-MG acreditam que os monumentos atuam como marcos, referências espaciais que contam a história do local onde estão inseridos, refletindo a estreita relação com o espaço e com o turismo. No caso do turismo, os monumentos são capazes de contar uma história, principal motivo de um deslocamento turístico. O IEPHA-MG acredita que os monumentos podem se tornar referências mundiais e representar uma cidade. Já a DIPC acredita que nos dois casos a relação é acessória já que os monumentos em Belo Horizonte estão sempre atrelados a algum espaço, alguma praça ou edificação. O entrevistado acredita que nenhum monumento da cidade tem força suficiente para ser considerado um atrativo turístico capaz de motivar um deslocamento dos sujeitos. Ele justifica sua explanação a partir do modernismo, sob o qual a cidade fora construída, que não engloba a arte e os monumentos sob seus preceitos.

As entrevistas foram importantes instrumentos de coleta de dados e informações que não foram encontradas em outras fontes. As perguntas que ainda estavam sem respostas ou que não estavam completamente respondidas foram respondidas. Após essa análise, é possível estabelecer algumas conclusões gerais, que serão expostas no próximo capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra monumento tem sua origem ligada ao sentido de advertir, lembrar, prevenir, com uma função didática e pública, posteriormente adquirida, de transmitir às gerações futuras os acontecimentos e marcos que não devem ser esquecidos. Propiciam a ideia de um diálogo entre o passado e o presente, permitindo uma ligação entre o existente e o que já não existe e a materialização de reflexões abstratas, atuando como depositários de memória.

Um monumento representa e revela valores de uma sociedade, é o testemunho de determinada cultura e apresenta-se como instrumento de distribuição de significados e de símbolos, na qual sua capacidade narrativa excede a vida da sociedade que o originou. A memória de uma sociedade pode ser identificada através de um monumento que nasce, pode ser apagada, é destruída e, às vezes, renasce. A trajetória histórica e sua relação com o espaço fazem dos monumentos indicadores de transformações urbanas e culturais.

A evolução do conceito propôs novas concepções acerca do seu significado e suas funções e o século XX pôs a prova sua conceituação e sua existência contemporânea. Buscou-se, então, neste estudo, estabelecer alguns debates acerca das problemáticas dos monumentos em Belo Horizonte. A busca por respostas às principais inquietações sobre a proteção e a gestão dos monumentos na capital mineira e a relação entre esses elementos e o espaço urbano foram alcançadas a partir de uma extensa revisão bibliográfica interdisciplinar e de uma busca por documentos e fontes de informações e dados, que foram posteriormente complementadas com as respostas obtidas pelas entrevistas. O inventário dos monumentos, realizado pela Belotur, configurou-se como importante fonte de informações para subsidiar esta dissertação.

Das questões centrais sobre o tema, pode-se concluir que:

- a) ao longo do tempo, o conceito de monumento foi ampliado com a apropriação de novos valores e atribuição de novas funções.
- b) os monumentos podem ser percebidos como elementos que representam a história e a memória da cidade e da sociedade ali constituída. Dessa forma, constituem-se como fontes para compreensão da formação das cidades.
- c) o contexto transforma o significado do monumento ao mesmo tempo em que o monumento o transforma.
- d) a importância da gestão e proteção dos monumentos exercida pelos órgãos públicos nas diferentes esferas (municipal, estadual e nacional) bem como a ampliação das discussões práticas e o aumento de ações públicas voltadas para os monumentos. Há, entretanto, que se considerar a negligência do poder público com relação àqueles monumentos que, por algum motivo, ainda não são reconhecidos oficialmente como históricos, embutidos de valores referenciais e simbólicos.
- e) a utilização do tombamento como instrumento de proteção dos monumentos em Belo Horizonte foi constatada como a principal ação realizada e a mais efetiva dentre as demais;
- f) as interfaces com outras áreas do conhecimento e seus respectivos instrumentos podem ser avaliadas como crescentes e relevantes para a proteção e gestão dos monumentos em Belo Horizonte.
- g) como principais problemas enfrentados atualmente na gestão e conservação dos monumentos estão a falta de recursos, o vandalismo e a educação patrimonial.

Com isso, concluímos que os monumentos podem adquirir significados e valores, se revestindo de grande complexidade. Uma das formas disponíveis para o estudo desta evolução pode ser encontrada na análise e discussão sobre a formação das cidades, cenário de criação e surgimento dos monumentos. Eles podem ser percebidos, reconhecidos, protegidos e geridos ou não, de acordo com as formas que são compreendidos pelo poder público e mesmo pela sociedade.

O presente trabalho assume importância para os estudos turísticos e históricos, pois pode auxiliar no entendimento da atuação dos órgãos públicos e entidades privadas, compreendendo seus limites e alcances efetivos. É possível, ainda, compreender o impacto das políticas públicas e a compreensão dos conflitos e pontos de convergência da gestão do patrimônio local para esses casos.

O estudo é justificado graças a uma crescente discussão sobre a preservação dos monumentos que, no caso das cidades, passa a significar, agora, a sua inclusão nos processos de produção do espaço urbano, relativos ao planejamento territorial. Em última instância, o estudo dos monumentos em Belo Horizonte poderá tornar-se referência, contribuindo para a compreensão das apropriações e valorações na constituição do patrimônio e dos monumentos das urbes brasileiras bem como fonte para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, Deusdedith de Souza. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso.** Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ARROYO, Michele Abreu. **A diversidade cultural na cidade contemporânea: o reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como patrimônio cultural.** Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2010. 204f.: il.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo.** Campinas/SP: Papyrus, 1991. 110p.

_____. **Turismo e Legado Cultural.** M.R. Cornacchia Livraria e Editora Ltda. 2003. 96p.

BARRETO, Abílio. **Resumo literário de Belo Horizonte, 1701-1947.** Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1950.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo. Saraiva. 2005.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.** Brasil, 1991.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 agosto de 2000. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.** Brasil, 2000.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** Tradução Ana M. Goldberger. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 347.

BELO HORIZONTE. Lei nº.8.616, de 14 de julho de 2003. **Contém o código de posturas do município de belo horizonte.** Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0321, de 26 de outubro de 1927. **Autoriza a contratar um monumento em homenagem a Affonso Arinos.** Belo Horizonte, 1927. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0672, de 21 de dezembro de 1957. **Autoriza o prefeito a construir o Monumento aos Fundadores e Construtores de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1957. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0856, de 23 de janeiro de 1961. **Abre crédito especial para ereção de monumento à memória do ex-presidente João Pinheiro da Silva.** Belo Horizonte, 1961. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0924, de 8 de junho de 1962. **Autoriza a prefeitura a receber, em doação, herma em Homenagem ao Almirante Tamandaré.** Belo Horizonte, 1962. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0664, de 6 de dezembro de 1957. **Autoriza o prefeito a contratar a execução do monumento às mães e abre crédito especial.** Belo Horizonte, 1957. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 0837, de 8 de setembro de 1960. **Autoriza mudança de denominação de logradouros públicos e abertura de crédito especial para construção de monumento.** Belo Horizonte, 1960. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 1058, de 21 de novembro de 1963. **Dá a denominação de Praça da Imprensa a uma praça da capital, autoriza a ereção de um monumento e determina outras providências.** Belo Horizonte, 1963. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 1120, de 6 de julho de 1964. **Autoriza a prefeitura a erigir um monumento em homenagem a Ary Barroso.** Belo Horizonte, 1964. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 1234, de 8 de fevereiro de 1966. **Autoriza construção de monumento ao professor.** Belo Horizonte, 1966. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 1447, de 19 de janeiro de 1968. **Autoriza o prefeito municipal a erigir, em praça pública, Monumento Comemorativo da Sagração Episcopal de Dom Antônio dos Santos Cabral.** Belo Horizonte, 1968. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 3423, de 12 de março de 1982. **Autoriza o Prefeito Municipal de Belo Horizonte a erigir Monumentos à Bíblia Sagrada e contém outras providências.** Belo Horizonte, 1982. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Resolução nº 0515, de 4 de julho de 1983. **Aprova o convênio de cooperação, para construção de monumento em homenagem à visita de sua santidade Papa João Paulo II, na praça Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1983. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 1923, de 16 de novembro de 1970. **Aprova competências e atribuições da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.** Belo Horizonte, 1970. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 2968, de 3 de agosto de 1978. **Aprova o regulamento de limpeza urbana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1978. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 3313, de 24 de março de 1981. **Promulgação da Lei 3313 de 24 de março de 1981, originária da proposição de Lei 143/80, vetada, pelo Sr. Prefeito e confirmada pela Câmara Municipal.** Belo Horizonte, 1981. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 3430, de 14 de abril de 1982. **Autoriza o executivo a promover a transferência do monumento Dom Bosco.** Belo Horizonte, 1982. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 4534, de 12 de setembro de 1983. **Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.** Belo Horizonte, 1983. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 3802, de 6 de julho de 1984. **Organiza a proteção do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1984. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 9000, de 29 de dezembro de 2004. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e dá outras providências.** Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 4034, de 25 de março de 1985. **Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de Belo Horizonte, e dá outras providências.** Belo Horizonte, 1985. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 7165, de 27 de agosto de 1996. **Institui o plano diretor do município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 7407, de 26 de novembro de 1997. **Autoriza o uso especial de bem público**. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 9232, de 23 de maio de 1997. **Regulamenta a Lei 7131, de 24 de junho de 1996 e contém outras providências**. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Lei nº 9577, de 2 de julho de 2008. **Cria o conselho municipal de cultura de Belo Horizonte e dá outras providências**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>. Acesso em 05 de maio de 2011.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte - BELOTUR. **Inventário dos Monumentos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 1999. 360p.

BICALHO, Carlos H. **Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Identificação, Registro e Promoção do Patrimônio Cultural - Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura**. Belo Horizonte, 2012, CD-ROM. Entrevista concedida a Eduardo Henrique de Paula Cruvinel.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003, 186p.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: a Artista do Impossível**. Editora Objetiva, 2001. p.800.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em www.emtese.ufsc.br. Acesso em 10 de julho de 2011.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. São Paulo: Edusc, 2002. 275p.

BOYER, M. Christine. **The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments**. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1994, 572p.

CAL, Rosa. **La recuperación de los monumentos históricos para acrecentar el turismo**. 2003. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/inf/11370734/articulos/HICS0303110007A.PDF>. Acesso em 16 de junho de 2011.

CALVÁRIO, Filipa Pita Soares da Fonseca. **Sentidos da Arte Pública: Reflexão sobre os significados da Arte Pública em periferias urbanas: Almada e Parque das Nações**. 2008, 186p. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura). Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://fenix.ist.utl.pt/publico/showDegreeTheses.do>. Acesso em: 13 de outubro de 2011.

CARVALHO, Marcelo Dias de; ALMEIDA, Maria Christina de. **Patrimônio do efêmero: algumas reflexões para a construção de um patrimônio das artes cênicas no Brasil**. Em *Questão*, Porto Alegre, v.11, n.1, p. 167-188, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf2005/v11n1/10patrimoniодоefemero.pdf>. Acesso em 2 de janeiro de 2011.

CASTRO, Maria Angela Reis de (org). **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2006. 316p.

CASTRO, Maria Laura. **Viveiros de Patrimônio imaterial no Brasil** / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199 p.

CASTROGIOVANNI, C. Turismo e ordenação do espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, C. **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000. 111p.

CAUQUELIN, Anne. **Arte Contemporânea: uma introdução**. Tradução Rejane Janowitz, São Paulo: Martins, 2005.

CHASTEL, André, *La Notion de Patrimoine*, in, NORA, Pierre (org.), **Les Lieux de Mémoire. La Nation** (vol. II), Paris, Gallimard, 1986.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Política Cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984. 78p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora Estação Liberdade. 2006. 282p.

COSTA, Stael Alvarenga Pereira et al. **Os espaços livres na paisagem de Belo Horizonte**. Paisagem ambiente, São Paulo, n. 26, 2009. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-60982009000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 2 de fevereiro de 2011.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70. 1983.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/59155_6819.PDF. Acesso em 20 de outubro de 2011.

DIAS, Susana José Gomes. **Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão**. 2008, 154p. Dissertação (Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído). Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2008. Disponível em: <http://dited.bn.pt/31637/2624/3211.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2011.

DINIZ, João. **Belo Horizonte sonhada, Belo Horizonte real**. 2004. Disponível em Vitruvius: <http://w.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.054/529>. Acesso em 10 de maio de 2011.

DUMANS, Adolpho. **A idéia da criação do Museu Histórico Nacional**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.29, 1997.

DURHAM, E. Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, A. (Org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Nathalie D. M. de. **Departamento de Desenvolvimento de Produtos Turísticos da Belotur**. Belo Horizonte, 2012, CD-ROM. Entrevista concedida a Eduardo Henrique de Paula Cruvinel.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC – Annablume, 1997. 320p.

GABARDO, Marta Maria Bertan Sella. **A forma urbana e sua compreensão**. Tuiuti: Ciência e Cultura. n. 25, FACET 03, p. 83-100, Curitiba, dez. 2001

GERALDES, Eduardo. (2004): **Patrimônio Ambiental Urbano: atualizando o conceito para um turismo urbano possível**. São Paulo. Disponível em: www.unibero.edu.br/nucleosuni_reviturismo_sumario.asp. Acesso em 24 de setembro de 2009.

GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras; LIMA, Fábio José Martins. **Pensamento e Prática Urbanística em Belo Horizonte, 1895-1861**. In LEME, Maria Cristina da Silva Leme (coord.) **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de ruas – dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Museu Abílio Barreto, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. 197p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 11 ed., 2002. 349 p.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 11 de agosto de 2011.

JULIÃO, Letícia. (1992) **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna, 1891-1920**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)

Kühl, Beatriz M. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX**: um período crucial para o amadurecimento Teórico. Revista CPC, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MEIRA, Ana Lúcia, Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico**. Disponível em: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf. Acesso em 27 de novembro de 2011.

LEMOS, Celina Borges. **A cidade republicana - Belo Horizonte 1897-1930**. In: CASTRIOTA, L. Barci. (Org.). **Arquitetura da Modernidade**. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, v. , p. 79-127.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MESSENTIER, L. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. IPHAN, 2003.

MICELI, S., GOUVEIA, M. A. M. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

MINAS GERAIS. Lei nº. 5.775, de 30 de setembro de 1971. **Autoriza o poder executivo a instituir, sob forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências**. Minas Gerais, 1971.

MINEO, Marcela Maria Patriarca. **A produção das formas urbanas no mundo contemporâneo**. VIII Seminário de Pós-graduação em Geografia da UNESP – Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1029-1044marcela.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2011.

MIRANDA, André de Sousa. **A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação**. Belo Horizonte, 2007. p.241. Dissertação (Mestrado em arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=98815. Acesso em janeiro de 2011.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. De Jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 11, p. 292-319, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/28108>>. Acesso em: 22 de março de 2010.

MONTENEGRO, Gielson Nepomuceno. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos**. O desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <http://www.ppgau.ufrn.br/dissertacoes/glielsonm.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

NAKAMUTA, Adriana S. **A trajetória de preservação dos bens móveis e integrados sob a ótica dos projetos institucionais de inventário**. Disponível em [http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/\(1\).pdf](http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/(1).pdf). Acesso em 26 jun. 2010.

OLIVEIRA, Raquel Diniz. **Teoria e prática e restauração**. Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 7, jul.-ago.-set./2009, p. 75-91. Disponível em: http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo4_v6_n7_jul_ago_set_2009_Patrimonio_UniSantos.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2011.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu. **Patrimônio e desenvolvimento em Belo Horizonte: Palácios da Praça da Liberdade em risco**. 2007. Disponível em Vitruvius:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.080/282>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. **Arquitetura, escultura e elementos ornamentais: arte pública no centro histórico de Belém, no Pará**. 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas "Entre Territórios". Bahia, 2010. p. 234-248. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/chtca/domingos_savio_de_castro_oliveira.pdf. Acesso em 10 de junho de 2011.

PAIVA, Eduardo França (org.). **Belo Horizonte: históricas de uma cidade centenária**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. 222p.:il.

PARAIZO, Rodrigo Cury. **A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos: um estudo sobre o palácio Monroe**. 2003, p.142. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

Disponível em: http://www.nitnet.com.br/~rodcury/dissertacao_rparaizo.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2011.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Editora SENAC SP: Editora Marca d'a Água, 1996.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Lisboa: Edições 70, 1989.

RECEASEAMENTO DE 1912. Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 jul.1912, p.2. In: Acervo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte**. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: n.39, p.129-162, 1974.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Gráficas Rogar, 1999.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

RUGANI, Jurema M.; CASTRIOTA, Leonardo B. **Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim**. Disponível em http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A2F/Jurema_rugani.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2011.

SACK, Robert David. **Homo geographicus: a framework for action, awareness and moral concern**. Publisher: Johns Hopkins University Press, 1997, 292p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SARAIVA, Márcia Raquel de Brito. **Pinduricalhos da memória: Usos e abusos dos obeliscos no Brasil (Séculos XIX, XX e XXI)**. Dissertação de pós graduação. Porto Alegre, 2007. p. 228. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=94435. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

SAVAGE, Kirk. **Standing Soldiers, Kneeling Slaves: Race, War, and Monument in Nineteenth-Century America**. Princeton N.J.: Princeton University Press. 1997, 288p.

SCHVAMBACH, Janaina. **Um novo olhar para o monumento público**. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, 2009. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/cpcr/janaina_schvambach.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2011.

SCHORSKE, Karl E.: ***Fin-de-Siècle Vienna. Politics and Culture***. Nova York: *Vintage Books Edition*, Alfred Knopf, 1981 (1a. ed. 1980), 379 pgs.

SCHVAMBACH, Janaina & BONILHA, Caroline. **Um novo olhar para o monumento público**. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, 2009. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/cpcr/janaina_schvambach.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2011.

SERRA, Josep Ma. **Elementos urbanos. Urban elements**. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 2000.

SILVESTRI, Graciela. ***La presencia del ausente. Problemas de representación pública en las artes plásticas***. www.bazaramericano.com. e ARFUCH, Leonor. Álbum de familia & Arte, memoria y archivo In. ***Memoria. Antología de Punto de Vista***. Buenos Aires: Punto de Vista/ Libronauta, 2001.

SIVIERO, Ana Paula. **Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: uma análise da área central de Curitiba-PR**. 2005, 126p. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/2354/mestrado.pdf;jsessionid=444E849300B34392662AD7676CE3D431?sequence=1>. Acesso em 10 de maio de 2011.

SOUZA, Renato C. J. de. **Diretor de Conservação e Restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais - IEPHA MG**. Belo Horizonte, 2012, CD-ROM. Entrevista concedida a Eduardo Henrique de Paula Cruvinel.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

TAMASO, Izabela. Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas. In: RAMOS, Alcida Rita; LARAIA, Roque de Barros; BARRETO, Henyo Trindade Filho. **Anuário Antropológico/98**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. P.11-49.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular** (1989). Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Instituição	
Nome do entrevistado	
Cargo	

1) Qual é a área de atuação da instituição?
2) Quais são as principais diretrizes da instituição?
3) Existe na instituição um setor/departamento responsável por projetos relativos aos monumentos?
4) Existe alguma medida, instrumento, ação ou projeto voltado para a gestão e/ou conservação dos monumentos?
5) Qual é o procedimento para implantação de um monumento?
6) Qual é a instituição responsável pela gestão dos monumentos?
7) Qual é a instituição responsável pela conservação, manutenção e restauração dos monumentos?
8) Existe alguma legislação específica voltada para a proteção dos monumentos?
9) Quais são os principais marcos na história da gestão e proteção dos monumentos em Belo Horizonte?
10) Quais são as problemáticas vividas na gestão e proteção dos monumentos?
11) Qual é a relação entre monumentos e a cidade?
12) Qual é a relação entre monumentos e turismo?

APÊNDICE 2 – CD-ROM COM AS ENTREVISTAS

- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte
- Diretoria de Patrimônio Cultural – Fundação Municipal de Cultura
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA MG